

ORGANIZADORAS:
Tassiane dos Santos Ferrão
Márcia Brazão e Silva Brandão

Educação

profissional e tecnológica: olhares do norte do Brasil

VOLUME II



ORGANIZADORAS:

Tassiane dos Santos Ferrão
Márcia Brazão e Silva Brandão

Educação profissional e tecnológica: olhares do norte do Brasil

VOLUME II

Canoas
2024



Educação profissional e tecnológica: olhares do norte do Brasil Volume II

© 2024 Mérida Publishers

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4>

Organizadora

Tassiane dos Santos Ferrão

Márcia Brazão e Silva Brandão

Adaptação da capa e desenho gráfico

Luis Miguel Guzmán



Canoas - RS - Brasil

contact@meridapublishers.com

www.meridapublishers.com

Todos os direitos autorais pertencem a Mérida Publishers. A reprodução total ou parcial dos trabalhos publicados, é permitida desde que sejam atribuídos créditos aos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação profissional e tecnológica [livro eletrônico] : olhares do norte do Brasil: volume II / Organizadoras Tassiane dos Santos Ferrão, Márcia Brazão e Silva Brandão. – Canoas, RS: Mérida Publishers, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84548-24-4

1. Ensino profissional – Brasil. 2. Formação profissional. 3. Formação tecnológica. I. Ferrão, Tassiane dos Santos. II. Brandão, Márcia Brazão e Silva.

CDD 371.425

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Apresentação

Prezados leitores,

É com grande entusiasmo que apresentamos o segundo volume da obra "Educação Profissional e Tecnológica: Olhares do Norte do Brasil". Após a publicação do primeiro volume, este novo trabalho mantém o compromisso de explorar as práticas, desafios e inovações na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto da região Norte do Brasil.

Neste volume, reunimos 12 capítulos originais e revisões bibliográficas, frutos do esforço conjunto de mestrandos e professores do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). A seleção de capítulos reflete a continuidade das duas linhas de pesquisa do programa: "Práticas educativas em EPT" e "Organização e memórias de espaços pedagógicos na EPT".

Abordando os resultados de pesquisas desenvolvidas e aplicadas no IFRR, os capítulos deste volume oferecem uma análise crítica e construtiva sobre os desafios e as possibilidades da EPT, com um olhar atento à realidade e às especificidades do estado de Roraima. Os textos discutem práticas interdisciplinares, estratégias pedagógicas inovadoras e reflexões sobre a formação dos estudantes, sempre com foco na formação integral do estudante como cidadão atuante e transformador da sociedade em que vive.

Esperamos que este segundo volume continue a enriquecer o debate sobre a Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando novas perspectivas para educadores, pesquisadores e todos os envolvidos na construção de um ensino de qualidade no Brasil.

Boa leitura e que os *"olhares do Norte do Brasil"* sigam iluminando o caminho para novas descobertas e contribuições para a EPT.

Tassiane dos Santos Ferrão e Márcia Brazão e Silva Brandão

Autores

Simone Sibele Schuertz Souza

Campus Boa Vista Zona Oeste, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rua Prof. Nonato Chacon, nº 1976, Bairro Laura Moreira, CEP: 69.318-000, Boa Vista – RR, Brasil.

Tassiane dos Santos Ferrão

Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso, CEP: 69.365-000, Caracarái – RR, Brasil.

Maria de Fátima Freire de Araújo

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista – RR, Brasil.

Diego Lima de Souza Cruz

Campus Amajari, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rodovia Antonino Menezes da Silva, Km 03, Amajari – RR, Brasil.

Will Jones Pereira Moreira

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista – RR, Brasil.

Patrício Ferreira Batista

Campus Amajari, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rodovia Antonino Menezes da Silva, Km 03, Amajari – RR, Brasil.

Daniele Maquine Rodrigues

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista – RR, Brasil.

Andreza Fontenele Ravazzi

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista – RR, Brasil.

Marcia Brazão e Silva Brandão

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista – RR, Brasil.

Ogaciano dos Santos

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, CEP 69303-340, Boa Vista – RR, Brasil.

Marcos André Fernandes Spósito

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, CEP 69303-340, Boa Vista – RR, Brasil.

Anna Lúcia Nascimento da Silva

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496 – Pricumã, Boa Vista – RR, Brasil.

Daniele Sayuri Fujita Ferreira

Campus Boa Vista Zona Oeste, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima, Rua Professor Nonato Chacon, 1976 – Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista – RR, Brasil.

Francisco Chagas de Oliveira

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496 – Pricumã, Boa Vista – RR, Brasil.

Micilene Rodrigues de Freitas

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista – RR, Brasil.

Fabiana Leticia Sbaraini

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista – RR, Brasil.

Vivian Alves de Azevedo

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista – RR, Brasil.

Kmily Vitória Galvão Barroso

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Av. Capitão Ene Garcês, 2413, Aeroporto, CEP: 69310-000, Boa Vista - RR, Brasil.

Rafaela dos Santos Morgade

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Av. Capitão Ene Garcês, 2413, Aeroporto, CEP: 69310-000, Boa Vista - RR, Brasil.

Ana Raylla Alves

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista - RR, Brasil.

Índice

CAPÍTULO 1	10
Acolhimento de Estudantes Ingressantes nos Cursos Técnicos do IFRR - Campus Boa Vista Zona Oeste: Registros Acadêmicos como Espaço Educativo	
Simone Sibebe Schuertz Souza, Tassiane dos Santos Ferrão	
CAPÍTULO 2	32
A contribuição da biblioteca do IFRR na formação omnilateral de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica – EPT	
Maria de Fátima Freire de Araújo, Diego Lima de Souza Cruz, Tassiane dos Santos Ferrão	
CAPÍTULO 3	47
Educação jurídica: perspectivas de aprendizagem voltada para os estudantes do ensino técnico integrado ao ensino médio do IFRR	
Will Jones Pereira Moreira, Patrício Ferreira Batista, Tassiane dos Santos Ferrão	
CAPÍTULO 4	63
O Curso Técnico em Informática do IFRR no contexto da EPT: memórias dos egressos e suas contribuições para o mundo do trabalho	
Daniele Maquine Rodrigues, Diego Lima de Souza Cruz, Tassiane dos Santos Ferrão	
CAPÍTULO 5	81
Saúde Indígena em Roraima: principais desafios da PNASPI nos DSEIs Leste Roraima e Yanomami	
Andreza Fontenele Ravazzi, Marcia Brazão e Silva Brandão	
CAPÍTULO 6	93
Estratégias para promover o letramento digital na produção de texto com a utilização de tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica no extremo norte	
Ogaciano dos Santos, Marcos André Fernandes Spósito	

CAPÍTULO 7	117
As aulas de educação física: Motivações dos estudantes do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO	
Anna Lúcia Nascimento da Silva, Daniele Sayuri Fujita Ferreira	
CAPÍTULO 8	128
Aplicação de um Blog Educacional para Alunos de Enfermagem: Estudo de Caso no IFRR	
Francisco Chagas de Oliveira, Marcia Brazão e Silva Brandão	
CAPÍTULO 9	141
Educação física no ensino médio integrado: percepção do estudante acerca de sua formação integral	
Micilene Rodrigues de Freitas, Fabiana Leticia Sbaraini	
CAPÍTULO 10	154
Perfil socioeconômico dos estudantes assistidos com os auxílios alimentação e transporte do Instituto Federal De Roraima – Campus Boa Vista Zona Oeste	
Vivian Alves de Azevedo, Marcia Brazão e Silva Brandão	
CAPÍTULO 11	170
Atividades remotas durante a pandemia de COVID-19: Percepção dos estudantes de cursos técnicos integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO	
Kmily Vitória Galvão Barroso, Rafaela dos Santos Morgade, Daniele Sayuri Fujita Ferreira	
CAPÍTULO 12	186
Hábitos de estudos na EPT: Uma investigação com estudantes do curso técnico em secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/Campus Boa Vista	
Ana Raylla Alves, Daniele Sayuri Fujita Ferreira	

Acolhimento de Estudantes Ingressantes nos Cursos Técnicos do IFRR - Campus Boa Vista Zona Oeste: Registros Acadêmicos como Espaço Educativo

Simone Sibeles Schuertz Souza, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c1>

Resumo

Este artigo propõe uma revisão bibliográfica centrada no setor de Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Roraima - *Campus* Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO), investigando seu papel como espaço educativo de acolhimento para os estudantes ingressantes nos cursos técnicos. Inicialmente, foi apresentado um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, com ênfase na formação humana integral. Em seguida, foram abordados aspectos relevantes da missão e atuação do IFRR/CBVZO na promoção da educação profissional e tecnológica, destacando seu compromisso com o desenvolvimento regional e a inclusão socioeconômica da comunidade local. O texto também explora a importância da organização dos espaços pedagógicos na EPT, com foco na Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO como elemento fundamental nesse contexto. Por fim, foi realizada uma análise de pesquisas e produtos educacionais que exploram a importância do acolhimento e do registro acadêmico na EPT.

Palavras-chave: Acolhimento, Educação Profissional e Tecnológica, Espaço Educativo, Registros Acadêmicos.

1. Introdução

O ingresso em uma nova instituição e curso técnico marca o início de uma jornada acadêmica repleta de desafios e oportunidades para os estudantes. Esse momento, muitas vezes, é acompanhado por sentimentos de ansiedade e incerteza, especialmente em relação à adaptação ao ambiente acadêmico e à compreensão dos procedimentos e serviços oferecidos pela nova instituição.

A transição do estudante para o ensino técnico pode ser particularmente desafiadora devido à necessidade de adaptação a um novo contexto educacional e à compreensão dos processos administrativos específicos da instituição. Lebourg (2021) destaca a complexidade das experiências dos estudantes durante a transição escolar, pois geram insegurança em relação ao futuro. Essa fase de transição resulta em mudanças significativas não apenas no desempenho acadêmico, mas também nas relações sociais e comportamentais dos estudantes.

Nesse sentido, entende-se que diversos aspectos influenciam no desenvolvimento humano, e as interações e relações sociais, histórico e culturais são o que fazem evoluir cognitivamente. Conforme Vygotsky (1989):

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 1989, p. 33).

Entende-se, portanto, que as interações sociais durante a transição educacional deveriam ser baseadas no acolhimento e orientadas pelo cuidado necessário na prática educacional. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a educação demanda cuidado, e que cuidar é uma parte essencial do processo educacional, que envolve ações como acolher e ouvir (Brasil, 2013).

Libâneo (2015) complementa:

Definimos, assim, cultura organizacional (ou cultura da escola) como o conjunto dos significados, modos de pensar e agir, valores, comportamentos, modos de funcionar que revelam a identidade, os traços característicos, da escola e das pessoas que nela trabalham. Ela sintetiza os sentidos que as pessoas dão às coisas e situações, gerando um modo característico de pensar, de perceber coisas e de

agir. Portanto, a partir da interação entre diretores, coordenadores pedagógicos e professores, funcionários, alunos, a escola vai adquirindo, na vivência do dia-a-dia, traços culturais próprios, vai formando crenças, valores, significados, modos de agir, práticas. Essa cultura da escola se projeta em todas as instâncias: nas reuniões, nas normas disciplinares, na relação dos professores com os alunos na aula, na cantina, nos corredores, na preparação e distribuição da merenda, nas formas de tratamento com os pais, na metodologia de aula etc (Libâneo, 2015, p.9).

Nesse contexto, incentivar um ambiente acolhedor para os estudantes é determinante para o sucesso das propostas educacionais da comunidade escolar. Para isso, é fundamental que as instituições de ensino implementem estratégias que facilitem a integração da comunidade acadêmica, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e colaborativo.

Assim, o primeiro contato da instituição com os novos estudantes é parte desse processo de acolhimento, etapa indispensável para estabelecer um elo de comunicação e apoio aos novos estudantes, ajudando-os a se adaptarem e se integrarem à vida acadêmica da instituição. Pois ocorre, geralmente, durante o processo de inscrição ou matrícula.

Durante o período de inscrição para participar do processo seletivo de cursos técnicos do Instituto Federal de Roraima (IFRR) - *Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)* é comum que apenas os candidatos com dúvidas específicas busquem a instituição para esclarecimentos. No entanto, é no momento da matrícula que os estudantes têm a oportunidade de se familiarizarem com a instituição, receber informações sobre os procedimentos administrativos, conhecer os recursos e serviços disponíveis, e obter orientações sobre o curso e sistema acadêmico. Nessa fase, o setor da Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO, responsável pela matrícula dos estudantes na instituição, pode desempenhar um papel importante para facilitar esse acesso, acompanhamento e integração dos estudantes com a instituição.

Desse modo, identificou-se a necessidade de pesquisar o setor de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO como um espaço educativo. Assim, este artigo apresenta um recorte do referencial teórico da dissertação intitulada *Acolhimento de Estudantes Ingressantes nos Cursos Técnicos do IFRR - Campus Boa Vista Zona Oeste: Registros Acadêmicos como Espaço Educativo*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept) do IFRR. Diante do exposto, este estudo propõe uma

revisão bibliográfica centrada no setor de Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Roraima - *Campus Boa Vista Zona Oeste* (IFRR/CBVZO), investigando seu papel como espaço educativo de acolhimento para os estudantes ingressantes nos cursos técnicos.

2. Educação Profissional e Tecnológica: alguns apontamentos

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui uma modalidade de ensino estabelecida na legislação educacional brasileira, mais precisamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), com intuito de preparar indivíduos “para o exercício de profissões”, proporcionando-lhes as competências necessárias para se inserirem e atuarem de forma efetiva no mundo do trabalho e na sociedade em geral, desempenhando um papel fundamental na formação de trabalhadores qualificados e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Segundo Kuenzer (2007, p. 27) essas escolas, situadas em um contexto caracterizado pela escassa presença do desenvolvimento industrial, possuíam “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”. Nesse sentido, aos menores que almejavam aprender um ofício, eram ministrados ensinamentos práticos e técnicos, mas para formar o caráter pelo trabalho.

Como observado nos marcos destacados na Figura 1, a EPT no Brasil é caracterizada por momentos significativos que moldaram sua trajetória ao longo do tempo.

No ano de 1909 que a educação profissional começou a ser organizada de forma mais sistemática, com a criação de dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”. Nessa época, o ensino profissionalizante estava voltado principalmente para a formação de artesãos e operários para a indústria emergente. Essa visão utilitarista da educação profissional perdurou por muitos anos no Brasil, tendo como objetivo principal suprir as demandas do mercado de trabalho¹.

¹Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>>. Acesso em 18 jun. 2023.



Figura 1. Histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
Fonte: Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (2019)

A partir de 1937, a EPT é abordada na Constituição Federal, atribuindo ao Estado, e estabelecendo às indústrias e sindicatos, o dever de criar escolas voltadas para as suas respectivas áreas de atuação. Por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, as escolas de aprendizes e artífices foram transformadas em liceus destinadas ao ensino profissional (Brasil, 1937).

O marco importante de 1942, conforme Figura 1, foi que ocorreram organizações e estruturações da Rede Federal, em que as escolas técnicas e industriais passaram a ser incluídas ao Ministério da Educação. Mas somente a

partir de 1959, as instituições de ensino técnico federais receberam autonomia didática, técnica, financeira e administrativa (Brasil, 1959).

No ano de 1978, com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a EPT ganhou ainda mais destaque, consolidando-se como uma opção de ensino de qualidade em todo o país. E, finalmente, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil, 2008). Por meio da Lei de criação da Rede Federal, foi estabelecido que umas das finalidades dos institutos federais seria:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Brasil, 2008).

Desse modo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia desempenham um papel fundamental no contexto educacional, especialmente no que se refere aos conceitos de trabalho enquanto princípio educativo, um dos conceitos mencionados por Pacheco (2020, p.13), em que descreve que é “parte indissociável da formação Humana Integral, busca superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo”.

Além disso, Pacheco (2020) ainda complementa que o objetivo é formar indivíduos capazes de contribuir de forma ativa e consciente para a sociedade e o mundo do trabalho, quando menciona:

A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, que trata de superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que trabalham, produzida pela divisão social do trabalho. Objetiva formar o cidadão capaz de compreender os processos produtivos e qual o seu papel nestes processos, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí (Pacheco, 2020, p.11).

Saviani (2007) relaciona a ideia de que a educação está voltada para a formação do ser social, isto é, para a formação do indivíduo como sujeito histórico e social. Nesse sentido, a educação deve ser entendida como um

processo, com a finalidade de formação do ser humano como ser social, capaz de produzir e de transformar a realidade.

Frigotto e Ciavatta (2012), argumentam que a educação está voltada para a formação de sujeitos capazes de compreender a relação entre trabalho, conhecimento e poder, a fim de promover a transformação social e a superação das desigualdades. Dessa forma, a educação deve estar articulada ao mundo do trabalho, para possibilitar aos estudantes uma compreensão crítica da realidade social e econômica em que estão inseridos.

Della Fonte (2018) destaca ainda a importância da formação profissional como um elemento fundamental para a inclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para a autora, a formação profissional deve ser encarada como um direito social e como uma estratégia de desenvolvimento capaz de promover a inclusão social e a superação de desigualdades.

Dessa maneira, a educação e o trabalho estão integrados para promover a emancipação humana e a superação das desigualdades sociais. Logo, a formação humana integral visa desenvolver tanto a formação educacional quanto o processo de emancipação que envolve aspectos da natureza humana (Frigotto e Ciavatta, 2012). Nesse sentido, Saviani (2007, p.162) destaca que "Trata-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo". Assim, é possível observar que a expressão "formação integral" representa a unificação da teoria, prática e autorrealização, com objetivo de alcançar o indivíduo completamente desenvolvido.

Nesse processo de desenvolvimento, a EPT assume um papel primordial, já que oferece uma formação direcionada tanto para o contexto profissional e tecnológico, quanto para a formação integral do indivíduo. Conforme a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), a educação

[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Diante disso, a EPT tem como propósito formar indivíduos habilitados, capazes de atuar com autonomia e responsabilidade em diversos cenários,

colaborando para seu crescimento, inserção e participação nas atividades do mundo do trabalho e na convivência social.

Freire (2000, p.58) ressalta a importância "Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele". Nesse contexto, a instituição de ensino deve proporcionar espaços e práticas pedagógicas que estimulem o protagonismo dos estudantes, além de participarem da construção do conhecimento e refletirem sobre assuntos presentes em sua área de atuação.

Portanto, a formação humana integral dos estudantes na EPT é um processo que envolve compromisso da instituição de ensino, professores, gestores e estudantes. É necessário fomentar uma cultura educacional que valorize a aprendizagem significativa, aliadas a formação ética e social. Diante disso, na próxima seção será apresentado o Instituto Federal de Roraima (IFRR) *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), bem como seu papel para a comunidade.

3. O IFRR e o CBVZO: breve contexto histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), estabelecido pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), possui natureza jurídica autárquica, conferindo-lhe autonomia nos âmbitos administrativo, patrimonial, financeiro, didático-pedagógico e disciplinar (Brasil, 2008).

O IFRR é uma instituição de ensino superior, básico e profissional, caracterizada pela oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis de ensino, com ênfase na integração de saberes técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica (IFRR, 2019).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, a missão do IFRR é:

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (IFRR, 2019, p.27).

Nesse sentido, o IFRR desempenha um papel social fundamental ao proporcionar uma educação profissional e tecnológica voltada para a formação integral do indivíduo, cumprindo então sua finalidade, conforme inciso II, artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008, ou seja, “Desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais” (Brasil, 2008).

Assim, para promover a transformação da sociedade, buscando equidade, justiça e cumprir com sua finalidade, o IFRR oferta formação e qualificação em diversos níveis de ensino, contemplando cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, bem como direcionados ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos superiores de graduação (Tecnologias, Licenciaturas e Bacharelados) e pós-graduação (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*).

Atualmente, o IFRR é composto por uma Reitoria e cinco campi distribuídos no Estado de Roraima: *Campus* Amajari (CAM), *Campus* Boa Vista (CBV), *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), *Campus* Novo Paraíso (CNP) e *Campus* Avançado Bonfim (CAB).

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste foi instituído em 2013, por meio da Portaria nº 993, de 7 de outubro de 2013, que concedeu autorização para seu funcionamento. (Brasil, 2013). O IFRR/CBVZO surgiu com o propósito específico de atender às demandas da comunidade residente na zona oeste da cidade de Boa Vista. Sua criação visa, primordialmente, promover a inclusão dessas comunidades e estimular o desenvolvimento socioeconômico da região (IFRR, s.d.).

Segundo o Censo demográfico do IBGE (2000), a grande concentração populacional da cidade está localizada na zona oeste, região que apresenta particularidades, quando comparadas com as demais áreas de Boa Vista. Como, por exemplo, o alto índice de analfabetismo, que alcança um percentual de 17,3%, justificando a necessidade de um *Campus* na região.

Durante o período de construção de sua estrutura física, o IFRR/CBVZO já operou nas instalações de uma instituição de ensino estadual situada no bairro Laura Moreira, também localizada na zona oeste da cidade, além de compartilhar espaços com o *Campus* Boa Vista e a Reitoria.

Desde sua implantação, o IFRR/CBVZO proporcionou formação para um número expressivo de pessoas. De acordo com os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, no período de 2017 a 2022, o IFRR/CBVZO já formou mais de 950 estudantes (PNP, 2022), oferecendo cursos nos três turnos, abrangendo os eixos tecnológicos de "Gestão e Negócios" e "Produção Cultural e Design", distribuídos em formação inicial e continuada (FIC), cursos técnicos, de nível superior e de pós-graduação *lato sensu*.

Assim, o IFRR/CBVZO promove um ambiente escolar para que servidores e estudantes participem ativamente das atividades pedagógicas, pois de acordo com a visão de Libâneo (2015, p.5), "é nesse sentido que a escola é vista como lugar de aprendizagem, de compartilhamento de saberes e experiências, ou seja, um espaço educativo".

Na seção seguinte será abordada a atuação do setor de Registros Acadêmicos no IFRR/CBVZO, como um dos espaços educativos relevantes no contexto da instituição.

4. Coordenação de Registros Acadêmicos como espaço educativo

A organização dos espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não se limita apenas à disposição física das salas de aula e dos recursos materiais. Conforme Santos e Silva (2021),

[...] compreende-se que a Organização dos Espaços Pedagógicos em EPT está relacionada à coordenação dos diversos elementos e sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, considerando os determinantes físicos e materiais, como também as subjetividades inerentes às relações pessoais e sociais presentes em contextos escolares e não-escolares, em ambientes físicos e virtuais (Santos; Silva, 2021, p.11).

Desse modo, os espaços nos Institutos Federais desempenham um papel fundamental na promoção de um ambiente educacional propício ao desenvolvimento integral dos estudantes, pois possibilitam a realização de práticas educativas diversificadas e interdisciplinares, que promovem a construção de saberes e o desenvolvimento de habilidades profissionais e sociais nos estudantes (Brasil, 2010).

É relevante destacar que dentro da estrutura organizacional do IFRR/CBVZO, existe a Coordenação de Registros Acadêmicos, a qual se

encontra diretamente ligada à Direção-Geral da Instituição, conforme representado no Organograma da instituição (Figura 2).

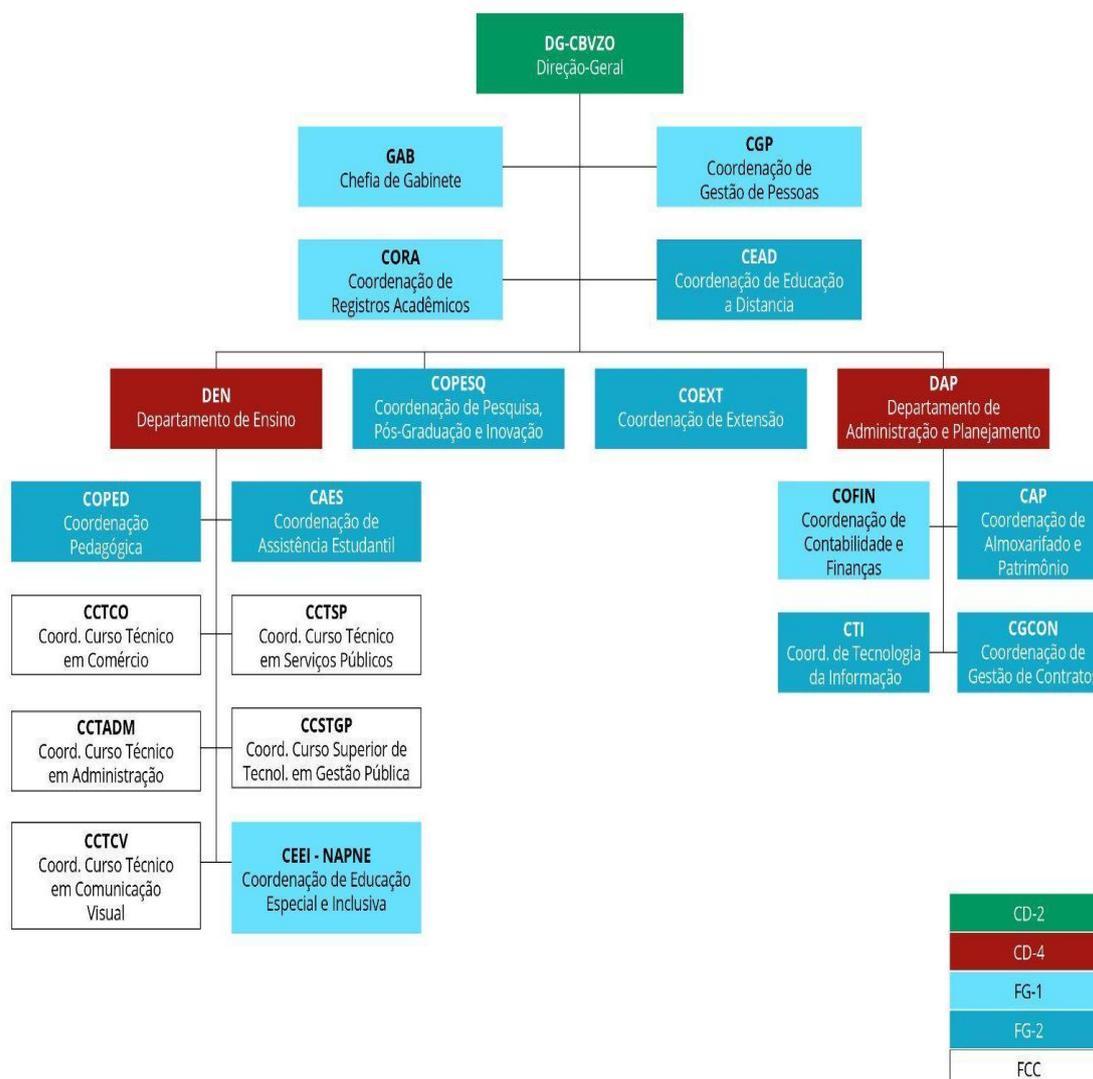


Figura 2. Organograma do IFRR *Campus* Boa Vista Zona Oeste. Fonte: <https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/organograma-2022-cbvzo> (2023)

A Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO é fundamental para desempenhar funções relacionadas à vida acadêmica dos estudantes, abrangendo desde o processo de ingresso até a conclusão do curso. Dessa forma, o setor, como parte integrante do espaço escolar, desempenha um papel relevante na perspectiva pedagógica. Trata-se do local onde ocorre o primeiro contato das famílias com a instituição de ensino, assumindo a função de espaço educativo.

Conforme Santos e Santos (2020):

Depois da portaria, a secretaria será o ambiente que primeiro atenderá a comunidade local e sua recepção poderá definir se os pais matricularão/manterão seus filhos nessa instituição confiando-lhe sua educação. Assim, as análises desenvolvidas em torno do plano de ação da escola consultada apontam para o fato de o processo educacional começar nesse espaço, a partir da forma como as pessoas são recebidas (Santos; Santos, 2020).

Esse contato pode ser realizado para fornecer informações sobre a Instituição, sobre os cursos disponíveis e até mesmo esclarecer dúvidas sobre processos seletivos em andamento. No entanto, é durante o período de matrícula que ocorre uma comunicação mais intensa entre os novos estudantes e/ou seus responsáveis legais (quando menores de 18 anos), pois é nesse momento que surgem maiores questionamentos sobre o funcionamento da instituição.

De acordo com Libâneo (2015, p. 2), "não educamos e ensinamos nossos alunos apenas na sala de aula, também as formas de organização e gestão educam, o contexto institucional educa, o ambiente educa". Dessa forma, por meio do setor de Registros Acadêmicos, também é possível exercer um efeito educativo, já que é nesse espaço que ocorre o contato inicial da comunidade com o ambiente escolar.

E, ainda, Libâneo (2015) descreve:

Se a escola como um todo é um ambiente educativo, compreende-se que todas as pessoas que trabalham na escola participam de tarefas educativas, ainda que estas não sejam da mesma natureza. As práticas educativas aparecem em muitos lugares e momentos: nas relações entre direção e professores; modos de relacionamento dos professores de funcionários com os alunos, no **modo como a secretaria da escola atende aos pais e alunos** [...] (Libâneo, 2015, p. 6, grifo nosso).

Estudos recentes corroboram a relevância das secretarias como espaço educativo. Tal como o estudo realizado por Szadkoski (2022), o qual teve como objetivo investigar a condução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Acadêmica do Instituto Federal do Paraná diante dos efeitos da pandemia, bem como elaborar um produto educacional com a finalidade de auxiliar a administração das atividades de formação da Secretaria Acadêmica. Os resultados da pesquisa mostraram a importância de compreender a Secretaria Acadêmica e suas competências para promover a divulgação da relevância

desse setor dentro da instituição de ensino, destacando que suas funções não se limitam apenas a tarefas burocráticas, mas também englobam práticas educativas.

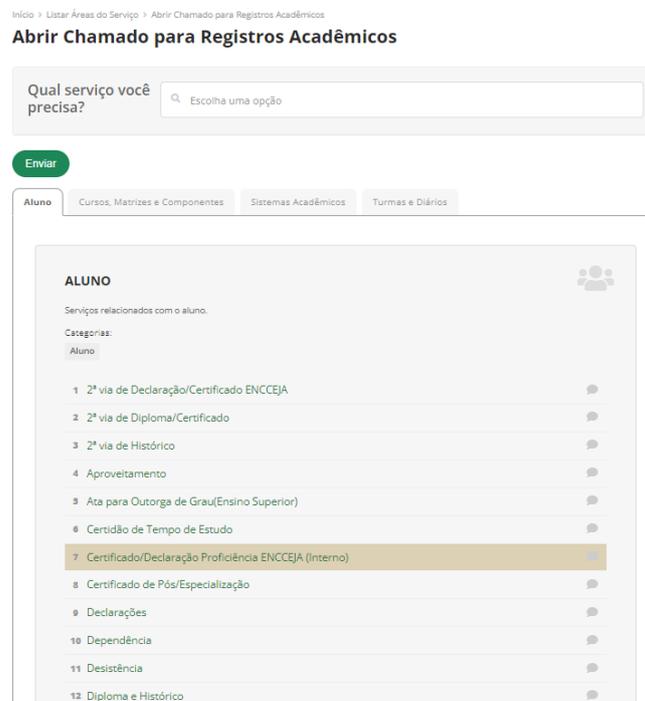
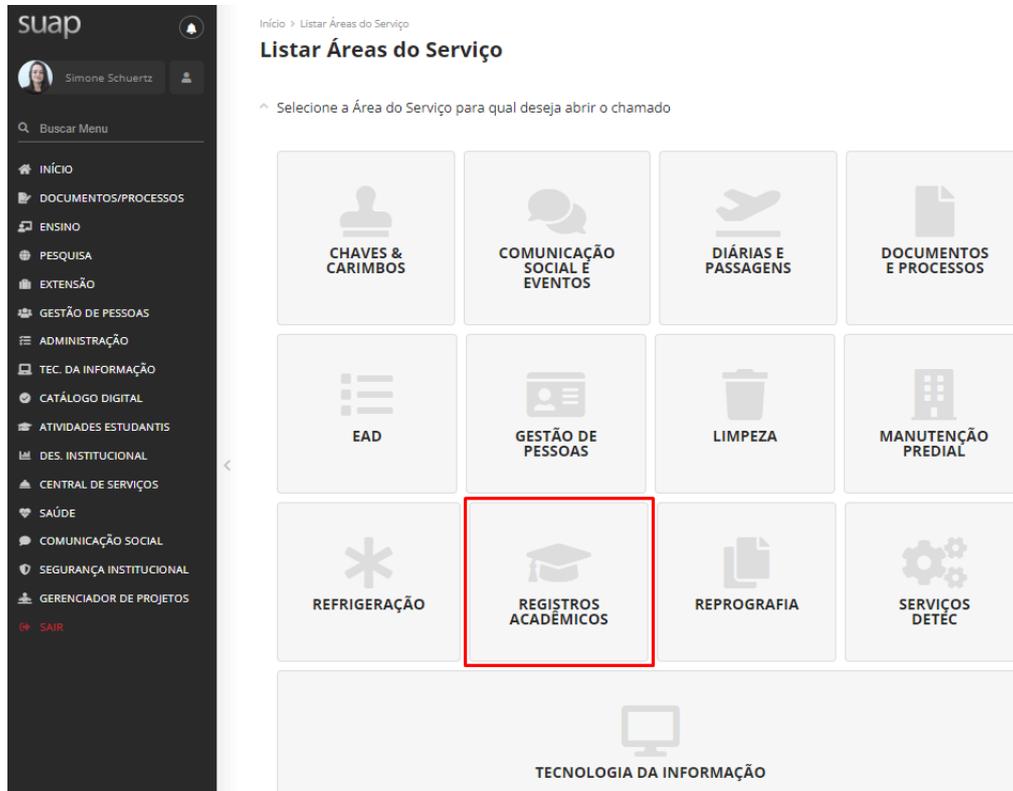


Figura 3. Central de Serviços do SUAP. Fonte: https://suap.ifrr.edu.br/centralservicos/selecionar_servico_abertura/ensino/ (2024)

A Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO é o setor responsável por diversas atribuições na Instituição, abrangendo responsabilidades como o processo de matrícula, renovação de matrícula, gerenciamento dos períodos letivos, o que inclui a organização turmas, diários de classe, registros de estudantes e professores, bem como a emissão de documentos como declarações, históricos, certificados e diplomas. Além disso, o setor também realiza demandas externas, relacionadas ao preenchimento de sistemas como a plataforma Nilo Peçanha, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), censo escolar e censo da educação superior (CENSUP).

Em virtude dessas atividades, a Coordenação de Registros Acadêmicos se conecta a diversos outros setores da instituição, estabelecendo uma interação necessária para o efetivo andamento dos processos administrativos e educacionais. Durante esses processos, acontecem diálogos com a comunidade, estudantes, docentes e demais gestores, desencadeando ações formativas de caráter colaborativo e integrado.

Para que a atuação do setor seja eficiente e estruturada, a Instituição disponibiliza seus serviços por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), onde os técnicos, professores e estudantes podem solicitar demandas por meio da Central de serviços (Figura 3), na área de Registros Acadêmicos do sistema mencionado.

Conforme os Indicadores do SUAP, durante o período compreendido entre janeiro/2021 e março/2024, a Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO atendeu um total de 392 chamados pela Central de Serviços, conforme Figura 4, sendo que as demandas foram distribuídas por meses.

Do total de atendimentos, entre os serviços mais demandados estão: Trancamento, Reabertura/Renovação de matrícula, Desistência, Declarações, Aproveitamento, E-mail, Diploma e Histórico, Transferência Externa, Correção de dados e Diário, conforme observado na Figura 5. Assim, verifica-se que os tipos de serviços mais demandados refletem as necessidades e preocupações dos estudantes.

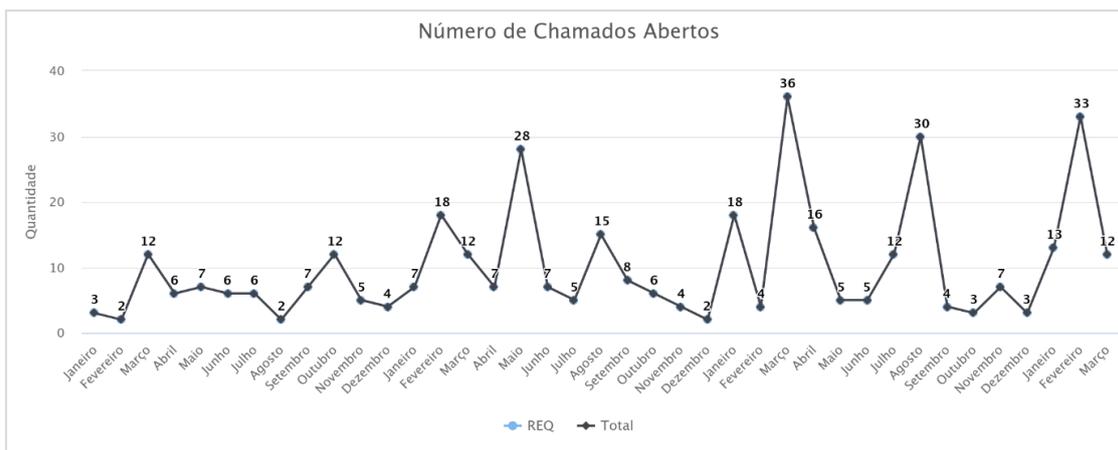


Figura 4. Chamados abertos via Central de Serviços do SUAP. Fonte: <https://suap.ifrr.edu.br/centralservicos/indicadores/> (2024)

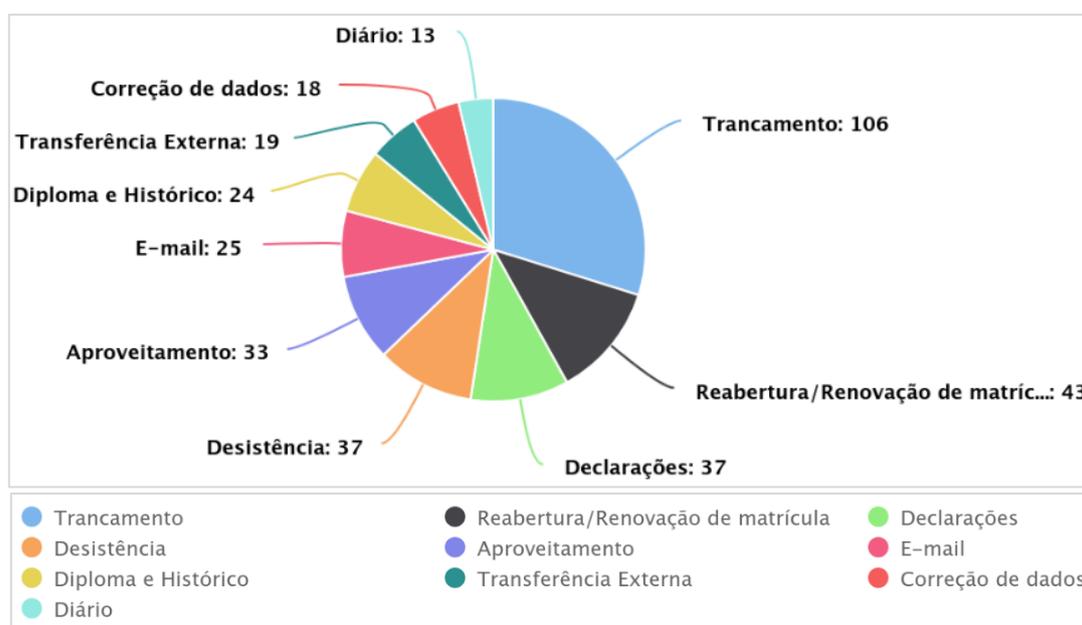


Figura 5. Top 10 dos serviços mais demandados na Central de Serviços do SUAP. Fonte: <https://suap.ifrr.edu.br/centralservicos/indicadores/> (2024)

Esses dados destacam a importância do setor de registros acadêmicos na vida dos estudantes e evidenciam a relevância de garantir um atendimento eficiente e ágil para atender às demandas da comunidade acadêmica.

Outra informação importante é analisada por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, promovido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRR. No ciclo avaliativo de 2021 a 2023, ano base de 2022, o relatório apresentou que o atendimento oferecido pela Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO foi avaliado de maneira positiva (IFRR, 2023).

De acordo com os dados apresentados no Figura 6, é relevante destacar que quase 10% dos estudantes indicaram desconhecer a qualidade do atendimento prestado pelo setor. Essas informações realçam a importância do tema em questão, evidenciando a necessidade de uma divulgação mais eficaz e de uma apresentação mais abrangente e interessante do setor aos estudantes.

Avalie os serviços prestados pelo (a):
QUADRO 73 - Setor de Registro Acadêmico.

Unidade	PROFESSOR					TÉCNICO					ESTUDANTE				
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Desconheço	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Desconheço	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Desconheço
CAM	38.89 %	36.11 %	11.11 %	0.00 %	13.89 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	27.08 %	52.08 %	14.58 %	0.00 %	6.25 %
CAB	42.86 %	50.00 %	0.00 %	7.14 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	48.61 %	36.11 %	8.33 %	2.78 %	4.17 %
CBV	38.55 %	46.99 %	7.23 %	2.41 %	4.82 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	23.31 %	44.32 %	19.94 %	2.99 %	9.44 %
CBVZO	48.15 %	48.15 %	3.70 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	23.99 %	37.84 %	26.01 %	2.36 %	9.80 %
CNP	24.32 %	43.24 %	24.32 %	0.00 %	8.11 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	15.12 %	41.46 %	28.29 %	7.32 %	7.80 %
Reitoria	22.22 %	77.78 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %
TOTAL	36.89 %	46.12 %	9.71 %	1.46 %	5.83 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	0.00 %	23.82 %	43.19 %	21.03 %	3.13 %	8.83 %

Figura 6. Avaliação dos serviços realizados pelo setor de Registros Acadêmicos, conforme dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRR. Fonte: IFRR (2023).

Considerando as informações dos indicadores apontados pelo sistema SUAP e pelo Relatório da CPA (IFRR, 2023), observou-se a necessidade de investigar como o setor de Registros Acadêmicos do IFRR/CBVZO pode se tornar mais acessível aos estudantes. Essa compreensão contribui para reconhecer a importância desse espaço educativo dentro da instituição, destacando seu papel fundamental no apoio e desenvolvimento integral dos estudantes.

Para fundamentar este artigo, foram examinados trabalhos correlatos que poderiam enriquecer o presente estudo. Os resultados dessas pesquisas serão apresentados no próximo tópico.

5. O Acolhimento Estudantil: práticas bem sucedidas

É fundamental que as instituições de ensino adotem uma postura ativa no acolhimento de seus novos estudantes com o objetivo de facilitar a integração acadêmica, promover um maior sentimento de pertencimento, além de aumentar a satisfação com o curso e evitar a evasão escolar. No entanto, é necessário reconhecer que nem sempre existe um acolhimento adequado, muitas vezes

está focado apenas no conhecimento técnico e desconsiderando aspectos humanos e pessoais (Dias; Klen, 2021).

Dessa forma, ressalta-se alguns trabalhos que abordam a importância de orientar e acolher os estudantes ingressantes nos processos acadêmicos, conforme verificado no Quadro 1. Esses estudos destacam a importância de práticas e políticas educativas voltadas ao acolhimento de estudantes ingressantes nas instituições, essenciais para promover o desenvolvimento de indivíduos críticos, autônomos e com senso de pertencimento à comunidade acadêmica.

Quadro 1. Pesquisas sobre acolhimento estudantil.

Título do trabalho	Autor
Acolhimento estudantil como prática escolar na EPT: uma busca pela permanência e superação da evasão	Moraes (2022)
Acolhimento e ambientação dos ingressantes no ensino técnico integrado ao ensino médio na perspectiva da permanência e êxito estudantil: Uma cartilha explicativa	Brito (2023)
Acolhimento e integração estudantil no ensino médio Integrado: Um roteiro pedagógico para orientação de estudantes ingressantes	Effgen (2024)
Ingresso de jovens no ensino médio: Práticas de acolhimento nos Cursos técnicos integrados no IFFAR Campus São Vicente do Sul	Jost (2019)

Fonte: Autoria própria (2024)

O trabalho de Moraes (2022) teve como objetivo analisar as práticas de acolhimento, integração e desenvolvimento da identidade institucional no Instituto Federal do Acre - *Campus* Cruzeiro do Sul, visando promover o sentimento de pertencimento entre os estudantes do ensino médio integrado. Os resultados destacaram a importância do acolhimento como ponto de partida para a permanência dos estudantes na instituição, evidenciando a necessidade de ampliar essas práticas para promover uma maior integração entre os estudantes, o ambiente escolar e toda a comunidade educativa, contribuindo assim para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e aumentando as chances de permanência dos estudantes.

Outra pesquisa que também menciona sobre práticas de acolhimento foi realizada por Brito (2023), em que teve como objetivo identificar aspectos

relevantes para o entendimento dos estudantes ingressantes por meio de uma cartilha digital, para contribuir com os índices de permanência e êxito. Os resultados revelaram a eficácia da cartilha como uma ferramenta de constante melhoria e atualização, demonstrando sua contribuição para o aperfeiçoamento do entendimento dos estudantes ingressantes. O estudo concluiu que a cartilha digital foi uma valiosa ferramenta para promover um ambiente acolhedor e propício ao sucesso dos estudantes no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

Em sua publicação, Effgen (2024) também aborda sobre as práticas de acolhimento e integração, especificamente os desafios enfrentados por estudantes do ensino médio integrado. Com resultado positivo, na pesquisa foi elaborado e aplicado um roteiro pedagógico para subsidiar a organização e realização de atividades que promovam a socialização e institucionalização do acolhimento como prática educativa e formativa.

Por fim, o estudo conduzido por Jost (2019), visou compreender o impacto das práticas de acolhimento nos Cursos Técnicos Integrados no Instituto Federal Farroupilha, *Campus São Vicente do Sul*, para o ingresso e sucesso dos estudantes. Os resultados destacaram a importância dessas práticas para facilitar a integração dos estudantes ao novo ambiente escolar, contribuindo para sua permanência e sucesso acadêmico.

Diante do exposto, as publicações apresentadas corroboram a necessidade de práticas eficazes de acolhimento estudantil nas instituições educacionais, a fim de garantir a integração e o bem-estar dos estudantes. Esses estudos também evidenciam que tais práticas de acolhimento influenciam positivamente no desempenho acadêmico e permanência dos estudantes nos cursos. Além disso, pesquisas com essa temática permitem identificar os desafios enfrentados pelos estudantes no ambiente educacional, proporcionando dados essenciais para a criação e implementação de políticas e práticas de acolhimento mais eficazes.

6. Conclusão

Este artigo destaca a importância do setor de Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Roraima (IFRR) - *Campus Boa Vista Zona Oeste* como um

espaço educativo fundamental para o acolhimento e suporte aos estudantes ingressantes nos cursos técnicos.

Através da pesquisa, foi possível compreender a relevância da organização dos espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), bem como a missão e atuação do IFRR - *Campus* Boa Vista Zona Oeste na promoção da formação integral dos indivíduos e no desenvolvimento regional.

Além disso, foram discutidas estratégias utilizadas para compreender a eficiência e acessibilidade do setor, como indicadores de atendimento e avaliações institucionais como ferramentas de análise.

Portanto, este trabalho ressalta a importância de compreender e fortalecer os espaços educativos dentro das instituições de ensino, visando garantir uma jornada educacional mais inclusiva e eficaz para a comunidade acadêmica envolvida.

7. Referências

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. (acessado 14 de março de 2024).

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. **Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. (acessado 14 de março de 2024).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Seção 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm (acessado 18 junho de 2023).

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htmhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm (acessado 18 de junho de 2023).

BRASIL. Ministério da educação. **Histórico da EPT.** <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept> (acessado 18 de junho de 2023).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> (acessado 13 de março de 2024).

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. MEC, Brasília, 2010. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 (acessado 14 de março de 2024).

BRITO, Caroline S. C. **Acolhimento e ambientação contribuições dos ingressantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio na perspectiva de permanência e êxito estudantil: uma cartilha**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande; 2023.

DELLA FONTE, S. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, p. 06-19, 2018.

DIAS, Lara; KLEN, Edmilson. Acolhimento aos ingressantes na Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Florianópolis: percepção dos estudantes. **Educação**, v.46, n.1, e78/ 1–19, 2021. <https://doi.org/10.5902/1984644447406>

DICIONÁRIO, Dicionário Etimológico. **Etimologia e origem das palavras**. <https://www.dicionarioetimologico.com.br/trabalho/> (acessado 18 de junho de 2023).

FREITAS, Nayara P. R. de. **A monitoria como prática pedagógica na educação profissional técnica de nível médio**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista; 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA **CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE**. **Institucional**. <https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/institucional> (acessado 18 de junho de 2023).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2019-2023. <https://antigo.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023/arquivos-1/pdi-2019-2023-atualizado-junho-2022/> (acessado 12 de julho de 2023).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Relatório de Autoavaliação Institucional**. 2021-2023.

<https://reitoria.ifrr.edu.br/cpa/relatorios-de-autoavaliacao-institucional/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-ciclo-avaliativo-2021-a-2023-ano-base-2021> (acessado 12 de julho de 2023).

KUENZER, Acacia (Org.). Ensino médio. **Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**, 5. ed., 2007.

LEBOURG, Elodia; COUTRIM, Rosa; SILVA, Luciano. Campos da Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, p. 82-98, 2021.
<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4149>.

LIBÂNEO, José C. **Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos**. 1–25, 2015.
http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf (acessado 12 de julho de 2023).

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa**. 5ª. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Mary C. da C. **Acolhimento estudantil como prática escolar na ept: uma busca pela permanência e superação da evasão**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, 2022.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 4. n. 1. CONIF/IFES, 2020, p. 04 – 22.
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437> (acessado 19 de março de 2024).

PLATAFORMA NILO PEÇANHA (PNP). **Indicadores de Gestão**. IFRR.
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDZmZi9> (acessado 19 de março de 2024).

REDE FEDERAL DE ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO. **110 anos da Rede Feral de Educação Profissional e Tecnológica**, 2019.
<https://images.app.goo.gl/KXMLLqSUYSb3GRgK9> (acessado 16 de março de 2024).

SANTOS, Jorgete; SANTOS, Caroline. Aspectos pedagógicos presentes na atuação do secretário escolar. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 11, 24 de março de 2020. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/11/aspectos-pedagogicos-presentes-na-atuacao-do-secretario-escolar> (acessado 17 de março de 2024).

SANTOS, Gidair; SILVA, Assis. **A organização dos espaços pedagógicos em**

educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica. Anais EPEC. Editora Realize, 2021.
https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf (acessado 16 de março de 2024).

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, p. 151-168, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** 2007, vol.12, n.34, pp.152-165. ISSN 1413-2478.

SILVA, Paulo; ALMEIDA, Marcelo; ROCHA, Rafael. A segregação como conteúdo da nova morfologia urbana de Boa Vista–RR. **Acta Geográfica**, v. 3, n. 6, p. 47-53, 2009.

SILVA JUNIOR, Dimas B. da. **A educação profissional junto ao sistema prisional: um olhar para a formação docente.** Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Catu, 2022.

SZADKOSKI, Marta H. **Desafios dos espaços educativos nos Institutos Federais em tempos de pandemia: um olhar para as secretarias acadêmicas.** Dissertação de Mestrado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Curitiba, 2022.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Autores

Simone Sibebe Schuertz Souza¹, Tassiane dos Santos Ferrão^{2*}

1. Campus Boa Vista Zona Oeste, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rua Prof. Nonato Chacon, nº 1976, Bairro Laura Moreira, CEP: 69.318-000, Boa Vista – RR, Brasil.
2. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso, CEP: 69.365-000, Caracaraí – RR, Brasil.

* Autor para correspondência: tassiane.ferrao@ifrr.edu.br

CAPÍTULO 2

A contribuição da biblioteca do IFRR na formação omnilateral de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica – EPT

Maria de Fátima Freire de Araújo, Diego Lima de Souza Cruz, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c2>

Resumo

O presente artigo é uma revisão de literatura que aborda a contribuição das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), destacando o papel fundamental dessas instituições no desenvolvimento econômico e social, fornecendo aos estudantes as habilidades técnicas e competências necessárias para o mercado de trabalho. Com o avanço tecnológico e as mudanças constantes no ambiente profissional, a relevância da EPT aumenta, tornando-se essencial na preparação dos estudantes para os desafios contemporâneos. Nesse cenário, as bibliotecas desempenham um papel importante no processo educacional, oferecendo acesso a uma ampla gama de recursos e serviços de informação, espaços de estudo e ambientes propícios ao desenvolvimento acadêmico e intelectual dos estudantes. A Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) destaca-se como uma peça central no suporte à EPT, fornecendo recursos e serviços essenciais para estudantes, professores e pesquisadores. Com um acervo diversificado, infraestrutura moderna e equipes qualificadas, a biblioteca do IFRR contribui significativamente para o ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação integral dos estudantes e a produção científica e tecnológica da instituição. O artigo revisa aspectos como a importância das bibliotecas no suporte ao ensino e aprendizagem, o papel dos bibliotecários na mediação do acesso à informação e os desafios enfrentados pelas bibliotecas no contexto da EPT. Destacando a relevância das bibliotecas, o artigo busca fornecer uma visão abrangente sobre o tema e promover discussões para o aprimoramento dessas instituições no cenário educacional contemporâneo.

Palavras-chave: Biblioteca, EPT, Formação omnilateral.

1. Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de um país, fornecendo aos estudantes habilidades técnicas e competências necessárias para o mercado de trabalho. Com o avanço tecnológico e as mudanças constantes no ambiente profissional, a EPT torna-se cada vez mais relevante na preparação dos estudantes para os desafios contemporâneos. Nesse contexto, a integração de recursos e serviços de informação, como os oferecidos pelas bibliotecas, favorece o processo de ensino-aprendizagem.

As bibliotecas contribuem significativamente na formação integral do estudante, fornecendo acesso a uma ampla gama de recursos, desde livros didáticos e periódicos especializados, até bases de dados digitais e materiais audiovisuais. Além disso, elas oferecem espaços de estudo, individuais e coletivos, propícios ao desenvolvimento acadêmico, intelectual e pessoal dos estudantes, promovendo a pesquisa, a criatividade e o pensamento crítico.

A Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) representa um importante apoio à EPT na região, fornecendo recursos e serviços de informação essenciais para estudantes, professores e pesquisadores, assim como para a comunidade da Roraima. Com um acervo diversificado e atualizado, infraestrutura moderna e equipes qualificadas, as bibliotecas do IFRR desempenham suporte ao ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a produção científica e tecnológica da instituição.

Diante do exposto, este artigo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre as contribuições para o processo de ensino-aprendizagem das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas Bibliotecas do IFRR. Assim, foram abordados aspectos como a importância das bibliotecas no suporte ao ensino e aprendizagem, o papel dos bibliotecários na mediação do acesso à informação, bem como os desafios enfrentados pelas bibliotecas no contexto da EPT.

2. O IFRR no contexto da educação profissional e tecnológica no Brasil

O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), assinado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, determinou a criação de

Escola de Aprendizes Artífices, sendo instaladas em dezenove escolas no território brasileiro, dando início ao processo de implantação do ensino técnico e tecnológico. Moura (2007), colaborou no redirecionamento da educação pública no país, pois defendia o fortalecimento do exercício em atender as necessidades emergentes dos empreendimentos, nos campos da agricultura e das indústrias, de forma assistencialistas, e seu público eram os filhos dos menos favorecidos.

A educação profissional técnica e tecnológica está direcionada no processo de formação e realização humana e na interação com o mundo do trabalho. A EPT é uma modalidade de ensino educacional que é oferecida em escolas técnicas e profissionais, voltada para a preparação de estudantes para profissões específicas. Contudo, existe uma discussão sobre esse objetivo da EPT, sobretudo, quando ela é apresentada como uma modalidade que direciona o ensino unicamente para a aprendizagem de um conhecimento e habilidades específicas voltadas para as necessidades do mundo do trabalho.

Como mencionam os autores Francisco e Sobrinho (2020), ao destacarem um momento histórico que marca a EPT no Brasil:

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil recebeu um dos primeiros impulsos quando a Família Real portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, em 1808. A partir desse período histórico, iniciou-se uma série de processos que contribuíram para a educação da classe trabalhadora, de modo que ela pudesse servir aos mais de quinze mil portugueses que vieram na comitiva de D. João. Mas o ensino profissionalizante tinha um caráter assistencialista, não explorava todo o aspecto teórico e cultural de um ensino ofertado aos mais abastados (Francisco; Sobrinho, 2020, p. 5).

A construção da EPT teve vários momentos ao longo da história, dentre os quais segundo Ramos (2014) um chama a atenção para essa evolução de concepção de ensino e aprendizagem.

A História da educação no Brasil e a respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional. Inicia-se a análise a partir da Reforma Francisco Campos, a partir da qual a educação no Brasil adquire uma estrutura nacional (Ramos, 2014, p. 14).

Mediante a perspectiva trazida pelo autor supramencionado é possível a análise de uma conjuntura da educação brasileira onde ao se relacionar a

educação profissional, torna-se indissociável a relação à mesma com o avanço da industrialização e das mudanças nos padrões e modos de produção, pois a medida em que a sociedade brasileira se estrutura de modo a necessitar de novos saberes, de novas tecnologias e, por conseguinte, muda-se a forma de trabalho, é inevitável que as pessoas, enquanto “trabalhadores”, também precisam se adaptar às novas realidades apresentadas.

Como salienta Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a EPT deve buscar promover a inclusão social e abandonar esse viés assistencialista, dando aos estudantes a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida, permitindo-lhes prover seu próprio sustento. Nesse sentido, o estudante na formação humana integral terá o trabalho, para prover o sustento e o processo de formação e realização humana, e a interação com o mundo natural para a satisfação e necessidades.

Frigotto (2009) destaca que é por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza para atendimento de suas necessidades básicas e as mais elevadas, como por exemplo as culturais, lúdicas, estéticas, afetivas.

Nesse contexto, a Escola Técnica de Roraima, como parte do ensino integrado da rede do antigo Território Federal de Roraima, implantada como Escola Técnica em 1986, começou a desenvolver na instituição suas atividades em 1987, com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes; e Edificações, 70 estudantes. Suas instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério (PDI, 2019).

A Escola Técnica Federal de Roraima foi integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima, regulada em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/89, no qual o Conselho Territorial de Educação autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprovando o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. Em 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex -Território Federal de Roraima (PDI, 2019).

Em 2002 teve-se outra transformação, por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União, a instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

(CEFET-RR), preparando-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

Finalmente, no dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir dessa data, o CEFET-RR foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) contando com três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari (PDI, 2019).

O IFRR ainda vigora com tal nomenclatura e posteriormente se expandiria com mais dois novos *campi*: Bonfim e Boa Vista Zona Oeste, contando atualmente com cinco *campi* e tornando-se referência de ensino, pesquisa, extensão e inovação científica e tecnológica no Estado de Roraima.

3. O Ensino médio integrado e a EPT

A relação do processo histórico da expansão da EPT foi construída de outras instituições que já existiam como as Escolas de Aprendizes, Escolas Agrotécnicas, Escolas Industriais e Técnicas, desde 1909, mantendo um ensino técnico industrial, e com isso existindo uma dicotomia, onde permaneciam escolas que eram destinadas ao ensino médio e tecnológico, e as profissionalizantes, as quais capacitavam o indivíduo para um determinado ofício, oferecendo uma formação básica, um treinamento. Saviani (1989) menciona que politecnia se encaminhava na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, isto é, entre instrução profissional e instrução geral.

Neste estudo defende-se de maneira clara o sentido desse conceito de politecnia. Ciavatta (2005), por sua vez, corrobora com tal conceito e enfatiza que a superação se dá por meio cultural, das relações sociais e da inserção do mercado de trabalho intelectual.

Ao defender a concepção de ensino médio integrado à educação profissional, Ramos (2018) aponta como princípio básico a garantia do direito ao acesso à produção do conhecimento construído pela humanidade e que esta formação possibilite a apropriação desses conhecimentos, a fim de viabilizar a compreensão e a interação com a realidade, no sentido de transformá-la coletivamente.

Os institutos Federais possuem e têm uma característica diferenciada e própria em oferecer um ensino de qualidade na preparação dos estudantes para atender as demandas de mercado, socioeconômicas, atuando na qualificação profissional voltada a diversos setores da economia, no desenvolvimento do ser crítico e, evidentemente, na inovação tecnológica Veiga (2019).

Como destaca Pacheco (2011), os Institutos Federais procuram integrar formação acadêmica e organizada, com o objetivo de uma formação que articule trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação do indivíduo, sendo compreendida como uma educação politécnica, cujo compromisso de uma formação integral do indivíduo, não sendo fragmentada, abrangendo como direito de todos ter um bom desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Ramos (2008) enfatiza que a concepção de uma formação contempla o sentido da omnilateralidade, a qual considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade” (Ramos, 2008, p. 16).

Nesse sentido, a biblioteca em seu espaço atende o ensino, pesquisa e extensão e tem como mediador o profissional bibliotecário na contribuição da formação do estudante no conhecimento não específico, para atender na integração curricular, de modo que o estudante possa desenvolver suas habilidades culturais e realizar pesquisas.

A Educação Omnilateral é compreendida como o rompimento da fragmentação proposta pela base capitalista centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada uma busca o máximo interesse próprio Frigotto (2012).

Ainda buscando uma compreensão no uso das bibliotecas nesse conceito de educação, como também nas tecnologias da educação, Costa (2022) afirma que a biblioteca assume um papel crucial como um espaço de acesso e recursos educacionais diversificados e como um facilitador da integração de tecnologia no processo educacional.

A integração exige que a relação entre os conhecimentos gerais e os específicos seja construída continuamente ao longo da formação, considerando

o trabalho no contexto em que é construído, o que justifica “[...] a formação específica para atividades diretamente produtivas” (Ramos, 2008, p. 8). Sendo exatamente isso o que a biblioteca proporciona, haja vista que a biblioteca mais do que um espaço que armazena informações, serve como uma ponte gratuita para que os estudantes tenham acesso as informações que necessitem e, a partir disto, obtenham e produzam conhecimentos com base em um foco de interesse específico.

4. A contribuição da biblioteca no processo de ensino-aprendizagem do estudante

A biblioteca pode ser definida como uma forma de obter informação. Batista (2009) menciona que muitos historiadores divulgam que as bibliotecas existem desde o antigo Egito e pode se citar como exemplo a biblioteca de Alexandria. Bibliotecas sempre foram vistas como um local no qual se pode adquirir conhecimento.

Partindo desta ideia, pode-se afirmar que o papel da biblioteca é de organizar e facilitar o acesso à informação e estimular a leitura e o conhecimento. No caso de uma biblioteca subordinada a uma instituição, um dos papéis é oferecer suporte informacional de acordo com sua missão e objetivos, auxiliar no ensino e aprendizagem, entre outros.

Batista (2009) define que existem diversos tipos de bibliotecas, as quais são: bibliotecas nacionais, públicas, escolares, especializadas, especiais, universitárias, infantis e comunitárias. A autora faz menção a biblioteca escolar como a representação do espaço para o desenvolvimento de habilidades de localização, seleção, interpretação e uso da informação, essenciais para se viver numa sociedade de abundância de informação. No entanto, considerando o amplo escopo de investigação que a temática proporciona, é válido destacar que o tema desta pesquisa pretende discorrer especialmente sobre a biblioteca IFRR e a sua contribuição na formação integral do estudante.

Desta forma, enfatiza-se a biblioteca como um espaço de pesquisa com princípio pedagógico, pois compreender a investigação como meio de se atingir o conhecimento, possibilita aos estudantes diversas maneiras de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, gerando um aprendizado com uma gama de saberes, habilidades e atitudes.

Favorecer ao estudante a busca do conhecimento como uma prática pedagógica, deve-se estar intimamente relacionado ao trabalho como princípio educativo, assumido uma educação integral que contribua na formação de sujeitos que possam compreender o mundo no qual estão inseridos.

Conforme cita Ramos (2014) sobre a construção do conhecimento por meio da pesquisa como princípio educativo e seu fortalecimento na perspectiva de contribuir com a autonomia intelectual dos sujeitos, é importante ter em mente o seguinte:

Isto significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento das capacidades de, ao longo da vida, interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas (Ramos, 2014, p. 94).

Portanto, conclui-se que as bibliotecas fazem parte da educação dos cidadãos para uma participação democrática, sua contribuição está atribuída ao processo educativo, priorizando a intervenção social por meio do conhecimento emancipado dos estudantes capazes de exercerem de forma efetiva a democracia.

5. A biblioteca do IFRR e sua contribuição no contexto da EPT

Nos anos de 1960 já se praticava a pesquisa escolar no Brasil, de maneira informal, nas instituições de ensino privado, devido a algumas correntes como as da Escola Nova e Piagetiana propagarem que o ensino não deveria ser somente centrado no professor e sim no estudante e em métodos que o levassem ao pensamento crítico Batista (2009).

Observando-se que a pesquisa escolar poderia contribuir de forma significativa quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Apenas a partir da década de 1970, foi implementada a pesquisa escolar de caráter obrigatório, nos colégios públicos de ensino fundamental e médio, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Porém, para Silva (1995), não foi previsto em seu conteúdo a infraestrutura e as condições para que professores e estudantes pudessem se beneficiar com tal atividade. Igualmente, não se previu o local adequado para os estudantes coletarem as informações necessárias ao trabalho

de pesquisa, local esse representado pela biblioteca. Neste sentido, trata-se, portanto, de “uma excelente estratégia de aprendizagem, pois permite maior participação do estudante nesse processo, o que o leva a construir seu próprio conhecimento” (Abreu, 2005, p. 25).

As bibliotecas são utilizadas para promover, salvar e guardar a melhoria do acesso às informações que pretendem ser relevantes aos estudantes ou usuários, que a procuram com o intuito de realizar uma consulta de trabalho acadêmico, leitura, dentre outros afirma Moura (2014). Nos Institutos Federais (IFs), estes ambientes estão inseridos no contexto da RFEPCT, sendo que seu espaço educativo vai muito além de meros espaços de estudo, conforme citação a seguir:

Art. 4º As Bibliotecas do IFRR são espaços de estudo e construção do conhecimento, que têm por finalidades despertar o interesse intelectual e favorecer o enriquecimento cultural, devendo atuar como um instrumento de apoio aos processos de ensino, pesquisa e extensão, facilitando aos usuários o livre acesso à informação em qualquer suporte destinado à formação profissional e tecnológica (IFRR, 2015, Art. 4º).

No IFRR, as Bibliotecas estão formalizadas e regulamentadas pela Resolução nº 242 do CONSUP do IFRR, de 16 de novembro de 2015. Em seu texto, fica evidente que os eixos norteadores do IFRR e da Rede Federal (EPCT), Ensino, Pesquisa e Extensão, devem sempre estar entrelaçados para oferecer a melhor formação/educação possível.

Art. 1º O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (SIB/IFRR) constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFRR, organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de padronizar e otimizar serviços oferecidos pelas bibliotecas, oferecendo suporte bibliográfico e informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFRR, 2015, Art. 1º).

A história das bibliotecas dos IFs e as mudanças ocorridas com os Institutos Federais colocaram a biblioteca num patamar de visibilidade, pois tiveram que criar e adaptar as nomenclaturas, regulamentos que norteiam o trabalho e a pesquisa desenvolvida no espaço da biblioteca, a qual atende e simultaneamente disponibiliza aos estudantes uma inestimável contribuição para o ensino, a pesquisa e a extensão. Pode-se dizer que, atualmente as bibliotecas

estão em outro cenário devido a criação da Lei nº 12.244, de dezembro de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O valor que uma instituição de ensino confere à sua biblioteca é proporcionalmente encontrado observando a situação na qual ela se encontra, por exemplo, se o espaço é bem utilizado, se é predominante na escola sua “função educativa [...] visando a proporcionar aos estudantes oportunidades de leitura intensa e autônoma, além de incentivar a busca de informações para responder a questionamentos e solucionar problemas” (Caldeira, 2005, p. 47-48).

Assim, as instituições educacionais como a do IFRR, que contém na estrutura organizacional cinco *Campi* com bibliotecas que surgiram junto a criação e expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico de Roraima, demonstra que a biblioteca possui um valor relevante para a instituição e que a própria instituição ao decorrer dos anos percebeu esse valor e expandiu a criação das bibliotecas inclusive para os campi do interior, como no Campus Amajari, Novo Paraíso e Bonfim.

De acordo com a legislação que institui os IFs, estes se encontram voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica, além de realizar e estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (Lei nº 11.892/08, art. 6º).

Conforme Pacheco (2011) ao caracterizar um dos objetivos basilares dos Institutos Federais:

Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele (Pacheco, 2011, p. 15).

Somado à essa premissa, é importante estimular o uso de tecnologias de informação, como é muito discutido na área de Educação e tecnologia. Tais tecnologias da informação e comunicação se fazem cada vez mais presentes na sociedade, por exemplo, com a existência da Internet. A relevância do seu uso

se mostra na educação à distância, na catalogação cooperativa por meio do intercâmbio de dados eletrônicos, na agilização de processos técnicos. O acesso à Internet é igualmente importante, pois é uma ferramenta que tem se mostrado bastante útil na educação como afirma (Batista, 2009, p. 52).

Para Ciavatta (1995), a formação integrada supera e transforma o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre ação de executar e ação de pensar, dirigir e planejar. O Instituto Federal de Roraima por meio de suas bibliotecas tem um papel fundamental e de importância na formação crítica do estudante do ensino médio integrado e na formação da omnilateralidade.

Disponibiliza aos estudantes equipamentos que estão disponíveis para busca da pesquisa online, no acervo bibliográfico que pode ser emprestado, obedecendo às regras do regimento interno das bibliotecas e a utilização do espaço, que é disponibilizada a comunidades estudantil contendo a localização referente às áreas de conhecimento e ao currículo, conforme a grade curricular. Ademais, é válido salientar que a pesquisa com domínio nas bases de dados bibliográficas ou não, pode proporcionar uma melhoria significativa na qualidade das publicações e trabalhos acadêmicos.

Conforme Ciavatta (2005) enfatiza, as atividades de ensino possuem melhores resultados quando baseadas em um processo de investigação, pois o estudante é instigado a problematizar o tema com o objetivo de provocar reflexão e pensamento crítico. Igualmente, Vygotsky afirma que o desenvolvimento cognitivo do sujeito é resultado de um processo social, cultural e histórico, pois compreende o homem em suas relações com o meio social. E é a partir dessas relações advindas da sociedade e através da cultura que acontece a aprendizagem, ou seja, a aprendizagem ocorre por meio da interação social como afirma Medeiros (2021).

Assim como Medeiros (2021) afirma que para Vygotsky, o trabalho é a atividade por meio da qual o indivíduo desenvolve todas as suas potencialidades humanas e se realiza como ser humano. Neste sentido, o trabalho também passa a ser, para o indivíduo, a atividade que vai além de simplesmente criar produtos, pois constrói conhecimentos com sentidos e significados que possuem aspectos indissociáveis.

Desta maneira, as estratégias metodológicas que norteiam a pesquisa são ofertadas aos estudantes do ensino médio e integrado ao acessar a plataforma digital que contém acervo da biblioteca e livros digitais que fazem parte e integram essa cadeia de informação de conhecimentos.

Segundo Martins (2002):

As bibliotecas são espaços antigos utilizados para o desenvolvimento da leitura, porém eram tidos como “sagradas” podendo frequentar esses espaços somente pessoas que faziam parte de instituições religiosas, como monges e sacerdotes (Martins, 2002, p.18).

Portanto, a biblioteca exerce um papel importante na sociedade para o desenvolvimento do conhecimento, tendo o papel de incentivar e desenvolver o estudante para o hábito da leitura e pesquisa. Atualmente, as bibliotecas são espaços de debates que levam ao aperfeiçoamento e à melhoria na qualidade do ensino.

Almeida (2015) destaca que as mudanças das bibliotecas no século XXI:

São cada vez mais desafiadas a transformarem-se em agentes de mudanças no âmbito de sua atuação, não se limitando aos papéis de repositórios de informações e prestadora de serviços, mas são chamadas a adotarem práticas de inovação organizacional que as tornem organizações aprendentes (Almeida, 2015, p. 18).

Por conseguinte, a biblioteca escolar é um ambiente inserido em uma escola que se caracteriza, primeiramente, por fornecer apoio informacional aos programas curriculares desenvolvidos em sala de aula, auxiliando no processo ensino-aprendizado dos estudantes.

6. Considerações finais

Diante da revisão de literatura realizada, fica evidente a importância das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, com especial atenção às Bibliotecas do IFRR que fazem parte da Rede Federal de Educação, Profissional Científica e Tecnológica. Assim, destaca-se que as bibliotecas dos Institutos Federais não se limitam a serem apenas espaços de estudo, elas desempenham um papel essencial na vida acadêmica do estudante, na mediação para acesso à informação e no apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Fato também evidenciado na legislação brasileira, como a Lei nº 12.244/2010,

que ressalta a importância da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino, destacando seu valor educativo e cultural.

A história das bibliotecas dos Institutos Federais reflete a evolução da própria instituição e sua adaptação às mudanças sociais e educacionais. A criação e expansão das bibliotecas nos Campi do IFRR, foram criadas juntas a criação de cada *campus* demonstrando o reconhecimento da relevância desses espaços para a comunidade acadêmica e o compromisso da instituição com a qualidade da educação. Além disso, a legislação que rege os Institutos Federais ressalta a importância da pesquisa aplicada, inovação tecnológica e desenvolvimento científico. Aspectos esses que as bibliotecas auxiliam a promover por meio do acesso a recursos e serviços de informação. Assim, estes ambientes contribuem para a construção de uma educação omnilateral, nas dimensões da vida do sujeito no processo formativo.

Portanto, este estudo reforça a importância das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, destacando seu papel como espaços de acesso ao conhecimento, promoção da cultura e apoio ao desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal dos estudantes. Dessa forma, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

7. Referências bibliográficas

ABREU, V. L. F. G. A coleção da biblioteca escolar. In: CAMPELLO, Bernadete *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 29-32. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/559994890/A-Biblioteca-Escolar-Temas-Para-Uma-Pratica-Pedagogica>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

ALMEIDA, J. L. S. **A biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimentismo de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2015.

BATISTA, P. da S. **Biblioteca escolar no Brasil: Estudo de vários aspectos**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/643/1/2009_PollynadaSilvaBatista.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2024.

CALDEIRA, P. da T. **O espaço físico da biblioteca.** In: CAMPELLO, Bernadete *et al.* A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-49. Disponível em: <https://iftm.edu.br/editora/publicacoes/download/Livro%20-%20A%20Biblioteca%20no%20Contexto%20Escolar.pdf>. Acesso em: 5 janeiro 2024.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

COSTA, M. A. B. *et. al.* **Educação e tecnologia:** usos e possibilidades para o ensino e a aprendizagem [recurso eletrônico]. Ponta Grossa: Aya, 2022. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/Livros/L138C10.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

FRANCISCO, A. C.; FERNANDES-SOBRINHO, M. Biblioteca e Educação Profissional e Tecnológica: lacunas e potencialidades frente a aspectos formativos críticos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e392996999, 2020. DOI:10.33448/rsd-v9i9.6999. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6999>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

FRIGOTTO, G. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas.** In. Trabalho, Educação e Saúde. v. 7. Rio de Janeiro, 2009, p. 67-82.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 107-127.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023.** 2019.

MARTINS, W. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MOURA, D. H.; GARCIA, S.R.O.; RAMOS, M. N. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio:** Documento - base. Brasília, dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

MOURA, D. H.; GARCIA, S.R.O.; RAMOS, M. N. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio:** Documento - base. Brasília, dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67InstitutosFederais.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. 118p. (Coleção Questões da Nossa Época).

VEIGA, M. S.; PIMENTA, J. S. Educação e bibliotecas multiníveis: um olhar sobre os documentos norteadores das bibliotecas da rede federal de educação profissional e tecnológica em Rondônia. **Biblionline**, v. 15, n. 2, p. 73-98, 2019.

Autores

Maria de Fátima Freire de Araújo¹, Diego Lima de Souza Cruz², Tassiane dos Santos Ferrão^{3,*}

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista-RR, Brasil.
2. Campus Amajari, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rodovia Antonino Menezes da Silva, Km 03, Amajari/RR, Brasil.
3. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Br 174, Km 512, Caracaraí-RR, Brasil.

*Autor para correspondência: tassiane.ferrao@ifrr.edu.br

Educação jurídica: perspectivas de aprendizagem voltada para os estudantes do ensino técnico integrado ao ensino médio do IFRR

Will Jones Pereira Moreira, Patrício Ferreira Batista, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c3>

Resumo

As primeiras manifestações da educação profissional no Brasil surgem no início do século XIX, estando diretamente relacionada à formação dos filhos da classe trabalhadora, evidenciando uma dualidade na educação, pois enquanto os filhos das elites capacitavam-se para o trabalho intelectual, os das classes mais baixas eram preparados para o trabalho manual. Com o objetivo de modificar tal cenário e garantir aos estudantes uma formação voltada para o desenvolvimento omnilateral, o ensino médio integrado oferecido pela Rede Federal de Ensino assume a concepção de uma educação profissional tecnológica, que visa, além da relação entre o ensino médio e a educação profissional, uma formação plena e o desenvolvimento integral. Neste contexto, a educação jurídica busca levar aos alunos conhecimentos acerca de seus direitos e deveres, contribuindo para o desenvolvimento cidadão e ético destes sujeitos, desenvolvendo o pensamento crítico e conscientes de seu papel perante a sociedade. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi analisar e debater as possibilidades de inserção da educação jurídica no ensino médio integrado com vistas a uma formação cidadã e ética.

Palavras-chave: Educação Jurídica, Educação Profissional e Tecnológica, Formação Plena, Omnilateral.

1. Introdução

Sabe-se que, até meados do século XIX, a educação brasileira era mantenedora das divisões das classes sociais, tendo em vista ser voltada para as elites com o intuito de manter esta classe social. Enquanto a classe trabalhadora teve o acesso à educação negado. Após esse período, quando então os filhos da classe trabalhadora são introduzidos nas escolas, lhes é oferecido um ensino profissional voltado ao trabalho manual, enquanto que às elites o ensino era voltado ao trabalho intelectual.

Nesse sentido, a educação profissional no Brasil tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista voltada para àqueles desprovidos de satisfatórias condições sociais e econômicas (Moura, 2007). Vale ressaltar que mesmo após extinta formalmente, esta dualidade educacional se manteve no currículo, que seguia formando os mais pobres para o trabalho manual. A legislação ao longo do tempo buscou equilibrar o acesso à educação profissional e propedêutica, culminando na reintrodução da integração entre ensino médio e técnico, visando uma formação mais ampla e politécnica.

Em 2004 foi promulgado o Decreto Nº 5.154/2004, retomando-se as discussões sobre o ensino médio integrado, com o intuito de superar a dualidade educacional do Brasil. Aqui, o ensino médio traz como foco a superação da dualidade histórica, buscando garantir a todos uma formação emancipatória e integral para se poder alcançar o pleno desenvolvimento dos estudantes.

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT desempenha um papel crucial na formação para a cidadania ao oferecer conhecimentos práticos e habilidades técnicas, mas também ao fomentar valores éticos e sociais necessários para uma participação ativa na sociedade. Em conjunto, a educação jurídica, proporciona uma compreensão dos princípios legais, dos direitos e deveres, contribuindo para a conscientização cívica e a formação de cidadãos informados e responsáveis. Mesmo que a educação jurídica não esteja tradicionalmente inserida nos currículos da educação profissional, é essencial um conhecimento básico sobre questões legais em qualquer contexto educativo.

Neste contexto, a educação jurídica ofertada no ensino médio integrado emerge como um recurso valioso para capacitar os jovens a compreenderem os direitos e deveres que regem a convivência em sociedade. Esse aprendizado contribui para o seu crescimento escolar, social e os prepara para as

responsabilidades da vida adulta e do ambiente profissional. Ao adquirirem conhecimento sobre questões legais essenciais, os estudantes podem aplicar esses entendimentos em situações cotidianas, tanto pessoais quanto no trabalho. Incluindo desde as relações contratuais e direitos do consumidor, até os casos de responsabilidade civil de seus atos. Assim, capacitando-os a fortalecer sua autonomia e desenvolver um pensamento crítico mais aprofundado (Oliveira, 2016).

Segundo Brochado (2010, p.72) “sem uma política pedagógica séria de inclusão de conteúdos jurídicos nas práticas escolares, ficam inviabilizadas a prática efetiva da cidadania e a exigência de um estado ético” uma vez que, a educação jurídica possibilita um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais e dos mecanismos que regulam as interações na sociedade. Nota-se, então, que inserir a educação jurídica no âmbito do ensino médio integrado através de ações pedagógicas que visem ao pleno desenvolvimento do educando, mostra-se como prática indispensável de integração com vistas a contribuir com a superação do caráter pragmático da educação profissional.

Portanto, para iniciar este estudo partiu-se do pressuposto que incluir a educação jurídica no ensino médio integrado pode contribuir para a formação integral dos educandos. Com isso, busca-se responder à seguinte questão: como a educação jurídica pode ser inserida no ensino médio integrado de forma eficaz, visando a formação plena e ao desenvolvimento integral do cidadão?

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi analisar e debater as possibilidades de inserção da educação jurídica no ensino médio integrado com vistas a uma formação cidadã e ética.

2. A integração e a formação humana omnilateral

O projeto de criação dos Institutos Federais teve como objetivo estratégico a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, como pode ser visualizado no trecho a seguir:

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica

deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e as licenciaturas. (Pacheco, 2015, p.14).

O ensino integrado visa à formação além dos limites do trabalho, garantir desenvolvimento pleno dos alunos para que se entendam como parte do contexto social, histórico e cultural. Nesse sentido, o artigo 6º da Resolução 6 do CNE, trás o Princípio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio que visa relacionar o Ensino Médio e a formação técnica com o intuito de formar o aluno na sua integralidade (Brasil, 2012).

De acordo com Ramos (2008), além da integração curricular entre os componentes básicos e técnicos, é crucial uma prática pedagógica que não fragmente os saberes, mas coloque o aluno e sua realidade sociocultural como protagonistas do processo educativo. Os cursos técnicos integrados ao ensino médio têm por fundamento a formação humana integral e omnilateral, abordando o trabalho como princípio educativo.

[...] no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico- tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular (CONIF, 2018, p. 4).

Na perspectiva da formação integrada, a educação geral se entrelaça inseparavelmente à educação profissional em todos os domínios nos quais se prepara para o mundo do trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educacionais, tais como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. Trazendo o trabalho como princípio educativo, que visa superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores aptos a desempenhar papéis de liderança e cidadania (Gramsci, 1981, p.144). Portanto, a ideia de integração precisa ser adotada “como um princípio pedagógico orientador de

práticas formativas focadas na necessidade de desenvolver nas pessoas (crianças, jovens e adultos) a ampliação de sua capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social” (Frigotto; Lima Araújo, 2015, p. 63-64).

Destarte, é importante questionar o que se pretende integrar, e depois disso, alinhar a prática de ensino com metas e objetivos escolares que as concretizam (Machado, 2006). Da mesma forma, Frigotto e Lima Araújo (2015) enfatiza o compromisso dos professores na formação integral e na transformação social em construir um ensino médio abrangente com vistas à formação integral dos alunos. Sendo que o objetivo da prática pedagógica integrada é capacitar os alunos para que eles possam sair da escola com um senso de direção autônomo na vida social e dotado de condições teóricas e práticas.

Portanto, a prática pedagógica integral precisa estar em sintonia com "as atividades autônomas e transformadoras de professores e alunos, fortalecer a ação coletiva e cooperativa e melhorar autonomia progressiva do indivíduo” (Araújo; Rodrigues; Silva, 2014, p. 175). Neste contexto, a educação jurídica busca levar aos alunos conhecimentos acerca de seus direitos e deveres, contribuindo assim para o desenvolvimento cidadão e ético destes sujeitos, desenvolvendo o pensamento crítico e conscientes de seu papel perante a sociedade.

Nesse contexto, não se pode afastar o conceito de formação omnilateral: A etimologia da palavra Omnilateralidade, originada do latim, remete em sua tradução literal a: todos os lados ou dimensões. Entende-se então por Educação Omnilateral, a idealização da formação humana que tem em vista todas as facetas que compõem a singularidade do indivíduo e as premissas objetivas e subjetivas para sua completa evolução. Para Frigotto, 2012:

Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos (Frigotto, 2012, p. 267).

Sendo fundamental para a expansão completa do potencial humano, indo além do simples mercado de trabalho e inserindo-se no âmbito do

desenvolvimento social. De acordo com Saviani (2003), essa abordagem busca desencadear as capacidades libertadoras do ser humano e combater a alienação que ele enfrenta. Promove também, a construção de uma nova visão de sociedade e educação, mais integrada e unificada, direcionada a todos, não determinada por sistemas ou divisões de classes sociais que marginalizam os oprimidos, culminando na criação de uma sociedade de indivíduos emancipados e solidários.

A relação entre trabalho e formação humana, na visão marxista, destaca que, ao reconhecer o trabalho como uma força formativa fundamental na sociedade, também se reconhece a natureza contraditória dessa unilateralidade, pois o trabalho integra as bases materiais que influenciam a atividade humana.

Ao reafirmar o caráter formativo do trabalho constituído nesta sociedade de forma unilateral, a formação humana assume, inegavelmente, o caráter contraditório da unilateralidade, visto que integra as bases materiais que condicionam a atividade humana. Assim, ao passo que Marx nega o trabalho em sua forma alienada como elo para o processo formativo, reafirma sua convicção na formação humana como elemento de superação da sociedade de classes através da formação omnilateral (Ribeiro; Sobral; Jataí, 2016, p. 5-6).

Marx era persistente nas críticas ao trabalho alienado, onde os trabalhadores se tornam estranhos ao produto de seu próprio trabalho e ao processo de trabalho em si. O trabalho alienado não contribui para o desenvolvimento completo e humano do indivíduo. Portanto, ao reafirmar a importância do trabalho como componente da formação humana, Marx ressalta a necessidade de transformar as relações de produção de modo a permitir que o trabalho contribua verdadeiramente para o desenvolvimento integral do indivíduo e, conseqüentemente, para a superação das contradições representadas na sociedade de classes.

O homem se apropria de essência omnilateral de uma maneira omnilateral. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários (Marx, 2010, p. 108).

A ideia de formação omnilateral, apresentada por Marx, sugere que a verdadeira realização humana só pode ser alcançada quando todas as particularidades do ser humano são desenvolvidas de maneira integral e equilibrada. Desenvolvendo suas habilidades técnicas, intelectuais e cultivando aspectos emocionais, sociais e éticos.

3. A educação jurídica como ferramenta para a formação plena e integral

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996)), em seu artigo 35, incisos II e III, ressalta a importância do ensino médio na formação integral do educando, enfatizando o desenvolvimento ético, da autonomia intelectual e do pensamento crítico como objetivos fundamentais dessa etapa da educação básica. Ao promover o ensino de noções básicas de direito e estimular a reflexão crítica sobre questões jurídicas, o sistema educacional contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, responsáveis e participativos na vida civil, em conformidade com as diretrizes da LDBEN:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: **II** - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; **III** - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Brasil, 1996, Art. 35).

Além disso, a Constituição de 1988 (Brasil, 1998), em seu artigo 206, II, preconiza o princípio da liberdade de aprender e ensinar, proporcionando respaldo para a inclusão da educação jurídica no ensino médio. Essa abordagem educacional, conforme prevista pela Base Nacional Comum Curricular, prepara os estudantes para lidar com situações complexas da vida cotidiana e do mundo do trabalho e os capacita a promover a justiça e a cidadania por meio do conhecimento e aplicação das leis em diversas esferas sociais.

A formação integral para o ensino médio integrado é uma meta a ser alcançada no Brasil, para que seus graduados possam se desenvolver em todos os aspectos, exercendo a cidadania de forma ativa e crítica, com base nos valores morais e éticos, além de sua participação na vida social e da

compreensão do seu papel na sociedade (Frigotto, Ciavatta; Ramos, 2005; Pacheco, 2020).

Assim, dada a possibilidade de oferta de um ensino médio integrado e emancipatório, cujos objetivos vão além do ensino médio e do ensino profissionalizante, o ensino jurídico se destaca como ferramenta de formação de cidadãos conscientes. Desse modo que, promove o desenvolvimento cívico, a compreensão de seus Direitos inalienáveis, dos seus deveres e da estrutura normativa da sociedade em que estão inseridos, para que então estes alunos se entendam como parte da estrutura organizacional da sociedade e possam exercer o pensamento crítico e autônomo, mostrando-se então de grande relevância a inserção da educação jurídica nas modalidades de ensino.

Para Antas (2014), é de extrema importância que os jovens conheçam e compreendam a legislação e saibam como aplicá-la em situações práticas do dia a dia. O que contribui na composição da própria cidadania, como cidadãos politizados, detentores de seus direitos e obrigações, e comprometidos com a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Corroborando com este entendimento, Freire (2011), enfatiza que a efetiva prática da cidadania, ocorre quando o indivíduo compreende e reconhece a sociedade em que está inserido, entendendo suas normas, estruturas e os direitos garantidos por ela.

Dessa forma, programas de educação jurídica são necessários para cidadãos, principalmente os jovens que estão inseridos no ensino médio e fundamental, a maioria dos quais desconhecem os seus direitos fundamentais (Brochado, 2010). De acordo com o autor:

“Para lutarmos contra essa ignorância sobre as conquistas jurídicas do nosso tempo, desse Estado sob a égide do qual vivemos, há que se levar às crianças, desde a idade escolar, educação jurídica básica, essencial, isto é, educação em direitos humanos fundamentais. Direitos humanos não são virtudes humanas; são direitos. Não se trata de práticas caritativas de inclusão do outro, mas postura jurídica de reconhecimento do outro como diverso e igual em direitos. Como exigir fomentos típicos da intervenção do Estado para a fruição de direitos sociais se os destinatários destes ignoram completamente o conceito de Estado Social? Sem uma política pedagógica séria de inclusão de conteúdos jurídicos nas práticas escolares, ficam inviabilizadas a prática efetiva da cidadania e a exigência de um estado ético (Brochado, 2010, p. 72).”

Portanto, é importante ressaltar que o conhecimento jurídico é essencial para a formação plena dos cidadãos, e não pode ser limitado para entender a legislação rígida, mas "como uma relação direta com a justiça, com a legitimidade e com a soberania e o bem-estar do povo" (Rotondano, 2015, p. 107).

Assim, a educação jurídica tem o potencial de quebrar o ciclo, corroborando com a emancipação proposta por Freire. No entanto, é necessário que o ensino siga moldes que despertem a função social do estudante e rompa as barreiras do ensino limitado. Segundo Oliveira (2016, p.75):

Ensinar Direito não é mera transferência de informação como reprodução de dogmas, das teorias doutrinárias e textos legais, essas ações fazem parte de um sistema arcaico. Em razão dos graves problemas sociais ocorrentes, é preciso um molde que faz com que o aluno busque informações elementares direto da fonte, por meio da leitura, para que em seguida, no encontro presencial em aula, discuta com seus colegas e professor.

A educação jurídica para jovens no ensino médio desempenha um papel crucial em capacitar os estudantes a entender seus direitos e responsabilidades dentro de um contexto legal. Essa formação proporciona uma base sólida de conhecimentos e habilidades necessários para que eles se tornem cidadãos informados e participativos em suas comunidades. Sendo que, um dos objetivos principais é capacitar os jovens a exercerem seus direitos e compreenderem as consequências de suas ações. Além desses aspectos fundamentais, a educação jurídica para jovens no ensino médio precisa abordar questões atuais e relevantes, como os direitos dos estudantes, o *bullying*, o uso responsável das mídias sociais, a segurança online e o acesso à justiça. Os estudantes devem ser incentivados a refletir sobre esses temas, discutir questões éticas e morais relacionadas e considerar como a lei pode ser aplicada para resolver problemas e promover a justiça social (Lima; Ortiz, 2021).

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ilustra a necessidade da inserção da educação jurídica no currículo da educação básica, uma vez que os jovens precisam redigir textos dissertativo-argumentativos sobre temas que frequentemente exigem compreensão jurídica para a construção de argumentos convincentes.

Desde sua criação em 1998, o ENEM tem abordado uma variedade de temas que exigem conhecimentos jurídicos, como direitos da criança e do adolescente, liberdade de informação e trabalho infantil. A presença do Direito no currículo do ensino médio prepararia os alunos para lidar com situações jurídicas em suas vidas diárias e os capacitaria para compreender e participar ativamente da sociedade como cidadãos informados e engajados.

A educação jurídica para jovens no ensino médio pode ser ministrada de diversas maneiras, incluindo aulas expositivas, debates, estudos de caso, simulações de tribunal, gamificação, atividades práticas, além de metodologias ativas como a aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula invertida. Os estudantes precisam ser encorajados a participar ativamente, fazer perguntas, discutir ideias e aplicar seus conhecimentos em situações do mundo real (Oliveira, 2016; Leal; Oliveira, 2021; Lima; Ortiz, 2021).

4. Produtos educacionais: alternativas de inserção da educação jurídica na EPT

As publicações na área de ensino abrangem uma ampla gama de trabalhos sobre a aplicação de métodos inovadores de ensino, sendo alguns destes relacionados à educação jurídica. Estes trabalhos exploram e discutem desde a importância da compreensão dos princípios básicos do direito até a necessidade de abordagens práticas e contextualizadas, tendo em comum a busca por uma educação jurídica mais eficaz e significativa. Assim, ao abordar aspectos como a metodologia de ensino e produtos educacionais bem-sucedidos, os trabalhos apresentados na Tabela 1 destacam a evolução do ensino jurídico, enfatizando a importância de conectar o conhecimento teórico à prática, promovendo o engajamento dos alunos e preparando-os para serem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade.

É possível observar que o produto educacional descrito no texto "Proposta metodológica de aplicação prática de conteúdos jurídicos no Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO" (Delgado; Ferrão, 2021) demonstra um valioso enfoque na integração prática de conteúdos jurídicos em um contexto educacional específico. Ao abordar a aplicação de conceitos jurídicos no âmbito do curso técnico em comércio, o estudo reafirma a importância de relacionar os conteúdos teóricos com situações práticas,

tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado, ressaltando a ideia de que a educação jurídica não se limita à mera transmissão de informações legais, mas sim busca a conexão entre teoria e prática, proporcionando aos alunos a compreensão das implicações legais nas atividades comerciais.

Tabela 1. Trabalhos publicados sobre educação jurídica na EPT.

Título	Referência
Proposta Metodológica De Aplicação Prática de Conteúdos Jurídicos No Curso Técnico Em Comércio Integrado Ao Ensino Médio Do IFRR/CBVZO	Delgado e Ferrão (2021)
Reflexões metodológicas para o ensino de Direito aplicado aos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Zona Norte	Lima e Ortiz (2021)
Sequência Didática com Noções de Direitos de Cidadania: Contribuição para a formação integral no ensino médio integrado.	Ferreira e Gameiro (2019)
Guia Didático de Noções Jurídicas no Ensino Médio Integrado	Nascimento e Reis (2020)
Ensino e Aprendizagem de Direito Apoiados por Gamificação na Educação Profissional e Tecnológica	Leal (2021)

Fonte: Autor (2023)

O artigo "Reflexões metodológicas para o ensino de Direito aplicado aos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Zona Norte" (Lima; Ortiz, 2021) apresenta uma perspectiva valiosa sobre o ensino do Direito em cursos técnicos, destacando a importância de uma abordagem metodológica apropriada para integrar eficazmente os conceitos jurídicos nas disciplinas técnicas. A construção de um produto educacional nesse contexto demonstra a necessidade de conectar os conteúdos de Direito com as áreas práticas, resultando em uma aprendizagem mais holística e aplicável. A abordagem proposta, ao utilizar estratégias como estudos de casos contextualizados, simulações e análises de situações reais demonstra um ensino centrado no estudante, que valoriza a participação ativa e a resolução de problemas como métodos eficazes para promover a compreensão prática do Direito. A proposição de um produto educacional que incorpore estratégias pedagógicas inovadoras, conforme sugerido por Lima e Ortiz (2021), é um passo

importante para otimizar a aprendizagem dos estudantes, oferecendo-lhes além do conhecimento legal, as habilidades práticas necessárias para enfrentar desafios reais em suas futuras carreiras profissionais.

Tanto na "Sequência Didática com Noções de Direitos de Cidadania" (Ferreira; Gameiro, 2019) como no "Guia Didático de Noções Jurídicas no Ensino Médio Integrado" (Nascimento; Reis, 2020) tem-se instrumentos pedagógicos relevantes que visam promover a compreensão e conscientização dos direitos e responsabilidades dos cidadãos em diversos contextos educacionais. Dessa forma, o produto educacional enriquece o aprendizado dos alunos com conhecimento legal, os prepara para se tornarem cidadãos informados, engajados e ativos em suas comunidades e na sociedade em geral assumindo o papel de preencher uma lacuna crucial no cenário educacional, proporcionando aos alunos do Ensino Médio Integrado um acesso inicial ao conhecimento jurídico.

Outro produto educacional relacionado e muito interessante é o "Ensino e Aprendizagem de Direito Apoiados por Gamificação na Educação Profissional e Tecnológica" (Leal, 2021) que explora uma abordagem inovadora para o ensino jurídico, integrando princípios da gamificação. O produto educacional desenvolvido neste contexto, um e-book interativo sobre conceitos jurídicos com elementos gamificados, que envolve a aplicação de elementos de design de jogos em contextos não lúdicos para aumentar o engajamento e a motivação dos alunos, refletindo a integração desses princípios. Uma vez que os jogos podem oferecer oportunidades para a exploração ativa, resolução de problemas e imersão, características que podem ser traduzidas em um ebook que incentiva os alunos a aplicar os conceitos legais em situações simuladas e desafiadoras. A abordagem baseada em gamificação enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aluno, pode proporcionar um ambiente de aprendizado que estimula a curiosidade, a experimentação e a participação ativa dos alunos. Isso torna o aprendizado de direito mais acessível e atraente para estudantes da educação profissional e tecnológica.

5. Considerações finais

A pesquisa traz apontamentos significativos sobre a importância da Educação Jurídica como conteúdo ser inserido no ensino médio integrado. Além

disso, a pesquisa abordou que o acesso à informação jurídica e a conscientização sobre leis são essenciais para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Ao analisar trabalhos já publicados sobre educação jurídica, identificou-se a necessidade de estratégias metodológicas que fogem do tradicional para tornar o ensino jurídico mais atrativo e compreensível. Os exemplos de produtos educacionais já aplicados e publicados demonstram a relevância da promoção de práticas integradoras na educação jurídica, visando à formação omnilateral dos alunos no ensino médio integrado.

Em acordo com os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, tais abordagens metodológica visam proporcionar uma educação profissional emancipatória, considerando o discente em suas múltiplas dimensões. Assim, revelando novas percepções da educação jurídica e seu potencial de contribuição para o ensino médio integrado na formação de cidadãos conscientes de seu papel perante a sociedade e que reconheçam o outro como igual em direitos.

Com isso, esta pesquisa contribuirá para a compreensão da educação jurídica no contexto dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFRR. Além de incentivar o desenvolvimento de abordagens educacionais que integrem o ensino jurídico de maneira crítica e acessível, promovendo o desenvolvimento integral e omnilateral dos alunos, pilares da EPT. Espera-se que o texto possa orientar futuras iniciativas educacionais e políticas públicas, visando uma formação cidadã mais robusta e inclusiva.

6. Referências

ANTAS, K. C. **A educação para a cidadania: a inclusão do ensino jurídico no ensino médio do município de Princesa Isabel.** Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Instituto de Educação. Lisboa, p. 172. 2014.

ARAÚJO, R. M. D. L.; RODRIGUES, D. D. S.; SILVA, G. P. D. Ensino integrado como projeto político de transformação social. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, p. 161-186, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm (acessado em 13 de agosto de 2023).

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, M. D. E. Resolução - 6. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 20 Setembro 2012.

BROCHADO, M. ÉTICA E AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, POLÍTICA E CIDADANIA. **Cad. Esc. Legisl**, Belo Horizonte, v. 12, p. 57-82, 2010.

BROCHADO, M. P. A ideia jurídica: pressupostos e caracterização. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, p. 159-190, 2010.

CONIF. Diretrizes indutoras para a oferta de cursos Técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Fórum de dirigentes de ensino/CONIF. 2018. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/ensino/Diretrizes_EMI_Reditec2018.pdf. Acessado em: 18 jun 2024.

DELGADO, R. B.; FERRÃO, T. S. Proposta Metodológica De Aplicação Prática de Conteúdos Jurídicos No Curso Técnico Em Comércio Integrado Ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO, **Ensino & Pesquisa**, v.19, n.3, 2021, p. 187-202, 2021.

FERREIRA, G. G.; GEMEIRA, M. B. C. Sequência Didática com Noções de Direitos de Cidadania: Contribuição para a formação integral no ensino médio integrado. 2019. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553667>

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G.; LIMA ARAÚJO, J. **Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado**. 2015.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A Gênese do Decreto n.5.154/2004: Um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

LEAL, A. K. B. B. Ensino e Aprendizagem de Direito Apoiados por Gamificação na Educação Profissional e Tecnológica. 2021. Produto Educacional (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2021.

LEAL, A. K. B. B.; OLIVEIRA, F. K. Ensino de Direito, aprendizagem baseada em jogos e gamificação na Educação Profissional e Tecnológica: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Labor**, v. 1, n. 25. 2021.

LIMA, C. L.; ORTIZ, I. R. G. Reflexões metodológicas para o ensino de Direito aplicado aos Cursos Técnicos do Instituto Federal de Rondônia, Campus Porto Velho Zona Norte. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 21, p. e12037, 2021.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NASCIMENTO, P.; REIS, I. **Guia Didático de Noções Jurídicas no Ensino Médio Integrado**. Instituto Federal do Sergipe. 2020.

OLIVEIRA, E. M. P. Docência em Direito e a “Sala de aula invertida” como opção metodológica ativa. **Evidência**, v. 12, n. 12, p. 59-77, 2016.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, nº 1, 2020.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais**. IFRN, 2015.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. [S.l.]. 2008.

RIBEIRO; E. C. S.; SOBRAL, K. M.; JATAÍ, R. P. **Omnilateralidade, politecnica, escola unitária e educação tecnológica: uma análise marxista**. IN: I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos de Pesquisas em Antonio Gramsci e VII JOREGG – Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

ROTONDANO, R. O. **Movimentos sociais e educação jurídica popular: estratégias de atuação coletiva para a consecução de direitos**. Brasília, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

Autores

Will Jones Pereira Moreira^{1,*}, Patrício Ferreira Batista², Tassiane dos Santos Ferrão³

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista/RR, Brasil.
2. Campus Amajari, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rodovia Antonino Menezes da Silva, Km 03, Amajari/RR, Brasil.
3. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso, CEP: 69.365-000, Caracaraí – RR, Brasil.

*Autor para correspondência: willmoreira2507@gmail.com

O Curso Técnico em Informática do IFRR no contexto da EPT: memórias dos egressos e suas contribuições para o mundo do trabalho

Daniele Maquine Rodrigues, Diego Lima de Souza Cruz, Tassiane dos Santos Ferrão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c4>

Resumo

A Educação Profissional e Tecnológica emerge como um vetor crucial para o avanço socioeconômico mediante a formação de profissionais qualificados que atendem às necessidades do mundo do trabalho. Por meio de uma revisão bibliográfica, o presente artigo apresenta a evolução da Educação Profissional e Tecnológica com foco no curso Técnico em Informática, destacando a importância das memórias coletivas dos egressos para entender a complexidade da inserção no mundo do trabalho. A análise da oferta formativa do curso revela uma metodologia que concilia conhecimentos técnicos e humanísticos, promovendo a formação integral do estudante. A pesquisa visa aprofundar os conhecimentos sobre as exigências educacionais para o mundo do trabalho, sublinhando a importância de uma educação que fomente a autonomia e a qualificação contínua. As memórias coletivas dos egressos são valorizadas como recurso para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o alinhamento da formação às exigências da área da informática. Infere-se que o curso Técnico em Informática, modalidade subsequente, oferecido pelo IFRR, desempenha papel essencial tanto na preparação de profissionais com competência técnica quanto na atuação dos mesmos como promotores de transformação social.

Palavras-chave: EPT, Informática, Memórias, Mundo do Trabalho.

1. Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se consolidado como um elemento estratégico na formação de profissionais qualificados e na promoção da cidadania. Instituições como os Institutos Federais (IFs) desempenham um papel central nesse processo, sendo reconhecidas, conforme Pacheco (2011), pela capacidade de inovação e formação cidadã, colaborando, portanto, para o desenvolvimento de uma comunidade democrática e equitativa.

A EPT transcende a mera capacitação técnica, promovendo uma formação integral que engloba conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, preparando o indivíduo para atuar de maneira crítica e reflexiva na sociedade (Ramos, 2021). Dessa forma, a formação técnica subsequente aprimora habilidades específicas para o mundo do trabalho e reforça a base de conhecimentos gerais, formando profissionais capacitados e reflexivos.

A Lei nº 9.394/96, que regula a educação brasileira, intitulada de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), define a EPT como uma modalidade educacional destinada a preparar cidadãos para o exercício de profissões e para a vida em sociedade. Nesse contexto, o trabalho é considerado um princípio educativo que, segundo Frigotto e Ciavatta (2012), promove o crescimento humano em suas múltiplas dimensões.

O Curso Técnico Subsequente em Informática (TSI), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), exemplifica a aplicação desses conceitos ao buscar uma formação que transcende a mera aquisição de competências técnicas, visando a formação integral do estudante. Esta abordagem encontra respaldo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR (2019 - 2023), que enfatiza a missão de promover a formação humana integral alinhada aos arranjos produtivos locais e ao desenvolvimento sustentável.

O resgate das memórias coletivas como instrumento para compreensão de como ocorre a inserção dos egressos no mundo do trabalho é um tema de crescente interesse, como demonstram várias pesquisas de Programas de Pós-graduação registrados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Estudos de Costa (2021), Lima (2021), Oliveira (2021), Palmieri (2022) e Vieira (2021) exploram as trajetórias de carreira dos egressos,

as competências adquiridas durante a formação e as exigências do mercado de trabalho, destacando a importância de uma formação humana integral.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre o curso TSI no contexto da EPT com foco na importância das memórias coletivas dos egressos para entender a complexidade da inserção no mundo do trabalho.

O artigo está estruturado em três seções principais: inicialmente, discorre sobre a evolução histórica e os conceitos fundamentais da EPT ressaltando o curso TSI do IFRR como um instrumento significativo para o desenvolvimento regional. Posteriormente, aborda a estrutura curricular do referido curso evidenciando sua contribuição na promoção da formação integral do corpo discente. Em sequência, contempla uma reflexão acerca da inserção dos egressos no mundo do trabalho, com ênfase nas memórias coletivas, sublinhando a importância de uma educação que fomente a autonomia e a qualificação contínua.

2. A Educação Profissional e Tecnológica: conceitos e evolução

A educação profissional surge como elemento formativo que insere jovens e adultos no mundo do trabalho, tendo como principais representantes as 661 unidades de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, distribuídas nas 27 unidades federadas do Brasil (Brasil, 2024).

Conforme Pacheco (2011) os IFs são reconhecidos pela ousadia e capacidade de inovação necessárias a uma formação cidadã, visando formar indivíduos capazes de interagir com o ambiente, refletir e realizar apontamentos e transformações, ou seja, contribuir para a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa.

A LDB, define que a EPT é uma modalidade educacional com a finalidade precípua de preparar os estudantes “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (Brasil, 1996). Essa modalidade de ensino contribui para a inserção e atuação efetiva dos cidadãos no mundo laboral e na sociedade como um todo.

Segundo Ramos (2021), a EPT é definida como uma síntese que combina formação geral e formação específica, superando a falsa oposição entre cultura

humanista e cultura técnica. Sendo assim, o conceito de EPT engloba a educação tecnológica, entendida como educação politécnica, que capacita os educandos a compreenderem as determinações históricas da produção da existência humana.

A EPT está intrinsecamente conectada à divisão social e técnica do trabalho, moldando as habilidades e conhecimentos necessários para que os profissionais contribuam efetivamente em diversos setores da economia. Antes de adentrarmos no processo histórico que permeia essa modalidade de educação, é essencial estabelecer um entendimento sólido sobre suas bases conceituais.

Essas fundações não apenas orientam a estruturação dos currículos e programas de ensino, mas também garantem que a educação fornecida esteja alinhada com os princípios éticos, as demandas sociais e as inovações tecnológicas. Com essa compreensão, podemos apreciar melhor a relevância da EPT para o ensino. Destacamos algumas bases conceituais ligadas à concepção de EPT: educação integrada, formação humana integral e trabalho como princípio educativo.

A **educação integrada** é a união da educação geral com a profissional englobando todas as áreas onde haja a preparação para o trabalho (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 267). Portanto, a educação integrada apresenta-se como uma forma de organização do ensino profissional baseada no princípio da EPT e vem saciar a necessidade de uma educação estimulante e comprometida com a sociedade e com a formação geral do educando, como almejado no PDI (IFRR, 2019).

A **formação humana integral** refere-se à formação cidadã antes da formação profissional, formando um cidadão capaz de compreender seu papel dentro do processo produtivo e nas relações sociais. Dessa forma, visando a integração da teoria com a prática na formação de profissionais críticos, os quais, além de desenvolver o trabalho como um princípio educativo, buscam melhorias para todos (Pacheco, 2015).

O **Trabalho como princípio educativo** ressalta o papel do trabalho na formação humana e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a educação é vista como um meio para alcançar esse objetivo. Nesse sentido, Frigotto e Ciavatta (2012) definem o trabalho como uma ferramenta

educacional que promove o crescimento intelectual, emocional e social do indivíduo.

A partir das bases conceituais citadas, é possível compreender sua importância no ensino dos conteúdos ministrados na educação profissional. O objetivo não é preparar o estudante com técnicas necessárias para desempenhar uma determinada profissão, mas sim, promover a formação integral por meio do poder de reflexão, do conhecimento da ciência, da cultura e tecnologia.

Compreender a conexão intrínseca entre o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura é primordial para, então, entender o trabalho como princípio educativo, conforme exposto por Pacheco (2012). Sob essa ótica, pode-se afirmar que o ser humano é o artífice de sua própria realidade e o protagonista de sua narrativa histórica. Isso se deve à sua capacidade de transformar a natureza, de se apropriar dela e de reformular o processo educacional com o intuito de promover a participação ativa dos indivíduos nas atividades produtivas de cunho social.

2.1 EPT e o IFRR: breve histórico

O desenvolvimento da EPT ocorreu em momentos distintos representando o comportamento do sistema educacional exigido pelas elites predominantes. A origem da Educação Profissional brasileira é datada de 1809 com a criação do Colégio das Fábrica, pelo príncipe Dom João VI, para atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal e às necessidades da Coroa recém instalada na Colônia (Garcia *et al.*, 2018).

A consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil ocorreu em 1906 com a fundação de escolas profissionais no estado do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 787/1906. Três anos depois, o Decreto nº 7.566/1909, promulgado por Nilo Peçanha, marcou a criação da rede nacional de EPT, originando as escolas técnicas e agrotécnicas. Inicialmente, a Educação Profissional tinha um caráter mais assistencial e higienista, distanciando-se de um enfoque estritamente educacional.

Na década de 1940, houve uma mudança de perspectiva, o Ensino Técnico no Brasil foi direcionado para atender às necessidades do desenvolvimento industrial e urbano, buscando formar mão de obra qualificada

para esse setor. Durante os governos militares, a partir de 1964, a educação técnica continuou focada em atender às demandas do capital financeiro e do desenvolvimento econômico, priorizando a formação prática em detrimento do desenvolvimento intelectual dos estudantes. Tal pensamento foi se alastrando até o governo de Fernando Henrique Cardoso, que impulsionou a criação de uma nova LDB, culminando na separação do Ensino Básico do Ensino Técnico (Brasil, 1996).

Na década de 1990, várias escolas técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica originando, em 1994, a base do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Em suma, no início, a Educação Profissional no Brasil estava voltada para o descendente do trabalhador, que precisava ingressar no mundo do trabalho o mais rápido possível e prover a subsistência familiar. Lopes (2019, p. 15) acrescenta que “apesar do Estado brasileiro apresentar uma preocupação com a oferta da educação profissional, revelava-se na realidade uma forma de promover a formação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho”.

Nesse contexto de evolução e reconhecimento da importância da EPT para o desenvolvimento do país, o IFRR emerge como uma instituição chave na promoção da educação inclusiva e qualificada, iniciando suas atividades em 1987 como, apenas, Escola Técnica. Em 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação de Roraima (CTE-RR) autorizou e reconheceu a Escola Técnica de Roraima. No governo de Itamar Franco, sob a Lei 8.670/93, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima. Posteriormente, por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR) oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

Em 2005, com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabeleceu a implantação da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Novo Paraíso, localizada no sul do estado. Já em 2007, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED, no Município do Amajari, no norte do estado. A instituição elevou-se a IFRR em 2008 (IFRR, 2019).

Em 2008, através da Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais, “especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, 2008, p. 1), visando a formação de cidadãos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais fundamentais para a construção de outro mundo possível. Dentre os IFs, encontra-se o IFRR que possui, além da reitoria instalada em Boa Vista-RR, quatro *Campi*: Amajari, Bonfim, Boa Vista Centro e Boa Vista Zona Oeste.

Nota-se que a criação dos IFs foi uma tentativa de aproximar-se da formação integral, sendo o precursor da modalidade e indo de encontro ao modelo econômico adotado pelo Estado brasileiro. Modelo criticado por Frigotto (2012, p. 269) ao referir que “a sociedade capitalista, sob a qual vivemos, constituiu-se mediante a superação das formas explícitas de exploração materializadas pela escravidão ou pelo servilismo das sociedades precedentes” e, dessa forma, esse sistema ainda perpetua uma lógica de exploração, agora mais sutil, priorizando o lucro em detrimento do valor do trabalho humano.

O PDI do IFRR (2019, p. 27) define a missão da instituição da seguinte forma: “promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável”. Isso ocorre por meio de uma educação integral que posiciona o estudante como construtor do conhecimento e participante ativo da comunidade, indo além de uma formação unilateral.

O IFRR tem como finalidade ofertar a EPT em todos os seus níveis e modalidades, no intuito de qualificar cidadãos com vistas à Educação Profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional (IFRR, 2020). Portanto, trata-se de uma instituição comprometida com a formação integral dos estudantes, não se limitando à empregabilidade dos egressos, mas preocupando-se, também, com uma educação de qualidade.

3. A importância do Curso Técnico em Informática do IFRR

O Plano do curso Técnico Subsequente em Informática foi elaborado em 2007 visando atender as necessidades do mercado tecnológico do estado de

Roraima. Com bases na LDB e nas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico, o curso objetiva habilitar técnicos em manutenção em computadores, bem como formar profissionais que possuam flexibilidade para avançarem de acordo com a evolução da área tecnológica (CEFET, 2007).

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT²), o curso subsequente é direcionado a quem já concluiu o ensino médio, e deseja adquirir o nível técnico, dividido em 3 módulos seguidos por um período de estágio. No IFRR, o curso é oferecido de forma presencial (Brasil, 2024).

Ainda, conforme o Plano do Curso, os componentes curriculares oferecidos abrangem uma variedade de competências e habilidades essenciais para a atuação profissional. As disciplinas "Empreendedorismo" e "Manutenção Básica de Computadores" são exemplos de como o curso busca desenvolver competências e habilidades essenciais, tais como gestão organizacional, comunicação, liderança, identificação e manipulação de componentes físicos de microcomputadores, montagens e configurações de equipamentos. Essa metodologia abrangente inclui aulas teóricas, práticas laboratoriais, iniciação à pesquisa, atividades de campo, seminários e debates, visando uma formação completa e alinhada com as exigências do mercado dinâmico e competitivo (CEFET, 2007).

Assim, o curso Técnico em Informática desempenha um papel crucial na capacitação de profissionais para o setor de tecnologia da informação em Roraima, promovendo o desenvolvimento e a inovação. A formação vai além da aquisição de conhecimentos técnicos, engajando os estudantes em uma atuação crítica e inovadora na área da tecnologia da informação conforme detalhado na tabela 1.

A formação oferecida pelo curso TSI é, portanto, uma resposta direta aos imperativos do cenário econômico atual, caracterizado pela sua rápida evolução e pela centralidade das tecnologias digitais. Assim, a importância do curso TSI reside tanto na preparação de profissionais para o mundo atual, quanto na formação de agentes transformadores, capazes de impulsionar o setor de tecnologia da informação rumo a novos horizontes.

² O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é uma ferramenta do Ministério da Educação (MEC) que tem como objetivo reunir e organizar informações sobre os cursos técnicos oferecidos no Brasil.

Tabela 1. Principais competências adquiridas no curso técnico em informática.

Área de competência	Habilidades Desenvolvidas
Manutenção de Equipamentos de Informática	Aprendem a executar tanto a montagem quanto a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, assegurando seu funcionamento adequado. Isso inclui a instalação e configuração de hardware e software.
Desenvolvimento de Sistemas	São capazes de criar soluções computacionais sob medida, utilizando ambientes de desenvolvimento modernos. Aprendem a realizar desde a modelagem até a implementação e manutenção de sistemas, garantindo que estes atendam às necessidades dos usuários finais.
Suporte Técnico	São habilitados a solucionar problemas de hardware, software e redes, também, aprendem a realizar diagnósticos precisos e a aplicar as soluções mais adequadas para garantir a satisfação dos usuários.
Gerenciamento de Banco de Dados	São capazes de modelar, construir e manter bases de dados. Isso envolve entender como os dados são armazenados, acessados e protegidos, além de garantir sua integridade e disponibilidade.
Segurança da Informação	São instruídos sobre como executar procedimentos de segurança, incluindo a proteção contra malwares e a implementação de políticas de segurança para redes e sistemas.
Administração de Redes de Computadores	São aptos a instalar, configurar e gerenciar redes de computadores. Isso abrange desde a configuração da infraestrutura física e lógica até a administração de Sistemas Operacionais de rede, monitoramento do ambiente e execução de procedimentos de segurança.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2024).

4. Inserção no Mundo do Trabalho: memórias coletivas

O mundo do trabalho é uma esfera dinâmica e em constante evolução, que se caracteriza não somente pela produção de bens e serviços, mas também como um vetor de desenvolvimento pessoal e profissional. A inserção bem-sucedida dos egressos neste contexto exige uma compreensão abrangente do trabalho e a capacidade de engajar em um processo contínuo de aprendizado e adaptação.

Corroborando com esse pensamento, Palmieri (2022) enfatiza a importância de considerar o mundo do trabalho na formação de profissionais. A educação deve preparar os alunos para enfrentarem desafios e se destacarem em suas carreiras, promovendo a emancipação individual. Isso implica em

capacitar os estudantes a tomarem decisões conscientes e eficazes, adaptando-se às mudanças do mundo do trabalho e atendendo às novas demandas formativas impostas pela contemporaneidade.

Frigotto (2012) argumenta que o trabalho é essencial para a emancipação e socialização do ser humano, sendo o meio pelo qual o indivíduo se relaciona com a natureza e com outros seres, transformando-se e se adaptando enquanto cria e recria a própria existência. O trabalho satisfaz necessidades biológicas, culturais, sociais, estéticas, simbólicas, lúdicas e afetivas, atendendo às diversas demandas humanas.

A formação profissional técnica subsequente em informática transcende o ensino de habilidades técnicas, enriquecendo o conhecimento dos estudantes e promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas essenciais para sua atuação no mundo do trabalho e para a construção de uma sociedade mais preparada e adaptável às mudanças contemporâneas.

A temática da inserção de egressos no mundo do trabalho é um assunto de relevância atual e objeto de estudos acadêmicos. A tabela 2 explana cinco pesquisas de mestrado profissional registrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as quais discutem a inserção profissional dos egressos, suas trajetórias de carreira, as competências adquiridas durante a formação e as exigências do mundo laboral.

Tendo em vista o panorama apresentado na tabela 2, a pesquisa de Costa (2021) se insere de maneira significativa nesse contexto. A investigação realizada pelo pesquisador originou a dissertação intitulada: “A gente não encontra tudo aqui: formação trabalho e experiência a partir de egressos do EMI do IFBaiano-campus Catu”, onde revela as dificuldades encontradas para a inserção no mundo do trabalho e destaca a necessidade de uma abordagem que articule a formação técnica e a formação geral, promovendo uma educação emancipadora e integradora. Também ressalta a importância de uma política educacional voltada para o trabalho como princípio educativo, visando uma formação integral.

Tabela 2. Pesquisas atuais sobre a importância da memória dos egressos.

Autor	Dissertação	Produto Educacional
Costa (2021)	A gente não encontra tudo aqui: formação, trabalho e experiência a partir de Egressos do Ensino Médio Integrado do IFBaiano Campus Catu	Filme documentário - A gente não encontra tudo aqui Vídeo documentário -
Lima (2021)	Construindo história: narrativas das experiências de aprendizagens vividas na EPT pelos alunos do PROEJA do curso de edificações do IFRN Campus Mossoró	Construindo história: narrativas das experiências dos alunos do PROEJA no IFRN - Campus Mossoró Vídeo documentário -
Oliveira (2021)	Eu tenho histórias pra contar: narrativa dos egressos do CEFET/IFRN, Campus Mossoró	Falas da esperança: educação que transforma vidas
Palmieri (2022)	Influências do ProfEPT na vida dos egressos	Vídeo documentário - As Influências do ProfEPT na Vida de Egressos
Vieira (2021)	Caderno de Memórias: narrativas dos egressos do Ensino Médio	Caderno de Memórias - Narrativas dos egressos do Ensino Médio

Fonte: Autora (2024)

Corroborando com o supracitado, a pesquisa de mestrado, intitulada “Construindo histórias: narrativas das experiências de aprendizagens vividas na EPT por alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com o PROEJA do curso de edificações do IFRN campus Mossoró”, realizada por Lima (2021), aborda o mundo do trabalho como um aspecto central na vida dos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando que a inserção no mundo do trabalho ocorre via formal ou informal e enfrentam desafios para conciliar suas atividades profissionais com os estudos.

O estudo desenvolvido por Oliveira (2021), denominado: “Eu tenho histórias para contar: narrativas dos egressos do CEFET/IFRN, campus Mossoró”, destaca a transformação e o processo de preparação para atuar de forma competente e ética no mundo do trabalho. Diante do exposto, infere-se

que a formação técnica aliada à formação humana e cidadã foi fundamental para o sucesso profissional dos egressos participantes do estudo.

A pesquisa de mestrado realizada por Palmieri (2022), cujo título é “Influências do ProfEPT na vida dos egressos”, aborda a relevância de uma formação alinhada às exigências do mercado de trabalho, enfatizando a promoção da autonomia e da qualificação dos profissionais da EPT.

Por sua vez, o estudo de mestrado conduzido por Vieira (2021), que recebe o título de “Caderno de Memórias: narrativas dos egressos do ensino médio”, ressalta que o propósito da formação profissional é preparar os estudantes para uma atuação qualificada e crítica no ambiente de trabalho. Este estudo enfoca a importância de considerar as demandas e as transformações sociais, políticas e econômicas no processo de formação. A pesquisa também aborda a relação entre educação e trabalho, ressaltando que a EPT deve estar alinhada com as necessidades dos trabalhadores e com a produção e transformação da existência humana.

Em suma, as memórias coletivas são fundamentais para entender a complexidade da inserção no mundo do trabalho. Elas oferecem informações sobre as competências valorizadas pelo setor, as estratégias de adaptação às mudanças tecnológicas e as expectativas de carreira dos profissionais. Ao reconhecer e valorizar essas memórias coletivas dos egressos, as instituições de ensino podem aprimorar suas práticas pedagógicas e contribuir para uma formação mais alinhada às demandas atuais e futuras do mundo do trabalho na área de informática.

5. Memórias como Patrimônio Histórico-Educativo

Antes de conceituar, deve-se compreender a memória como uma capacidade humana de guardar suas informações e experiências vividas para lembrar posteriormente. Nesse sentido, Le Goff (1990, p. 423) considera a memória como propriedade de conservar as informações, sendo “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

O conceito de memória, também, pode ser compreendido como “uma persistência a uma realidade de alguma forma intacta e contínua”, e ainda, como “uma coleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal” (Rossi,

2010, p. 15). Assim sendo, a memória pode ser considerada como um processo seletivo e natural, constituída por ideias sobre temas e acontecimentos que não necessariamente foram vivenciados, ou seja, é uma construção individual de conceitos. Essa interpretação sugere que a memória não é apenas uma reprodução fiel de eventos passados, mas também uma construção ativa e seletiva de significados a partir desses eventos.

A construção da história das sociedades é uma questão de memória não no sentido meramente subjetivo, mas no sentido cultural, uma questão da temporalidade da vida e de seu registro. Através da narrativa, da representação, da poesia ou do discurso científico, da historiografia escrita, da produção e da conservação de acervos que resgatem a memória histórica, preservamos o passado, nele nos reconhecemos e projetamos o futuro (Ciavatta, 2012, p. 37).

Depreende-se que a memória desempenha um papel crucial na formação da identidade e na maneira de interpretar e interagir com o mundo. Além disso, a memória também tem um componente temporal, pois as imagens ou ideias que ela contém estão sempre referenciadas a um determinado momento no tempo, por esse motivo é possível lembrar do passado, se orientar no presente e se planejar para o futuro.

Termo bastante similar ao conceito de memória é a reminiscência, que por sua vez, trata-se da “capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido” (Rossi, 2010, p. 15), sendo assim, ela pode ser usada pelos egressos de diferentes maneiras, principalmente no contexto educacional e profissional, permitindo relembrar conhecimentos anteriores; aprender com experiências passadas evitando erros anteriores ou identificando estratégias bem-sucedidas que possam ser aplicadas no ambiente de trabalho; adaptar-se a novos desafios e tomar decisões. Em suma, a reminiscência contribui para a construção de uma base sólida de conhecimento e experiência, que é essencial no mundo do trabalho em constante evolução.

As memórias são essenciais para dar significado à vida e manter viva a história dos homens. Sem a capacidade de guardar lembranças, não há como recordar eventos, rostos e informações importantes. Ao longo de qualquer curso, muitos acontecimentos, experiências e aprendizados contribuem para a formação de lembranças e memórias dos egressos.

Seja a imagem fotografada ou filmada é sempre parte da história do homem, parte de sua vivência e pode ser apreendido de múltiplos significados, portanto, “todo o processo de produção da imagem, [...], de sua observação e interpretação é permeado por elementos ideológicos da concepção de realidade e da visão de mundo de cada um dos sujeitos envolvidos” (Ciavatta, 2012, p. 37). Essas imagens também são parte do patrimônio histórico-educativo, refletindo a cultura e a época em que foram criadas.

No estudo de Oliveira (2017), é discutida a importância da memória individual e coletiva. Nesse contexto, a descrição precisa de eventos passados depende da interpretação de cada indivíduo, uma vez que cada pessoa interpreta os fatos de maneira única, influenciada pelo que considera relevante ao descrever esses acontecimentos. É relevante destacar que cada egresso possui sua própria perspectiva sobre os eventos ocorridos, resultando em uma “verdade” pessoal que molda suas memórias.

No entanto, a memória também é caracterizada por “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (Pollack, 1992, p. 2). Isso se tornou evidente durante as entrevistas, onde os egressos relataram eventos com ordem cronológica variada e, em algumas situações, foi necessário repetir perguntas anteriores cujas respostas permaneceram inalteradas.

A relação entre memória e espaços pedagógicos são importantes para a formação integral dos alunos. Ambientes de aprendizado bem projetados e estimulantes podem criar memórias positivas, associando conceitos e informações ao ambiente físico, tornando o processo de aprendizado mais memorável. Além disso, as experiências sociais e interações também influenciam a construção da memória educacional, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

No âmbito da educação integral, a prática e a teoria encontram-se interligadas, culminando na diversificação dos ambientes pedagógicos empregados para a promoção do aprendizado. Nesse sentido, a biblioteca, pátio e corredores são considerados laboratórios de memórias e informações pertinentes à formação oferecida, uma vez que favoreceram o desenvolvimento de vivências e, por consequência, as memórias dos egressos. Esses espaços não são apenas locais de aprendizado, mas também são parte do patrimônio

histórico-educativo da instituição, que reflete as vivências e as experiências dos alunos ao longo dos anos.

Mészáros (2008) adiciona a essa interpretação ao assegurar que o processo contínuo de aprendizagem ocorre também no exterior das instituições formais de ensino, favorecendo a formação de memórias, tais como locais de estágio e o no mundo laboral. Essas memórias são componentes essenciais do patrimônio histórico-educativo, influenciando a trajetória educacional e profissional dos egressos.

6. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, foi possível constatar a relevância estratégica da EPT no desenvolvimento de competências que atendem às exigências do mundo do trabalho, em especial no âmbito do curso TSI ofertado pelo IFRR. A abordagem pedagógica adotada pelo curso, que harmoniza o ensino técnico com a formação humanística, emerge como um diferencial na preparação de profissionais qualificados e cidadãos conscientes, capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico regional.

As memórias coletivas dos egressos, exploradas neste estudo, constituem uma fonte inestimável de conhecimento prático, refletindo as experiências vivenciadas e fornecendo perspectivas valiosas para o aperfeiçoamento contínuo das práticas educativas. A valorização dessas memórias permite não apenas compreender os desafios enfrentados pelos profissionais no campo da informática, mas também identificar oportunidades de alinhamento entre a oferta formativa e as demandas do mercado.

Conclui-se, portanto, que a EPT, em especial o curso TSI do IFRR, desempenha um papel essencial para a formação de recursos humanos qualificados, prontos para enfrentar os desafios inerentes ao campo da tecnologia da informação e para aproveitar as oportunidades de um mercado em constante evolução. Assim, reitera-se a importância de investimentos contínuos em educação profissional e tecnológica, visando à construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inovadora. Além disso, salienta-se a relevância de novas pesquisas com os egressos dos cursos técnicos do IFRR para identificar como ocorre a inserção desses estudantes no mundo do trabalho, contribuindo assim para a evolução contínua da qualidade e relevância da EPT.

7. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 4ª ed., 2023. <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf> (Acessado em 25 de fevereiro de 2024)

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **D.O.U.** Brasília, DF, 23 dez. 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. (Acessado em 30 de junho de 2022).

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Apresentação**. 2023. <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. (Acessado em 20 de fevereiro de 2024)

BRASIL. Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **D.O.U. Brasília-DF**, 30 dez. 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm (Acessado em 30 de junho de 2022).

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA. **Plano do Curso Técnico Subsequente em Informática**. Boa Vista-RR, 2007. https://boavista.ifrr.edu.br/cursos/tecnicos/copy_of_curso-tecnico-em-informatica/documentos/PlanoCursoSubsequente.pdf/at_download/file (Acessado em 30 de junho de 2022).

COSTA. Joseane da C. P. **A gente não encontra tudo aqui: formação, trabalho e experiência a partir de egressos do Ensino Médio Integrado do IFBaiano campus Catu**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Catu-BA, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, R. S.; PEREIRA I. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. (267-274). <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224> (Acessado em 02 de janeiro de 2024)

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA I. B.; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. (750-769). <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224> (Acessado em 02 de janeiro de 2024)

GARCIA, Adilso de C.; DORSA, Arlinda C.; OLIVEIRA, Edilene M. de; CASTILHO, Maria A. de. Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória. **Revista Vozes dos Vales**. n.13, Ano VII, p. (1-18), 2018. <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf> (Acessado em 12 de janeiro de 2024).

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**. 2019.
<https://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023> (Acessado em 26 de junho de 2022).

LIMA, Ketúcia M. D. de. **Construindo histórias**: narrativas das experiências de aprendizagens vividas na EPT pelos alunos do PROEJA do curso de edificações do IFRN campus Mossoró. Dissertação (Mestrado Profissional e Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2021.

LOPES, Marcelo W. V. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 10, e298101374, 2019.
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1374> (Acessado em 02 julho de 2022).

OLIVEIRA, Zaira N. da S. **Eu tenho histórias para contar**: narrativa dos egressos do CEFET/IFRN, campus Mossoró. Dissertação (Mestrado Profissional e Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Mossoró, RN, 2021.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: Diretrizes para uma Educação Profissional e Tecnológica transformadora. Natal: Editora IFRN, 2015.

PALMIERI, Graziela P. A. **Influências do ProfEPT na vida dos egressos**. Dissertação (Mestrado Profissional e Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, Charqueadas, RS, 2022.

RAMOS, Marise N. Educação Profissional e Tecnológica: (re)conceituando a (contra)hegemonia. In: SILVA, C. N. N. da, ROSA, D. dos S. (org.). **As Bases Conceituais na EPT** - 1ª ed., Brasília, DF: Editora Nova Paideia, 2021. P. (29-44), <https://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/issue/view/12/2> (Acessado em 21 de janeiro de 2024)

VIEIRA, William B. **Caderno de memórias**: narrativas dos egressos do Ensino Médio. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília, DF, 2021.

Autores

Daniele Maquine Rodrigues¹, Diego Lima de Souza Cruz², Tassiane dos Santos Ferrão^{3,*}

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista/RR, Brasil.
2. Campus Amajari, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Rodovia Antonino Menezes da Silva, Km 03, Amajari/RR, Brasil.
3. Campus Novo Paraíso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Br 174, Km 512, Caracarái/RR, Brasil.

*Autor para correspondência: tassiane.ferrao@ifrr.edu.br

Saúde Indígena em Roraima: principais desafios da PNASPI nos DSEIs Leste Roraima e Yanomami

Andreza Fontenele Ravazzi, Marcia Brazão e Silva Brandão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c5>

Resumo

A saúde indígena no Brasil envolve múltiplas dimensões, especialmente no que diz respeito às questões socioculturais que moldam o processo saúde-doença nessas comunidades. Este estudo explora os desafios enfrentados pela implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), com foco na atuação dos profissionais de saúde, em particular da enfermagem. A pesquisa aborda a falta de qualificação específica para o contexto intercultural e as dificuldades enfrentadas em regiões remotas, como as áreas atendidas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) do Estado de Roraima. A análise também examina o papel fundamental da enfermagem na prestação de cuidados, revelando as barreiras enfrentadas pelos profissionais, como a escassez de infraestrutura e suporte, e a necessidade de uma formação contínua e adaptada às particularidades culturais indígenas. No estado de Roraima, que abriga a maior proporção de população indígena no Brasil, os desafios são ainda mais pronunciados, refletindo tanto os avanços quanto as lacunas na implementação das políticas de saúde. O estudo conclui que melhorias nas condições de trabalho, infraestrutura e capacitação dos profissionais são essenciais para garantir um atendimento mais eficiente, coeso e culturalmente sensível, promovendo a equidade e a integralidade na assistência à saúde dos povos indígenas.

Palavras-chave: DSEI, enfermagem, PNASPI, saúde indígena, SASISUS.

1. Introdução

A saúde dos povos indígenas no Brasil está inserida em um contexto de desafios significativos, marcado por questões socioculturais e territoriais. A Constituição Federal de 1988 garantiu direitos fundamentais a essas populações, incluindo o acesso à saúde, mas, na prática, muitas dessas garantias ainda enfrentam barreiras para se efetivar. Os povos indígenas, historicamente marginalizados, continuam a enfrentar dificuldades para acessar serviços de saúde que respeitem suas especificidades culturais e sociais (Kauss, 2016; Ferri, 2018).

Com a criação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) em 2002, o governo brasileiro buscou garantir um atendimento integral e diferenciado a essas populações. A PNASPI propõe um modelo de atenção que respeita as práticas tradicionais de saúde indígenas, promovendo a equidade no acesso aos serviços de saúde e reconhecendo a diversidade cultural dessas comunidades. No entanto, a implementação dessa política ainda é marcada por desafios, como a falta de infraestrutura adequada e a ausência de formação específica dos profissionais de saúde (Gomes; Ferreira, 2019; Oliveira, 2020).

Nesse contexto, a enfermagem assume um papel central na prestação de cuidados à saúde indígena. Esses profissionais, integrantes das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), enfrentam desafios interculturais e logísticos, especialmente nas regiões de difícil acesso, como a Amazônia. A necessidade de adaptação às particularidades culturais dessas comunidades exige desses profissionais uma formação contínua e especializada, que, muitas vezes, ainda é insuficiente (Lima, 2021; Luna *et al.*, 2019).

O estado de Roraima, que possui a maior proporção de população indígena do Brasil, é um exemplo importante desse cenário conforme dados do IBGE (Brasil, 2022). Com uma população indígena significativa, principalmente nas regiões atendidas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Yanomami e Leste, o estado reflete tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pela saúde indígena no país. A atuação desses distritos tem sido pioneira no desenvolvimento de práticas que moldaram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) e influenciaram a política nacional de saúde indígena (Hayd *et al.*, 2008)

Este estudo, de natureza exploratória e qualitativa, tem como objetivo analisar os desafios da saúde indígena no Brasil, com ênfase na atuação da enfermagem e nas particularidades da saúde indígena no estado de Roraima. Serão explorados os impactos da PNASPI, a importância da qualificação dos profissionais de saúde e as condições de trabalho no atendimento a essas populações.

2. Atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil

Os povos indígenas no Brasil enfrentam um complexo conjunto de desafios relacionados à preservação de suas terras e culturas, constantemente ameaçadas pela modernização e por conflitos territoriais. Apesar das conquistas em termos de reconhecimento legal, como a Constituição Federal de 1988, muitos desses direitos continuam a ser violados, especialmente no que diz respeito ao acesso à saúde (Kauss, 2016; Ferri, 2018).

Essas comunidades, historicamente marginalizadas, enfrentam uma realidade onde as políticas públicas, embora criadas com boas intenções, frequentemente não conseguem integrar as particularidades socioculturais dos povos indígenas. Um dos principais obstáculos é a falta de qualificação específica dos profissionais de saúde, que muitas vezes não recebem o treinamento necessário para lidar com as práticas culturais e os saberes tradicionais indígenas. Isso gera um atendimento que, além de ineficiente, pode ser visto como desrespeitoso e impositivo (Gomes; Ferreira, 2019; Oliveira, 2020).

Outro fator que agrava o quadro é que muitos indígenas, em busca de manter suas tradições, optam por métodos de cura baseados em suas próprias culturas antes de recorrerem ao sistema de saúde oficial. Embora essas práticas sejam valiosas dentro de suas comunidades, podem, em alguns casos, retardar o acesso a cuidados médicos especializados, o que agrava certas condições de saúde (Barbosa; Pimenta, 2022). Além disso, o preconceito e a discriminação por parte dos profissionais de saúde muitas vezes reforçam o distanciamento entre essas populações e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Criada em 2002, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) tem como objetivo garantir a essas comunidades um atendimento de saúde integral e diferenciado, respeitando as suas tradições

culturais, a diversidade geográfica e as especificidades de cada povo indígena. A PNASPI busca promover a equidade no acesso aos serviços de saúde, por meio de um modelo que considera as particularidades das diferentes etnias, e se organiza através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), responsáveis por adaptar os serviços de saúde às realidades locais.

Para superar esses desafios, é fundamental que a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) seja implementada de forma que respeite e integre os conhecimentos tradicionais e as práticas de cura locais. A articulação de modelos de atenção diferenciados, que considerem as especificidades socioculturais e geográficas das comunidades indígenas, é essencial para garantir a eficácia das políticas de saúde (Marinho; Pontes, 2017). Somente com um diálogo constante entre o saber biomédico e o saber tradicional será possível construir um sistema de saúde mais inclusivo e culturalmente sensível.

2.1. Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI)

A saúde dos povos indígenas no Brasil tem sido historicamente negligenciada, refletindo a falta de políticas públicas específicas até o final do século XX. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, que preconiza princípios como a universalidade e a integralidade, tornou-se evidente que as particularidades culturais e geográficas dos povos indígenas exigiam uma abordagem diferenciada. A resposta a essa demanda veio com a criação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) em 2002, que tem como objetivo garantir um atendimento integral e culturalmente apropriado a essas populações (Brasil, 2002).

A PNASPI visa proporcionar acesso à saúde que considere a diversidade social, cultural e geográfica dos povos indígenas, promovendo a superação de fatores que tornam essas populações mais vulneráveis a agravos de saúde (Brasil, 2002). Além disso, reconhece a eficácia da medicina tradicional indígena e busca integrá-la ao modelo de atenção oferecido pelo SUS, sempre respeitando os direitos culturais desses povos (Gomes; Ferreira, 2019).

Para operacionalizar essa política, foram criados os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), unidades descentralizadas que organizam os serviços de saúde de acordo com as características locais de cada localidade.

Cada DSEI é responsável por articular os cuidados sanitários e gerenciar unidades de saúde nas aldeias, como os polos base e as Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), garantindo a oferta de serviços essenciais, como vacinação, cuidados pré-natais e tratamento de doenças comuns (Passos, 2024).

No entanto, apesar dos avanços, a implementação da PNASPI enfrenta desafios significativos. Muitos profissionais de saúde carecem de formação adequada para atuar no contexto intercultural, e a infraestrutura em muitas aldeias é insuficiente. A fragmentação dos serviços e a falta de materiais e de profissionais qualificados comprometem a continuidade e a qualidade do atendimento prestado (Barbosa; Pimenta, 2022).

Dessa forma, embora a PNASPI tenha transformado o panorama da saúde indígena no Brasil, sua efetividade depende de uma melhor coordenação entre os diferentes níveis de governo e da alocação de recursos adequados para garantir que os serviços de saúde sejam acessíveis e respeitosos às complexidades culturais e sociais dessas comunidades (Gondim, 2018).

2.2. Enfermagem nos cuidados e atenção a saúde dos povos indígenas

A atuação da enfermagem no cuidado aos povos indígenas enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à qualificação profissional e à compreensão das particularidades culturais dessas populações. Oliveira (2020) aponta que, apesar da importância da equipe de enfermagem, há uma carência de formação específica para lidar com os aspectos étnico-culturais desses povos, o que compromete a qualidade do atendimento.

As Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), compostas por enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, agentes indígenas de saúde e outros profissionais, desempenham um papel central na promoção da saúde indígena. Contudo, Lima (2021) destaca a alta rotatividade de profissionais e a falta de capacitação intercultural, o que afeta a continuidade e a eficácia dos cuidados prestados. Neste sentido, os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), por sua vez, integram o trabalho da EMSI, atuando como elo entre as comunidades e os serviços de saúde, decorrente do seu conhecimento profundo dos costumes e tradições locais (Langdon *et al.*, 2006).

Um dos maiores desafios para os profissionais de enfermagem que atuam em áreas indígenas é a necessidade de adaptar suas práticas ao contexto intercultural. A visão de saúde e doença dos povos indígenas muitas vezes difere do modelo biomédico tradicional, exigindo dos profissionais maior sensibilidade e flexibilidade (Gomes; Ferreira, 2019). Além disso, a falta de infraestrutura adequada, como postos de saúde equipados e meios de comunicação eficientes, agrava as dificuldades operacionais, especialmente em regiões de difícil acesso, como a Amazônia Legal (Luna *et al.*, 2019).

A realidade enfrentada por esses profissionais é de extrema pressão, uma vez que, em muitas comunidades, são os únicos responsáveis pelo atendimento de emergências e pela organização das remoções para hospitais, muitas vezes em condições precárias de transporte e infraestrutura. Em áreas de difícil acesso, como aquelas onde só é possível chegar de barco ou avião, os desafios são ainda maiores, limitando as possibilidades de intervenção em casos de urgência (Arruda; Santos; Silva, 2022).

Para que o cuidado à saúde indígena seja efetivo, é fundamental que os profissionais de enfermagem e os demais membros da EMSI tenham acesso a programas contínuos de formação, com foco na interculturalidade e no diálogo com os líderes comunitários, promovendo uma atuação que respeite as tradições culturais e, ao mesmo tempo, ofereça cuidados de saúde de qualidade.

2.3. Formação e trabalho da enfermagem em saúde indígena

A atuação dos profissionais de saúde em comunidades indígenas está inserida em um contexto etnocultural dinâmico, que exige uma abordagem diferenciada e flexível. Para atender adequadamente a essas populações, é fundamental que a formação inicial dos enfermeiros e outros profissionais de saúde inclua uma preparação específica que contemple os aspectos culturais e sociais das comunidades onde atuarão (REIS; BORGES, 2019). Contudo, a realidade ainda mostra que muitos profissionais chegam ao campo sem a devida qualificação para lidar com essas especificidades, o que compromete a qualidade do atendimento (Arruda; Santos; Silva, 2022).

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2024b), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) conta com mais de 22 mil profissionais que garantem a assistência primária à saúde nos territórios indígenas. Entre as

principais ações realizadas estão a vacinação, saúde bucal, vigilância nutricional, consultas pré-natais, entre outras atividades. No entanto, como destacado por Arruda, Santos e Silva (2022), muitos enfermeiros que atuam nessas áreas frequentemente enfrentam situações que vão além de suas atribuições formais, como a necessidade de lidar com emergências sem o suporte adequado de outros profissionais.

Nesses contextos, os profissionais de enfermagem são frequentemente os únicos responsáveis pelo atendimento, o que aumenta a pressão e a necessidade de adaptações diante de situações críticas. Além disso, o déficit de suporte logístico, como a dificuldade em transportar insumos e realização de campanhas vacinais, agrava ainda mais as condições de trabalho (Arruda; Santos; Silva, 2022).

A enfermagem, como parte integrante da EMSI, depara-se constantemente com dificuldades na atuação, situação essa relatada por Frontelmo (2018), onde comenta que no cenário de atuação dos profissionais de enfermagem voltado para a saúde dos Povos Indígenas do Brasil nota-se a necessidade de qualificação e aprofundamento das discussões sobre políticas e aspectos étnico-culturais desta população.

A articulação entre os saberes biomédicos e as práticas tradicionais indígenas é essencial para garantir um atendimento eficaz. No entanto, a formação atual ainda carece de um foco maior na interculturalidade, e muitos profissionais não estão preparados para dialogar com os conhecimentos tradicionais e terapêuticos dessas comunidades (Gomes; Ferreira, 2019). Isso ressalta a necessidade de uma abordagem educacional mais integrada, que promova o respeito e a valorização das práticas culturais indígenas.

3. Atenção à saúde indígena no Estado de Roraima

Atualmente, o Brasil possui, integrado ao Sistema Único de Saúde, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena dedicado exclusivamente aos indígenas brasileiros domiciliados no contexto de aldeias.

De acordo com os dados mais recentes do Censo 2022, o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas, pertencentes a 305 etnias e falantes de 274 línguas. A maior parte dessa população está concentrada na região Norte, onde o estado de Roraima se destaca. Em Roraima, vivem 89.882 indígenas, o que

corresponde a 14,12% da população do estado, tornando-o a Unidade da Federação com a maior proporção de indígenas em relação à população total (Brasil, 2022).

O mapa abaixo ilustra essa distribuição percentual em relação ao total de habitantes. Roraima se destaca com 14,12% de sua população formada por indígenas, seguido pelo Amazonas com 7,74%. Outros estados, como Mato Grosso do Sul e Acre, apresentam entre 2,51% a 10% de indígenas em suas populações. Já regiões como o Distrito Federal e o Rio de Janeiro têm menos de 1% de indígenas em relação à população total (Brasil, 2022).



Figura 1. População Indígena por unidades da federação - 2022. Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: População Indígena – Unidades da Federação.

A Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) atende aproximadamente 806.392 indígenas, distribuídos em 6.902 aldeias que estão organizadas em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Essas aldeias são apoiadas por 377 polos base e estão localizadas em 559 terras indígenas, espalhadas por 506 municípios em 24 estados do Brasil (Brasil, 2024a).

No entanto, os diferentes órgãos públicos utilizam métodos variados para coletar informações, resultando em discrepâncias nos dados disponíveis sobre

a população indígena em Roraima, que variam conforme a fonte. Enquanto o IBGE contabiliza a população total indígena, incluindo aqueles que vivem fora das aldeias, em áreas urbanas e rurais, a SESAI se refere apenas aos indígenas que vivem nas aldeias e recebem atendimento pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Brasil, 2022; Brasil, 2024a). No DSEI Leste Roraima, o censo populacional registra 65.464 indígenas (Brasil, 2024b). Já a SESAI informa que o DSEI Yanomami possui 32.439 indígenas (Brasil, 2024a), totalizando 97.903 pessoas que vivem nas comunidades atendidas pelos dois distritos, conforme dados extraídos do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) emprega mais de 22 mil profissionais em todo o Brasil, sendo 52% indígenas. Esses profissionais enfrentam desafios logísticos significativos, atuando em áreas remotas e de difícil acesso, muitas vezes sem eletricidade ou meios de comunicação.

Neste sentido, muito do que hoje constitui a estrutura da saúde indígena no Brasil foi resultado direto dos modelos desenvolvidos pelo DSEI Yanomami e pelo DSEI Leste Roraima. Esses dois distritos pioneiros serviram de base para a criação e consolidação de políticas e práticas que foram posteriormente adotadas em todo o país, moldando o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) e influenciando significativamente a forma como a saúde indígena é gerida e implementada em nível nacional (Hayd *et al.*, 2008).

4. Conclusão

Este estudo demonstra que, embora a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) tenha promovido avanços significativos, ainda há desafios importantes no atendimento à saúde das comunidades indígenas no Brasil. A falta de capacitação intercultural dos profissionais de saúde, em especial da enfermagem, continua a ser um dos maiores obstáculos para a oferta de um atendimento que respeite as especificidades culturais dessas populações.

A pesquisa revelou que a formação insuficiente dos profissionais, aliada à carência de infraestrutura nas áreas remotas, compromete a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Profissionais que atuam em regiões de difícil acesso, como na Amazônia, enfrentam desafios logísticos e condições de trabalho adversas, o que torna o atendimento ainda mais desafiador.

Além disso, a integração entre o saber biomédico e os conhecimentos tradicionais indígenas, conforme previsto pela PNASPI, ainda não se efetivou de forma plena. Os profissionais de saúde, muitas vezes, não recebem treinamento adequado para lidar com as práticas culturais dessas comunidades, o que leva a um atendimento que pode ser percebido como desrespeitoso e inadequado. Há uma necessidade urgente de incluir a interculturalidade na formação dos profissionais de saúde, de forma a promover um diálogo entre as práticas tradicionais indígenas e o conhecimento biomédico.

Conclui-se que, para que a PNASPI alcance sua plena eficácia, é fundamental melhorar a qualificação contínua dos profissionais de saúde, bem como proporcionar melhores condições de trabalho e infraestrutura nas áreas remotas. Somente assim será possível garantir um atendimento mais eficiente, coeso e culturalmente sensível, promovendo a saúde de maneira integral e respeitosa às comunidades indígenas.

5. Referências

ARRUDA, Silmara de Campos Pacheco; SANTOS, Goya Pitágoras Freitas; SILVA, Bruno Pereira da. *Enfermagem na saúde indígena*. Editora **ABen**. *Enfermagem no cuidado à saúde de populações em situação de vulnerabilidade*, v. 2, p. 55-69, 2022.

https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2022/07/e12-vulneraveis_vol-II-cap7.pdf (acessado em 20 de agosto de 2024).

BARBOSA, Bruna Michele; PIMENTA, Letícia Belanciere. *Rio de sangue na água cristalina: A saúde da população indígena e o trabalho do serviço social*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2022. Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana.

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/54a5d070-fc58-4af7-aacb-d4cb31907e65/content> (acessado em 27 de junho de 2022).

BRASIL. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Mapas. Disponível em:

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=N3>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. População indígena atendida pela SESAI. Disponível em:

https://infoms.saude.gov.br/extensions/sesai_pop_indigena/sesai_pop_indigena.html. Acesso em: 14 set. 2024. (BRASIL, 2024a)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Censo Populacional do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima - Junho de 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. (BRASIL, 2024b)

FERRI, Erika Kaneta. Políticas públicas de Ação Afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores. **Rev. Pré Posições**, v. 29, n. 1 (86), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/9j7Hj76GQsxPNqQH3vWqKrs/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 27 de junho de 2022.

FRONTELMO, Clarice Souza. O papel do enfermeiro na assistência à população indígena no âmbito da atenção primária em saúde. 2016. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, 2016. Orientador Prof. Dr. Felipe Guimarães Tavares. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3459/TCC%20Clarice%20Souza%20Frontelmo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 27 de junho de 2022.

GOMES, RYANNE CAROLYNNE MARQUES; FERREIRA, Keyla Cristina Vieira Marques. Xukuru do Ororubá: desafios na integração aos serviços de saúde. **Revista de Enfermagem UFPE**. v. 13, n. 4, p. 915-923, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/237859/31753> Acesso em: 27 de junho de 2022.

GONDIM, Fátima Sonally Sousa. Projeto Mais Médicos na saúde indígena no Brasil: perfil e cobertura dos profissionais nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. 2018. 98 f., il. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/3845942?show=full>. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

HAYD, R. L. N.; OLIVARES, A. I. O.; FERREIRA, M. L. S.; LUITGARDS-MOURA, J. F. Um olhar sobre a saúde indígena no estado de Roraima. **Mens Agitat**, v. 3, n. 1, p. 89-98, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/items/91749c2f-cc72-46fc-aeec-3fc66c2267b5>. Acesso em: 14 set. 2024.

KAUSS, Vera Lucia Teixeira. Povos Indígenas Brasileiros: Vivendo, Ainda Hoje, Entre "A Cruz e A Espada". **Revista Magistro**, v. 2, n. 14. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/view/4292/2231> Acesso em: 20 de setembro de 2024.

LANGDON, Esther Jean et al. A participação dos agentes indígenas de saúde nos serviços de atenção à saúde: a experiência em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2637-2646, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RN9wZpfvKXNY3VZpHtLBybD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 de agosto de 2024.

LIMA, Angelina de Oliveira. O papel do enfermeiro dentro do contexto da assistência indígena: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23468/20977/285189>. Acesso em 27 de junho de 2022.

LUNA, Willian Fernandes, *et al.* Projeto Mais Médicos para o Brasil em áreas remotas de Roraima, Brasil: relações entre médicos e Grupo Especial de Supervisão. **Rev. Espaço aberto, Interface (Botucatu)**, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/BQKT6gKRcQSGk6RGMMJsNTL/?lang=en>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

MARINHO, Gerson; PONTES, Ana Lúcia de Moura. Resenha: Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. e00024117, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/hkfFpbcZXrHmfQzvLgsBdLS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Amanda Gualberto de; RAVELLI, Rita de Cássia Rosiney. Papel do enfermeiro da atenção básica na assistência na saúde indígena. In: XIV Fórum Científico e XIV Congresso Multidisciplinar da Faculdade de Apucarana (FAP), 2020. Anais. Apucarana: Faculdade de Apucarana, 2020. Disponível em: <https://www.fap.com.br/anais/congresso-multidisciplinar-2020/comunicacao-oral/061.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

PASSOS, Juliana. Sesai. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz. Publicado em 17/01/2024, 2024. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/sesai>. Acesso em: 15 de março de 2024.

Autores

Andreza Fontenele Ravazzi*, Marcia Brazão e Silva Brandão

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista, RR, Brasil.

* Autor para correspondência: andreza.ravazzi@hotmail.com

Estratégias para promover o letramento digital na produção de texto com a utilização de tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica no extremo norte

Ogaciano dos Santos, Marcos André Fernandes Spósito

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c6>

Resumo

Este artigo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa integrativa que buscou conhecer práticas pedagógicas que contribuam para o Letramento Digital na Produção de Texto, por meio da utilização de Tecnologias Digitais na Educação Profissional e Tecnológica – EPT, no extremo norte do país (Roraima). A pesquisa foi orientada pela seguinte questão-problema: quais estratégias podem ser empregadas para promover o Letramento Digital na Produção de Texto por meio da Utilização de Tecnologias Digitais na Educação Profissional e Tecnológica no Extremo Norte? O estudo evidencia a importância de integrar estratégias que incorporem as Tecnologias Digitais - Chatbot, Google Documentos, Microsoft 365, escrita colaborativa - integradas a uma Sequência Didática no ensino-aprendizagem no âmbito da EPT, uma vez que o atual cenário de cultura digital demanda um letramento digital para os(as) estudantes. Ademais, verifica-se que isso deve ser aplicado, mesmo considerando o contexto de persistente instabilidade da internet no extremo norte (Roraima).

Palavras-chave: Letramento Digital. Produção textual. Tecnologias. Sequência Didática.

1. Introdução

Este artigo explora práticas pedagógicas destinadas a contribuir para o letramento digital na produção de texto, por meio da utilização de Tecnologias Digitais na Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Ele originou-se de estudos bibliográficos realizados como parte de uma pesquisa inserida na linha de pesquisa "Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", dentro do macroprojeto "Propostas Metodológicas e Recursos Didáticos em Espaços Formais e Informais de Ensino na EPT" do Curso de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O trabalho constitui uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa descritiva. Nas pesquisas de cunho qualitativo, é comum observar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride (Gil, 2000). A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Gil, 2000; Minayo, 2001). Ou seja, descreve-se, nesse tipo de abordagem, os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações (Minayo, 2001).

Dessa forma, a pesquisa foi sistematizada em etapas, sendo a primeira a leitura de leis, decretos, livros, jornais, periódicos, revistas, bibliografias impressas, artigos digitais, dissertações, teses, publicações em jornais, dentre outras bases que subsidiaram a pesquisa. Nessa fase, procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: "Quais estratégias podem ser empregadas para promover o letramento digital na produção de texto por meio da utilização de tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica no extremo Norte?"

Na primeira fase da pesquisa, considerou-se como marco temporal a atual sociedade da informação, tendo como público-alvo os estudantes do ensino médio das modalidades integrado, concomitante e/ou subsequente da EPT, visando promover o letramento digital, levando em conta as peculiaridades do estado de Roraima. Além disso, a pesquisa embasou-se nas concepções teóricas do letramento digital (Coscarelli; Ribeiro, 2007; Soares, 2002), alfabetização (PNA, 2019; Soares, 1998, 2020; Tifouni, 2006), tecnologias e sequência didática (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004) e modelo de criação de verbete enciclopédico de Jacob, Cardoso e Peschanski (2023).

Na segunda fase, buscou-se descrever o contexto atual de Roraima, situado em uma tríplice fronteira, mas que ainda enfrenta limitações no acesso à internet. Esse fato dificulta a realização do ensino-aprendizagem e compromete o cumprimento dos direitos elencados na legislação brasileira (Brasil, 1996) e (Brasil, 2023), afetando principalmente a dimensão intelectual do estudante e a efetiva inclusão digital em Roraima (Vicente, 2009).

Ademais, o artigo está estruturado nos seguintes capítulos: "Letramento Digital: um direito a todos"; "Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC"; "Sequência didática integrando Tecnologias Digitais e Produção Textual"; "Extremo Norte: o contexto de instabilidade no acesso à internet"; e, por fim, as considerações finais que apresentam, de forma sintética, estratégias de utilização das tecnologias como Chatbot, Google Documentos, Microsoft 365, escrita colaborativa, dentre outras, para desenvolver a produção de gêneros textuais, visando promover o letramento digital dos estudantes.

2. Letramento digital: um direito a todos

Em decorrência do desenvolvimento humano e da capacidade de acumulação de conhecimento, os processos de comunicação e educação foram se aprimorando. Conforme Cascarelli e Ribeiro (2007), uma análise histórica revela que a escrita escolar foi documentada por instrumentos como pedra ardósia, pena, caneta-tinteiro, entre outros, até chegar à popular caneta esferográfica. Com isso, chegando na sociedade em rede (Castells, 1999), o letramento digital torna-se um direito, legalmente previsto, a todos.

Nesse contexto evolutivo, a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, para escrita e para as chamadas práticas de linguagem (Soares, 1998, 2020; Tifouni, 2006). Para a Política Nacional de Alfabetização brasileira, com base na ciência cognitiva da leitura, a alfabetização é o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético (PNA, 2019, p.18). Ou seja, ser alfabetizado é saber ler e escrever, processos que ocorrem no plano do individual.

Já o letramento, está relacionado aos aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita e direciona-se para a leitura e escrita social, ocorridas por meio de um código em comum, sendo um estado ou condição de quem interage

com variadas práticas de leitura e escrita de multi gêneros textuais (Coscarelli; Ribeiro, 2007; Soares, 1998, 2002; Tifouni, 2006).

Em termos práticos, para além da simples codificação e decodificação da língua, o indivíduo letrado é capaz de ler diversos tipos de textos, tais como manuais, cartas, poemas, contos, dicionários, anúncios, bilhetes, em diferentes contextos das práticas discursivas. A palavra letramento foi inserida na língua portuguesa por Mary Kato na década de 1980 (Silva; Araujo, 2012; Soares, 2002). Depois ela passou a ser amplamente utilizada.

A pessoa letrada passa a ter outra condição. De acordo com Soares (2010, p. 38) a condição “[...] social e cultural - não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura - sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente”. Dessa forma, ler e/ou escrever um livro, uma revista, uma placa, um jornal; ou mesmo uma imagem, são mais exemplos de práticas da pessoa letrada - “que vive em estado de letramento” (Magda, 2010).

Assim, à medida que a sociedade muda historicamente, as relações sociais, culturais e as formas de comunicação também mudam, principalmente no que se refere ao suporte da linguagem e ao local da prática de leitura e escrita para a educação, que passam a ocorrer também em diferentes níveis e modalidades.

Uma das mudanças significativas na educação, e, sobretudo, na prática do letramento, foi a inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no contexto educacional. No que se refere a legislação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda, nas competências gerais, aspectos de promoção ao uso das tecnologias e linguagens no contexto da educação básica brasileira, que inclui a Educação Profissional e Tecnológica por meio do ensino médio integrado, subsequente ou concomitante. Dessa forma, segundo a BNCC (2017), são competências gerais da educação:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, **cultural e digital** [...] 2. Exercitar a curiosidade intelectual [...] e **criar soluções (inclusive tecnológicas)** com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e **digital**[...] 5. **Compreender, utilizar e criar**

tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) [...] (Brasil, 2017, p. 11, grifo nosso).

A produção textual, conforme as competências da BNCC, contempla de maneira explícita a utilização das TDIC. Assim, conforme a competência 1, é necessário valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos, incluindo os tecnológicos. A segunda competência propõe o exercício da curiosidade intelectual e a criação de soluções tecnológicas.

Em continuação, a competência 4 prescreve a utilização das diferentes linguagens, inclusive a digital. Já a competência 5 está direcionada para favorecer a compreensão, utilização e criação das tecnologias digitais de informação e comunicação de maneira crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Em outras palavras, enquanto o uso da tecnologia é um direito do estudante, torna-se um dever do estado garantir o acesso, a usabilidade e a capacidade de uso das tecnologias, que são elementos integrantes da educação pública de qualidade e inclusiva (Brasil, 1988).

À medida que a cultura digital foi se estabelecendo, favoreceu-se a prática sociodiscursiva por meio da educação ora denominada 4.0, e-commerce (comércio eletrônico), e-learning (ensino eletrônico) e e-gov (governo eletrônico). Conforme Moura (2014, p. 4), “a tecnologia passou a ter um lugar de centralidade em quase todas as práticas sociais, em particular, no processo educativo e de pesquisa. Ele acrescenta que o trabalho é uma categoria central de produção de saber, e, ao mesmo tempo, o trabalho, a ciência e a tecnologia são indissociáveis (Moura, 2014).

Nesse viés, tais elementos (o trabalho, a ciência e a tecnologia) são desenvolvidos no contexto do ciberespaço. Para Levy (1999, p. 92), “ciberespaço é o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores [...]”. Além disso, “nesse mundo não se refere apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p. 92).

Portanto, faz-se necessário desenvolver práticas educacionais que favoreçam o letramento digital.

Diante desse contexto de novas tecnologias, ciberespaço e cultura digital, ocorrem, conforme Soares (2002, p. 156), “diferentes espaços de escritas e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita, resultando em diferentes letramentos”. Com isso surge o termo Letramento Digital (LD). Segundo Coscarelli e Ribeiro (2007, p. 4), “Letramento Digital é o nome que damos, então, à ampliação do leque de possibilidades de contato com a escrita também em ambiente digital (tanto para ler quanto para escrever)”.

O letramento digital envolve, portanto, não apenas a familiaridade com uma tecnologia específica, mas também a prática ativa das habilidades de escrita que ocorrem no ambiente digital. Esse tipo de letramento vai além do simples conhecimento de como usar dispositivos e aplicativos, envolvendo a capacidade de compreender, analisar criticamente e criar conteúdo digital como wikis, e-mails, posts em redes sociais, blogs dentre outros, de forma síncrona ou assíncrona. Além disso, incluem-se nesse bojo, “saber usar os dispositivos móveis, tais como celulares, tablets, em plataformas para a enviar e-mails, mandar sms ou usar o WhatsApp (Coscarelli; Ribeiro, 2007).

Ademais, a influência da cultura digital é tão significativa que diversas terminologias foram cunhadas para descrever as relações das pessoas com as Tecnologias Digitais (TD), tais como "nativos" e "imigrantes digitais" (Prensky, 2001), "residentes" e "visitantes digitais" (White; Cornu, 2011), "Geração X, Y, Z" (Tapscott, 2010), dentre outras. Para além dessas morfologias, após a pandemia da Covid-19, criou-se a Lei n.º 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED) como resposta a necessidade de promover o letramento digital e a efetiva integração das TD na educação.

Entre os objetivos a serem alcançados pela PNED está o desenvolvimento da "Educação Digital Escolar", destinada aos alunos, aos professores e aos cidadãos em geral, com foco especial na classe social menos favorecida. Logo, a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, deverá ser a partir do estímulo ao letramento digital e informacional (Brasil, 2023). Para tanto, cabe ao estado prover; na escola e fora dela, o Letramento Digital e a aquisição das competências para uso social das mídias, englobando:

I - **pensamento computacional**, [...]; II - **mundo digital**, que envolve a aprendizagem sobre hardware, como computadores, celulares e tablets, e sobre o ambiente digital baseado na internet, como sua arquitetura e aplicações; III - **cultura digital**, [...] IV - **direitos digitais**, que envolve a conscientização a respeito dos direitos sobre o uso e o tratamento de dados pessoais, [...] V - **tecnologia assistiva**, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade e a aprendizagem, com foco na **inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**. (BRASIL, 2023, grifo nosso).

Ainda no âmbito educacional, é relevante destacar que durante o período pandêmico, o uso das tecnologias foi essencial para a continuidade da escolarização, uma vez que tanto os professores quanto os(as) estudantes permaneciam em isolamento social. Segundo a pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizado em maio de 2021, que abrangeu 94% (168.739) do total das escolas brasileiras (públicas e privadas), mostrou que 98% das escolas do País adotaram estratégias não presenciais de ensino (INEP/BRASIL, 2021).

Conforme a pesquisa, dentre as alternativas para aulas e comunicação com os(as) estudantes, utilizou-se do e-mail, telefone, redes sociais e aplicativo de mensagem; além de disponibilidade de equipamento na escola como computador, notebooks, tablets e smartphones para os estudantes, de forma síncronos e/ou assíncronos. Com isso, nota-se que o letramento digital na educação se justifica, também, pela necessidade de alcançar os objetivos da educação básica, os quais visam "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996, p. 1), pois a educação, a ciência, a tecnologia e o trabalho são termos imbricados, os quais são desenvolvidos direta ou indiretamente no ciberespaço.

3. Tecnologias digitais de informação e comunicação na educação

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) também referenciadas como Tecnologias Digitais (TD) representam meios tecnológicos que permitem aos educadores mediar aulas de maneira mais dinâmica, interativa e colaborativa. As TDIC são qualquer equipamento eletrônico que se conecte à

internet, ampliando as possibilidades de comunicabilidade de seus usuários (Valente, 2013).

Nesse sentido, são exemplos de Tecnologias Digitais: e-mail, software de escrita colaborativa, ferramentas baseadas em Inteligência artificial, projetor multimídia, computador, tablete, *smartphone*, entre tantas outras. A quais podem ser aplicadas em diversos contextos, como, por exemplo, na saúde e na educação.

Conforme Fonseca (2022), é possível desenvolver o letramento digital como "autoeducação" por meio de posts publicados no Instagram, tais como vídeos, imagens, memes e transmissões ao vivo, abordando temas relacionados à saúde da mulher. Com a Wikipédia, sendo uma das TDIC, pode-se desenvolver a escrita colaborativa. Jacob, Cardoso e Peschanski (2023), desenvolveram práticas escritas com a Wikipédia nas atividades de ensino, pesquisa e extensão como forma de apoiar a prática pedagógica, a difusão científica e a educação em saúde. Conforme os autores da citação abaixo:

A Fundação Wikimedia coordena um conjunto de plataformas tais como: Wikimedia Commons, Wikiversidade, Wikipédia, Wikidata, Wikilivros etc. Entre estas, a mais conhecida, e também uma das mais procuradas por estudantes no mundo todo, é a Wikipédia[...] site mais visitado do mundo e está disponível em 306 diferentes línguas, contando com mais de 50 milhões de artigos. Citações da Wikipédia em artigos científicos têm crescido ao longo do tempo, assim como revistas de alto impacto se tornaram mais referenciadas na enciclopédia digital (Jacob; Cardoso; Peschanski, 2023).

A produção de texto na Wikipedia também deve seguir uma sequência didática. Jacob, Cardoso e Peschanski (2023) descrevem cinco etapas constantes desse processo. A primeira etapa consiste na avaliação da qualidade de artigos já desenvolvidos; em segundo lugar, há a seleção do artigo ou tópico sobre o qual se pretende contribuir; em terceiro, pesquisa-se sobre o tema selecionado; em quarto, faz-se a síntese e sistematização da informação coletada; em quinto, ocorre a produção de um esboço de verbete, e por fim, a publicação das edições.

Outra ferramenta bastante usada é o e-mail (abreviação de correio eletrônico). Ele é uma ferramenta assíncrona que possibilita a composição, envio e recebimento de mensagens, textos, imagens, vídeos e outros arquivos através

da Internet. Sendo, portanto, multimodal no ciberespaço. Para Levy (1999, p. 94–95):

As funções de troca de mensagens encontram-se entre as mais importantes e mais usadas do ciberespaço. Cada pessoa ligada a uma rede de computadores pode ter uma caixa postal eletrônica identificada ou um endereço especial, receber mensagens enviadas por seus correspondentes e enviar mensagens a todos aqueles que possuam um endereço eletrônico acessível através de sua rede. Essas mensagens são, hoje, basicamente texto, mas serão cada vez mais multimodais no futuro.

A aplicação do e-mail como recurso metodológico pode ser utilizado em diversos contextos de formação, na educação básica, Silva (2022) descreve que o e-mail desempenha um papel significativo no desenvolvimento de diversas capacidades e competências leitoras, especialmente quando considerado como um gênero digital, visando a inclusão de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em práticas sociais mediadas pela rede digital. Já no âmbito da pesquisa científica de nível superior, Antunes (2022) conduziu uma entrevista com o autor João Ubaldo Ribeiro no período de 2003 a 2007, utilizando-se do e-mail como meio de comunicação, resultando na produção de artigos científicos e na mediação de conhecimento e cultura.

No exemplo acima a ferramenta foi utilizada para mediar um discurso assíncrono, mas ela também pode ser usada para a Escrita Colaborativa - EC que pode ocorrer tanto de forma assíncrona como síncrona. Para Torres e Amaral (2010) a EC é entendida como um processo de construção do conhecimento decorrente da participação, envolvimento e contribuição ativa dos sujeitos na aprendizagem uns dos outros. Segundo Ruiz (2021), a escrita colaborativa toma como referência três campos de estudo contemporâneos – uso das TDIC em processos educativos, uso das TDIC na escrita colaborativa e uso das TDIC nos letramentos acadêmicos.

Na visão de Arrelias et al. (2022), a “aprendizagem colaborativa é aquela na qual o aluno é o centro do processo educacional, sendo responsável e coautor de sua formação e ela é efetivada com o trabalho em equipe”. Esse processo acaba sendo possível e significativo por diversas maneiras, entre elas pela

flexibilização curricular, considerando, nesse ponto, a mediação pedagógica como elemento importante.

Nesse viés, Kuenzer (2015, p. 2) afirma que “a flexibilização curricular promove uma “organização curricular mais flexível, baseada na pesquisa e no diálogo, com a valorização do aluno como sujeito crítico e não apenas receptor de conteúdo”. Essa abordagem pode ser viabilizada pela construção colaborativa e solidária do conhecimento, através da escrita colaborativa. Visto que a confluência de diversas interpretações textuais poderá ser um fator condutor de uma maior dialogicidade, criticidade, assimilação e acomodação.

Pois, cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites, dessa forma, toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos (Bakhtin, 2014). A interpretação como correlacionamento com outros textos e reapreciação em um novo contexto (Bakhtin, 2014). Por conseguinte, Lowry et al. (2004) relacionam três estratégias de produção na EC, a escrita de autor único, a escrita em sequência, a escrita em paralelo e a escrita reativa (Lowry; Curtis; Lowry, 2004). Tais processos de escrita ocorrem principalmente com suporte das TD.

Para Arrelias et al. (2022, p. 4), “as ferramentas de produção colaborativa disponibilizadas pelo Google podem contribuir de forma significativa para a criação de novas formas de produção do conhecimento”. Um exemplo é o Google Docs, um editor de texto online acessado pelo navegador, que permite a escrita colaborativa quando o documento é compartilhado com os colaboradores por meio de seus respectivos e-mails.

O resultado dessa escrita pode ser uma carta, um poema, artigo, relatório, ou, qualquer outro gênero, inclusive os denominados gêneros digitais como o *fanfiction*. De acordo com Mendonça (2021, p. 2), “o fanfiction é uma história de ficção escrita individual ou coletivamente a partir de livros, séries, filmes e/ou personagens de outros autores[...] Esses textos circulam na internet, em comunidades específicas”. Nesse espaço de produção escrita, escritores e leitores interagem por comentários, estabelecendo um diálogo em torno das criações.

Ademais, as Inteligências Artificiais - IA também integram o conjunto de TDIC. A utilização da IA ocorre pelo “uso de sistemas de computador projetados para interagir com o mundo por meio de capacidades e comportamentos que

consideramos essencialmente humanos” (Luckin; Holmes, 2016). Além disso, Russel e Norvig (2013) relacionam que no campo da computação “[...]quatro estratégias para o estudo da IA têm sido seguidas”, pensando como um humano, pensando racionalmente, agindo como seres humanos, e agindo racionalmente.

Um dos estudos precursores das IAs foi o realizado por Alan Turing, no ano de 1950, com o denominado “teste de Turing”. Neste o computador era considerado aprovado se a pessoa que escrevia interagindo com o computador não soubesse dizer se a conversa era com outro humano ou com uma máquina. Segundo Russel e Norvig (2013), esse processo só foi possível graças ao:

Processamento de linguagem natural para permitir que ele se comunique com sucesso em um idioma natural; • representação de conhecimento para armazenar o que sabe ou ouve; • raciocínio automatizado para usar as informações armazenadas com a finalidade de responder a perguntas e tirar novas conclusões; *aprendizado de máquina para se adaptar a novas circunstâncias e para detectar e extrapolar padrões (Russell; Norvig, 2013, p. 5).

O Processamento de Linguagem Natural (PLN) favoreceu o desenvolvimento dos sistemas pessoais inteligentes como Cortana, Alexa, Siri, Bixby, assim como os sistemas que direcionam vídeos, músicas segundo o histórico do usuário - Amazon, Netflix, dentre outros. Conforme Bidarra et al. (2020), os sistemas Tutores Inteligentes; Sistemas Tutoriais Diálogos; Ambientes Exploratórios de Aprendizagem; Avaliação automática da escrita; aprendizagem de idiomas; tutoria de chatbots; análise de aprendizagem; realidade Aumentada e Virtual são algumas das IAs usadas na educação.

Dentre os chatbots mais usados destacam-se: o ChatGPT desenvolvido pela OpenAI, após o lançado em novembro de 2022, chegou a alcançar um milhão de contas no final daquele mês. Dentre suas funções destaca-se o fornecimento de respostas a perguntas baseadas em informações contidas no conjunto de dados com o qual foi treinado e dos dados obtidos da internet. Ele pode, inclusive, criar, resumir, traduzir, corrigir, reescrever textos; além de gerar código de programação e muitas outras ações. Tais ações são objeto de debates com opiniões divergentes.

Nesse sentido, Pelzl (2022), em sua dissertação, defende que a interface ensino de línguas e inteligência artificial pode proporcionar o desenvolvimento

das habilidades de letramentos impostas pela cultura digital. Com efeito, segundo Almeida (2022, p. 1) a “IA está habilitada para ser parte integrante das atividades dos pesquisadores, professores e estudantes na produção de conhecimento e letramento científico devido a sua capacidade de coleta e análises de grandes dados de informação”.

Para Bidarra et al. (2020) pesquisadores da União Europeia, destacaram três grupos de estudos que devem ser observados no que refere ao ensino na educação sobre as Inteligências Artificiais. O primeiro, aprendendo com a IA, que consiste no estudante e professor enfrentando a IA, e, sistemas voltados para IA; O segundo, aprendendo sobre a IA, que visa ensinar os jovens e professores sobre IA, e, treino dos futuros desenvolvedores. Já o terceiro grupo, aprender para IA, que corresponde ao ato de aprender a viver com a IA (Bidarra; Simonsen; Holmes, 2020).

No campo prático, Paz (2022) desenvolveu um chatbot para o Instituto Federal Farroupilha como produto do mestrado, buscando desenvolver processos de ensino e de aprendizagem mediados por inteligência artificial. No entanto, ele reconhece a importância da pedagogia como elemento guia das práxis do professor, conforme a citação abaixo:

Esses movimentos envolvem Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como a Inteligência Artificial que proporciona uma educação mais personalizada, inclusiva, interativa e flexível, desenvolvimento cognitivo e maior envolvimento dos alunos, no entanto, o uso de qualquer Inteligência Artificial como ferramenta pedagógica desprovida de qualquer pedagogia tende a sucumbir, cair em desuso e no esquecimento (Paz, 2022, p. 9).

Destarte, a pesquisa de Domingos et al. (2021), buscou entender a Percepção de Educadores e Técnicos do IFTO - Campus Palmas sobre a possível implantação de uma tecnologia de IA (Chatbot) e sua aplicação no Instituto. O resultado mostrou que há aprovação do uso da ferramenta para visualizar e agilizar informações de cunho acadêmico na instituição. Ademais, a pesquisa destaca que as “IAs (Chatbots) otimizam o processo virtual de produção e difusão de conhecimentos e de informações imediatas” Sendo que no “campo educacional as novas tecnologias, aliadas a IA, vem sendo uma

ferramenta de grande utilidade, tanto para educadores como para educandos” (Domingo *et al.*, 2021, p. 38).

Em suma, considerando a importância do letramento digital na educação para o exercício da cidadania digital, para o mundo do trabalho integrado à cultura digital e para a dimensão intelectual do sujeito, é fundamental aplicar um método de ensino que integre as tecnologias e as práticas da escrita conforme os desenvolvidos e aplicados. Por fim, deve-se reconhecer a centralidade das Tecnologias em quase todas as práticas sociais, em particular, no processo educativo e de pesquisa (Moura, 2014).

4. Sequência didática integrando tecnologias digitais e produção textual

No processo de ensino-aprendizagem, a prática pedagógica deve estar pautada em um aporte teórico-metodológico que envolve intencionalidade, objetivos, recursos, dentre outros aspectos. Portanto, para a escrita textual, a sequência didática é um recurso essencial. Para Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), “uma ‘sequência didática’ é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”.

Inicialmente realizou-se pesquisas que tiveram como objetivo integrar tecnologias e a sequência didática, neste sentido, foi possível relacionar três pesquisas aderentes ao objetivo proposto. Voltolini *et al.* (2022) aportaram-se na Sequência Didática de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), para ensino do gênero reportagem, no contexto pandêmico, aplicado aos estudantes do ensino médio, do estado do Mato Grosso.

Para tanto, utilizaram-se das ferramentas Google Documentos, Google Meet e WhatsApp. Para os autores, “é importante neste cenário, que devemos também promover atividades voltadas aos letramentos digitais dos alunos das escolas públicas[...]” (Voltolini; Arbex; Damasceno, 2022). Com a aplicação, os autores concluíram que:

[...] Considerando, a pandemia de Covid-19, os desafios da escola, de ensinar e aprender, e as habilidades necessárias para o século XXI, há de se repensar a escola de maneira a adequá-la a este novo contexto. Além disso, os multiletramentos, multiculturalismo e as multissemiões devem fazer parte das formas de ensinar e aprender, dando fluidez aos conteúdos, e a possibilidade de uso de múltiplos formatos

e representação (textos escritos, narrativas, imagens, imagens em movimento, sons, músicas, etc.) (Voltolini; Arbex; Damasceno, 2022, p. 21–22).

Além disso, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) desempenham um papel crucial como instrumento de inclusão, estabelecendo políticas de contingência para situações que exigem afastamento social. No entanto, é fundamental que essas tecnologias não comprometam drasticamente a qualidade do processo de ensino.

Outrossim, Dias de Souza (2022), utilizando-se também da sequência didática (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004), buscou ensinar o gênero textual artigo de opinião no contexto da Educação Profissional e Técnica. Segundo o autor, após validação dos textos, os mesmos foram publicados no suporte midiático - jornal O Estado MS. Logo:

[...]desenvolvimento de SDs para nosso cenário de Educação Profissional e Técnica nos parece ser um profícuo caminho para o estímulo da produção textual em nossos discentes, uma vez que é possível também a escolha de temáticas que sejam familiares à área técnica de cada curso. Este é um dos desdobramentos que propomos para este trabalho: articular junto à área técnica de cada curso (Informática, Mecânica ou Eletrotécnica, por exemplo) (Dias de Souza, 2022, p. 376).

Para Dias de Souza (2022), as sequências didáticas empregadas para a escrita no contexto da EPT favorecem e estimulam a produção textual, especialmente quando se utiliza do contexto midiático (TDIC – o jornal online) para a publicação dos textos dos alunos. O autor propõe que se utilize dessa forma de escrita nas diferentes áreas técnicas, tais como Informática, mecânica, dentre outros.

De Aguiar (2022) desenvolveu uma Sequência Didática para ensino de uma língua estrangeira pautado nos gêneros discursivos/textuais, embasada nos pressupostos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), em língua espanhola, com os estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Chapecó. Para tanto, o autor aderiu às contribuições baktianas e de Marcuschi (2010). Segundo De Aguiar (2022, p. 22), “a sequência didática aqui proposta é uma das formas que encontramos de

ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira, levando em consideração os gêneros discursivos/textuais.”

Neves e Sposito (2023) desenvolveram uma proposta de sequência didática do ensino da escrita de artigo de opinião com tema: a preservação das áreas dos povos originários amazônicos. No artigo propõe-se a utilização da sequência didática de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), tendo como etapa final a possibilidade de utilização da Inteligência Artificial para correção ortográfica final.

Quadro 1. Algumas estratégias de utilização de tecnologias na produção textual.

Estratégias	Tecnologias	Modalidade	Sequência didáticas	Produto Final (Gênero Textual)
Escrita Colaborativa	Google Docs 	Síncrona e/ou Assíncrona	Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) 	→ Resumo; → Artigo de opinião; → História em quadrinhos; → Resenha, dentre outros.
Escrita Colaborativa	Microsoft 365 	Síncrona	Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) 	
Escrita colaborativa com utilização, no final, de um chatbot.	Google Docs	Síncrona e/ou Assíncrona	Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004)	→ Artigo de opinião sobre a preservação das áreas dos povos originários amazônicos (Neves; Sposito, 2023). 
Escrita colaborativa na Wikipédia.	Wikipédia	Síncrona	Jacob, Cardoso e Peschanski (2023)	Criação textual do gênero informativo sobre saúde (Jacob; Cardoso; Peschanski, 2023).

Assim, diante dos referenciais teóricos e das aplicações apresentadas por Voltolini et al. (2022), Dias de Souza (2022) e De Aguiar (2022) sobre a aplicação

das Tecnologias Digitais no ensino de gêneros textuais, é possível perceber uma convergência de ideias em relação aos benefícios e desafios dessa abordagem na educação.

Ademais, depreende-se que se faz necessário compreender as contribuições das diversas tecnologias digitais (Chatbot, Google Documentos, Microsoft 365, escrita colaborativa, dentre outras) no campo da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no extremo norte brasileiro. Com esse fim, no Quadro 1, são apresentadas algumas estratégias, tecnologias, modelo de sequência didática e alguns gêneros que podem ser produzidos com a integração desses recursos.

5. Extremo Norte: o contexto de instabilidade no acesso à internet.

Em meio ao que se pode chamar de “sociedade em rede” (Castells, 1999), o estado de Roraima ainda sofre com falhas no fornecimento de internet, pois o principal ponto de acesso é disponibilizado por meio de uma fibra ótica interligada ao estado vizinho, Amazonas. Ela passa dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari e segue pelo lavrado roraimense, tal conexão demonstra-se instável, pois rompe constantemente. A figura 1 apresenta a malha de conexão de internet referenciada.

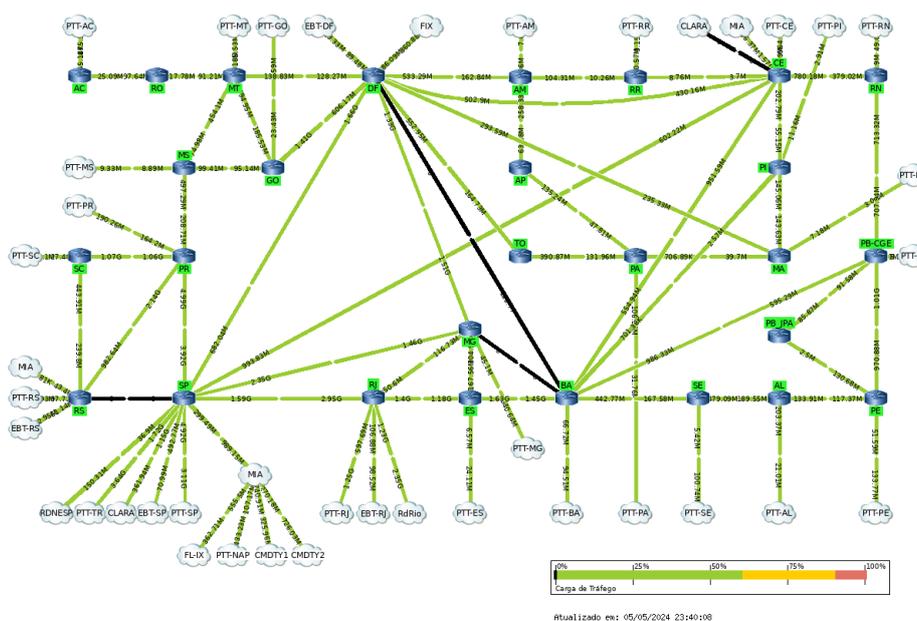


Figura 1. Rota da fibra ótica no Brasil. Rotas de fibra ótica que ligam Roraima, imagem RNP.

Desta forma, com o rompimento, as instituições educacionais públicas e privadas ficam impossibilitadas de desenvolver algumas práticas educacionais no ciberespaço. Algumas instituições dos poderes Executivo, Legislativo, estadual e federal já recomendaram e propuseram melhorias no fornecimento de internet, no entanto, não foram efetivadas. Ao analisar a Política Pública para a Inclusão Digital em Roraima, Vicente (2009, p. 2), descreve que, “os programas sociais de inclusão digital estão longe de propiciar a emancipação tecnológica, e são executados apenas para suprir as necessidades do imperialismo”.

Para o diretor de tecnologia da informação da ALE-RR, Mário Kitamura, “Roraima tem hoje duas fontes de internet, mas a principal do nosso Estado é por meio da estrada Roraima-Amazonas. Quando acontece algum problema nessa fibra, começa a sentir a instabilidade nesse serviço” (ALE/RR, 2024). Para Bezerra (2024):

Tem algumas rotas aéreas que são as dos postes, mas a principal é subterrânea [cabo enterrado a 1,2m de profundidade], principalmente na terra indígena”, pontuou. “As queimadas são uns dos fatores de interrupção do sinal. Afetam geralmente os cabos dos postes de energia, onde pega fogo na vegetação embaixo dos cabos. O cabo não aguenta o calor. Às vezes, como tem pé de caimbé, árvores próximas à fibra óptica, essa árvore pega fogo – que chega ao cabo e o danifica[...]” (Bezerra, 2024, p. 2).

Diante as dificuldades ampliadas pela estiagem e queimadas, como as descritas por Bezerra (2024), o estado de Roraima torna-se precário para alcançar o que prevê a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e assim, alcançar o direto ao acesso e uso qualitativo da internet na educação, sobretudo para desenvolver o Letramento Digital.

Silva e Costa (2023) descrevem a necessidade de uma boa formação do professor para o desenvolvimento das competências necessárias na integração das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Pois, “[...] apenas saber utilizar as tecnologias digitais não garante um bom desempenho da sua utilização no processo educacional. Ou seja, é preciso aliar as competências pedagógicas com as competências tecnológicas[...]” (Silva; Costa, 2023, p. 4).

No entanto, a prática pedagógica não pode basear-se pelas dificuldades. Nesse sentido, Neves e Sposito (2023) desenvolveram uma sequência didática

denominada, desenvolvendo o letramento digital e a compreensão/interpretação de gêneros textuais com o Kahoot na educação básica. Segundo os autores,

Os resultados indicam que, apesar das constantes oscilações no sinal de Internet, a utilização do Kahoot motivou os estudantes e promoveu a interação na sala de aula e no ciberespaço, além de favorecer o desenvolvimento de funções psicológicas superiores e incentivar a participação ativa dos estudantes (Neves; Sposito, 2023, p. 1).

Em um ambiente onde a estabilidade do fornecimento de internet é frequentemente comprometida por problemas de infraestrutura e condições climáticas adversas, é crucial reconhecer o papel que as tecnologias desempenham na educação e na sociedade em geral. Portanto, apesar das dificuldades ampliadas pela instabilidade na conexão de internet em Roraima, projetos como o desenvolvido por Neves e Sposito (2023) mostram que a perseverança no uso de ferramentas digitais, poderá gerar resultados significativos.

6. Considerações Finais

Com esta pesquisa, buscou-se conhecer estratégias de utilização das tecnologias digitais para promover o letramento digital na produção de texto na Educação Profissional e Tecnológica no Extremo Norte de Roraima. Verifica-se que mesmo diante das dificuldades, estratégias como a utilização de sequências didáticas integrando tecnologias digitais e produção textual podem ajudar. No entanto, é necessário integrar as competências pedagógicas com as competências tecnológicas (Silva; Costa, 2023).

As práticas pedagógicas descritas pelos autores evidenciam que o ensino de um gênero textual, utilizando-se de recursos como o Google Docs, Microsoft 365 e Wikipédia na escrita colaborativa, é uma estratégia relevante para o desenvolvimento do letramento digital. Os chatbots, por sua vez, podem configurar-se como ferramentas significativas no ensino-aprendizagem, desde que sejam considerados os aspectos éticos e as características daquelas ferramentas, tais como vieses, base de dados, incapacidade de realizar abstrações, dentre outras especificidades personalíssimas do ser humano.

Assim, mesmo que o atual contexto de instabilidade da internet em Roraima seja uma barreira, deve-se manter a resiliência para prover o direito ao letramento dos estudantes nas diversas áreas, especialmente na Educação

Profissional e Tecnológica - EPT. Por fim, a persistência no uso das tecnologias, conforme descrito por Neves e Spósito (2023), no contexto desafiador de Roraima, demonstra não apenas a resiliência, mas também a determinação na busca por práticas de letramentos e educação para o mundo, pois "a Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo" (Freire, 1921-1997).

7. Referências

ALMEIDA, A. L. de. Educação com ciência: por uma sociedade brasileira de ensino e pesquisas em inteligência artificial e letramento científico. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, v. 3, n. 7, p. 1–27, 2022.

ANTUNES, M. A. G. O respeito pelo original: João Ubaldo Ribeiro e sua visão sobre a (auto) tradução em entrevista por e-mail. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 24, n. 47, p. 60–74, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rblc/a/zvrV7thQG9zZ6sP6s9CCRKw/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

ARRELIAS, S. J.; BERNARDO, A. M. G.; DE OLIVEIRA, C. M. Reflexões sobre aprendizagem colaborativa e uso de TIC na educação profissional e tecnológica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e26111032327, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32327>. Acesso em: 2 jan. 2024.

BAKHTIN M. **Os gêneros do discurso In_ Estética da Criação Verbal** São Paulo: Martins Fontes, p. 261-306. 2003.

BAKHTIN M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 16. ed. V. 16. São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2014.

BEZERRA, I. **Entenda por que a estiagem ameaça a internet e a telefonia em Roraima**. Folha de Boa Vista, 2024. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/entenda-por-que-a-estiagem-ameaca-a-internet-e-a-telefonia-em-roraima/> Acesso em: 04 de abr. 2024.

BIDARRA, J.; SIMONSEN, H. K.; HOLMES, W. Artificial Intelligence in Teaching (AIT): A road map for future developments. IN: **Conference: EMPOWER Webinar Week (EADTU)**. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342214907_Artificial_Intelligence_in_Teaching_AIT_A_road_map_for_future_developments. Acesso em 01 jan. 2024.

BRASIL (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 03 mar 2023.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda, 2007.

DALGALARRONDO, P. **A Inteligência e suas Alterações**. In: **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 2ª ed. Porto Alegre–RS: Artmed Editora, 2018.

COSTA, F. C.; SILVA, W. A. MITec: um modelo perceptivo para identificação das competências necessárias na integração das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. **Educação (UFSM)**. v. 48, n. 1, 2023. DOI: 48. 10.5902/1984644471110. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370108540_MITec_um_modelo_percetivo_para_identificacao_das_competencias_necessarias_na_integracao_das_tecnologias_digitais_no_processo_de_ensino-aprendizagem. Acesso em 01 de maio 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE AGUIAR, G. ¿Vamos de viaje?: uma proposta de atividade na aula de língua espanhola. **LínguaTec**, v. 7, n. 2, p. 239–252, 2022. DOI: 10.35819/linguatec.v7.n2.6186. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/6186>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DE SOUZA, E.; CERIGNONI BENITES, L. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos: Professional and technological education in Brazil: a history of advances and setbacks. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4135>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DIAS DE SOUZA, A. Mato Escritores do Sul: uma sequência didática para a produção do gênero artigo de opinião no Ensino Médio Técnico Integrado. **LínguaTec**, v. 7, n. 1, p. 360–378, 2022. DOI: 10.35819/linguatec.v7.n1.5929. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/5929>. Acesso em: 23 nov. 2023.

DOLZ J.; NOVERRAZ M.; SCHNEUWLY B. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. Coleção de livros didáticos. p. 96-128. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3255085>. Acesso em: 2 jan. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DOMINGOS, F. R.; CAVALCANTE, R. P.; GOMES SILVEIRA DE SENNA, M. L.; CASTILHO, W. S.; DE CASTRO MONTEIRO, C. Comunicação e Inteligência Artificial: Percepção de Educadores e Técnicos do IFTO - Campus

Palmas sobre a Ferramenta Chatterbot. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 24, n. 2, p. 36–48. 2021.

FONSECA, M. J. S. Saúde da mulher no Instagram e letramento digital. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, p. 182–198, 2022.

Fundação Getulio Vargas (FGV). **Pesquisa: Educação pode retroceder até quatro anos devido à pandemia, aponta estudo**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/educacao-pode-retroceder-ate-quatro-anos-devido-pandemia-aponta-estudo>. Acesso em 24 de mar. 2023.

GIL, C. A. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. Editora Atlas S.A. 2002. ISBN 85-224-3169-8.

GONÇALVES, A. V.; BARROS, M. D. Planejamento sequenciado da aprendizagem: modelos e sequências didáticas. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 13, n. 1., v. 13, p. 37–69, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15355> Acesso em: 2 jan. 2024.

INEP/MEC. **Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação Levantamento foi aplicado entre fevereiro e maio de 2021, com a 2ª etapa do Censo Escolar 2020**. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>>. Acesso em 24 de mar. de 2023.

JACOB, L. C. B.; CARDOSO, M. J. F.; PESCHANSKI, J. A. Produção colaborativa em ambientes digitais: O uso da ferramenta Wiki para a promoção do letramento digital e da comunicação em saúde. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, n. esp.1, p. e023085, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18iesp.1.18510. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18510>. Acesso em: 27 nov. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada**. Anais. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL. Curitiba/PR, 2016. p. 1 – 22. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>. Disponível em: 2 de jan. 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Editora 34 Ltda - Coleção Trans, 1999.

LOWRY, P. B.; CURTIS, A.; LOWRY, M. R. Building a Taxonomy and Nomenclature of Collaborative Writing to Improve Interdisciplinary Research and Practice. **Journal of Business Communication**, v. 41, n. 1, p. 66–99, 1 jan. 2004.

LUCKIN, R.; HOLMES, W. **Intelligence Unleashed: An argument for AI in Education**. UCL Knowledge Lab: London, UK, 2016. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1475756/> Acesso em: 2 jan. 2024.

MAGDA S. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte.: Autêntica Editora Ltda, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Soares, Magda. Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento Na Cibercultura. **Educação & sociedade**, v. 23, n. 81, 143160, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06 abr. 2024.

MARCUSCHI, A. L. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000a. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf. Acesso em: 1 jan. 2024.

MENDONÇA, M. C.; LARA, M. T. de A. Comentários em fanfics: Produção escrita colaborativa na internet. **Letras de Hoje**, v. 56, n. 3, p. 654–667, 2021. DOI: 10.15448/1984-7726.2021.3.40705. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/40705>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MENEZES, D. S.; BENVENUTI, A. P. Inclusão digital e o mundo do trabalho na educação de jovens e adultos. **Entrelinhas**, v. 14, n. 1, p. 92–106, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/23476> Acesso em: 2 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura> Acesso em: 25 maio 2023.

NEVES, O. S.; SPÓSITO, A. F. Integrando tecnologia na sequência didática: ensino da escrita de artigo de opinião: a preservação das áreas dos povos originários amazônicos. IN: **Anais do III Congresso Amazonense De Educação: Educação Em Destaque: Projetos, estudos e pesquisas para além da sala de aula**. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10430056>. Acesso em 05 de maio 2024.

NEVES, O. S.; SPÓSITO, A. F. Desenvolvendo o letramento digital e a compreensão/interpretação de gêneros textuais com o Kahoot na educação básica. IN: **Fórum de Integração: Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica - FORIN do Instituto Federal de Roraima - IFRR**. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1KILpACe-gGYO9Hlrj8NudjoBEikHCtXI/view?usp=drive_link. Acesso em 05 de maio 2024.

PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, Sealf: 2019. BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2024.

PAZ, Leandro Ferreira. **Processos de ensino e de aprendizagem mediados por inteligência artificial**. Dissertação. Mestrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar. 2022. Programa de pós-graduação em educação profissional e tecnológica – PROFEPT.

PELZL, A. L. **A inteligência artificial e o ensino de linguagens: desafios e possibilidades de letramento digital**. Dissertação. Mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande MS. 2022.

JACOB, L. C. B.; CARDOSO, M. J. F.; PESCHANSKI, J. A. Produção colaborativa em ambientes digitais: O uso da ferramenta Wiki para a promoção do letramento digital e da comunicação em saúde. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, n. esp.1, p. e023085, 2023. DOI: 10.21723/riaae.v18iesp.1.18510. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18510>. Acesso em: 5 maio. 2024.

RUIZ, E. M. S. D. A construção da escrita acadêmica colaborativa estudantil em conversas digitalizadas. **Estudos Linguísticos**, v. 50, n. 3, p. 1261–1282, 2021. DOI: Arrelías. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3040>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Inteligência Artificial**, GEN LTC, 3. ed., 2013.

SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual. **Scripta**, v. 2, n. 4, p. 87–106, 1999. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10278/pdf> Acesso em: 2 jan. 2024.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda, 1998.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação. Soc.**, v. 23, n. 81, p. 143–160, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 2 jan. 2024.

SOARES, M. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto Editora Ltda, 2020.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017.

TFOUNI. L. V. **Letramento e Alfabetização**. 8ª Edição. São Paulo, Cortez, 2006. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47). Disponível em: <https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/03/LETRAMENTO-E->

ALFABETIZACAO-by-Leda-Verdiani-Tfouni-z-lib.org_.pdf Acesso em: 20 maio 2023.

TORRES, T. Z.; AMARAL, S. F. do. Aprendizagem Colaborativa e Web 2.0: proposta de modelo de organização de conteúdos interativos. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 12, p. 49–72, 2010. DOI: 10.20396/etd.v12i0.1203.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1203>. Acesso em: 27 nov. 2023.

VALENTE, J. A. Integração currículo e tecnologia digitais de informação e comunicação: a passagem do currículo da era do lápis e papel para o currículo da era digital. In: CAVALHEIRI, A.; ENGERROFF, S. N.; SILVA, J. C. (Orgs.).

As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora. Santa Maria: Biblos, 2013.

JOAQUIM, C. V. Inclusão digital em Roraima: mito ou realidade. In: **Anais do IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2009. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/inclusao-digital-em-roraima.pdf Acesso em: 05 de maio 2024.

VOLTOLINI, A. G. M. F. da F.; ARBEX, E. A. S.; DAMASCENO, M. de S. Ensino de linguagens no contexto remoto: experiência em uma escola pública de Mato Grosso. **Ensino em Re-Vista**, v. 29, p. e056, 2022. DOI:

10.14393/ER-v29a2022-56. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/67374>. Acesso em: 27 nov. 2023.

KITAMURA, M. **A fibra rompeu Procon Assembleia emite recomendações sobre casos de falta de internet**. Folha de Boa Vista, 2024. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/2024/01/26/a-fibra-rompeu-procon-assembleia-emite-recomendacoes-sobre-casos-de-falta-de-internet/> Acesso em: 05 de abr. 2024.

Autores

Ogaciano dos Santos*, Marcos André Fernandes Spósito

Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, CEP 69303-340, Boa Vista, Brasil.

* Autor para correspondência: ogaciano@gmail.com

As aulas de educação física: Motivações dos estudantes do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO

Anna Lúcia Nascimento da Silva, Daniele Sayuri Fujita Ferreira

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c7>

Resumo

O presente estudo relata a percepção de 31 estudantes do último ano do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO, o qual buscou identificar quais as motivações dos estudantes na participação das aulas de Educação Física. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se questionário eletrônico aplicados aos estudantes no período de maio e junho de 2023. Os resultados obtidos neste estudo indicaram que as motivações para a participação nas aulas pelos estudantes do ensino médio integrado ao curso técnico em Comércio do IFRR/CBVZO são intrínsecas e estão relacionadas a satisfação, importância e utilidade que os estudantes dão ao componente curricular de educação física.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Ensino médio integrado; Educação Física.

1. Introdução

Os Institutos Federais de Educação foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que também determinou que cinquenta por cento das vagas ofertadas fossem destinadas à cursos de nível médio e, prioritariamente, na forma integrada. Esses cursos são destinados à estudantes que concluíram o ensino fundamental e terão a possibilidade de obter a formação básica do

ensino médio junto à realização de um curso técnico profissionalizante. A oferta desse nível de ensino, ensino médio integrado (EMI) à educação profissional e tecnológica (EPT), teve suas origens com a homologação do Decreto nº 5.154/2004, que no parágrafo 1º do artigo 4º destaca que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma integrada (Brasil, 2004).

O ensino integrado, segundo Araújo e Frigotto (2015) é um

uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectual (Araújo e Frigotto, 2015, p. 62).

Para Ciavatta (2005), a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação do pensar, dirigir ou planejar.

No ensino médio integrado à educação física está presente no currículo dentre os componentes curriculares que fazem parte da base comum, no qual pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, no parágrafo 3º do artigo 26º que diz “a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica” (Brasil, 1996). Ainda, em no item III do artigo 35º defende que “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento de autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 1996).

Observadas as finalidades de criação dos institutos federais, entre elas “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, é primordial que a educação física busque o engajamento nesse projeto educacional, contribuindo para a formação humana integral. Segundo Celante (2000), é por meio da educação física que o estudante do ensino médio poderá compreender, questionar e criticar os valores

que são atribuídos ao corpo e ao movimento corporal, para poder transformá-los.

Assim, os conhecimentos sobre o corpo e as práticas corporais, oferecem uma excelente oportunidade de articulação entre os conhecimentos próprios da educação física com as questões ligadas ao mundo do trabalho e, por conseguinte, contribui para que os estudantes tenham uma visão crítica sobre aspectos relacionados ao corpo e trabalho, saúde e qualidade de vida, violência/preconceitos/discriminação social, tecnologias de informação e cultura digital e nutrição. Seguindo os princípios norteadores para o ensino médio integrado, a educação física contribui para que os estudantes tenham subsídios que os possibilitem agir com mais autonomia em seu cotidiano.

Pereira e Moreira (2005) identificaram que, aproximadamente, 46% das aulas observadas em sua pesquisa não ocorreu a participação total dos estudantes e que 37,5% das aulas foram iniciadas com número reduzido estudantes, por estarem sentados na arquibancada. Os autores relacionam este fato a falta de motivação e interesse diante dos conteúdos e estratégias inadequadas. Para Chicati (2000) um dos grandes motivos para o desinteresse dos estudantes pelas aulas de educação física está nos mesmos conteúdos que são ministrados desde o ensino fundamental.

Neste cenário e levando em consideração a contribuição da educação física para a formação omnilateral, tem-se como pergunta norteadora: qual a motivação para as aulas de educação física de estudantes de ensino médio integrado a um curso técnico? Assim, o objetivo deste estudo foi de identificar as motivações para a participação das aulas de educação física dos estudantes do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO).

Para Fita (1999) a “motivação é um conjunto de variáveis que ativam a conduta e a orientam em determinado sentido para poder alcançar um objetivo” (Fita, 1999, p. 77). Segundo Torres (1999) a motivação está ligada à interação dinâmica entre as características pessoais (importância das metas e suas repercussões na aprendizagem) e os contextos em que as tarefas escolares se desenvolvem (início da aula, organização das atividades, interação professor-estudante e avaliação da aprendizagem). Compreender as motivações dos

estudantes para participação das aulas de educação física se constitui em um tema importante para a prática educacional, pois a motivação é um dos principais determinantes do êxito e da qualidade de aprendizagem, uma vez que ela impulsiona o estudante a iniciar ou a manter-se interessado nos estudos.

2. Materiais e Métodos

2.1. Local da pesquisa

O IFRR está estruturado em formato multicampi (Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Avançado Bonfim), situado em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima. O IFRR/CBVZO (Figura 1), implantado por intermédio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica em 2011, é o segundo campus localizado na capital Boa Vista, no bairro Laura Moreira, com atuação no eixo de gestão e comércio (IFRR, 2020).

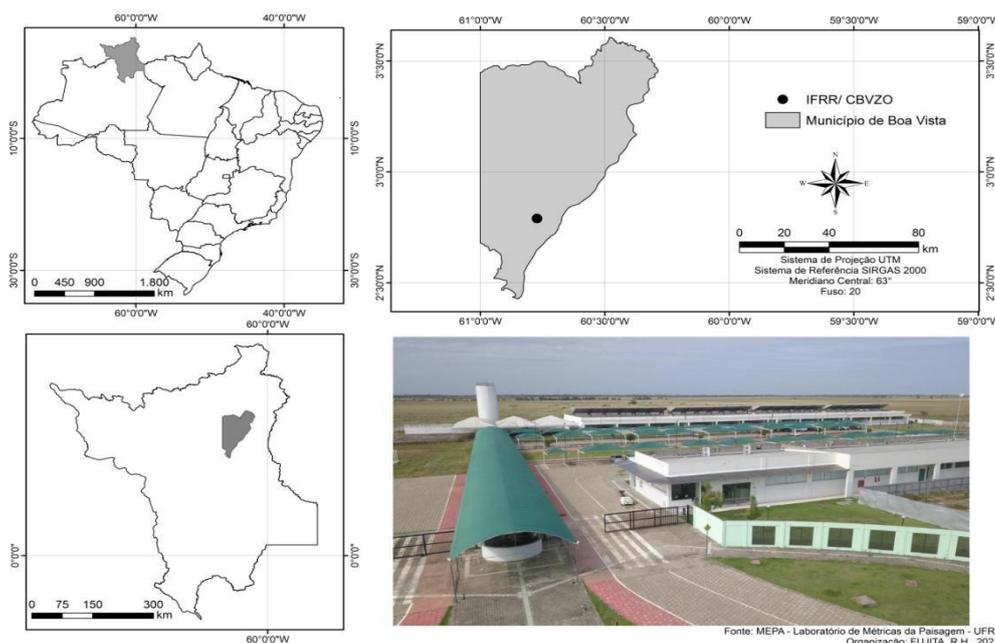


Figura 1. Mapa de localização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO). Fonte: Almirante e Ferreira, 2022.

Atualmente o IFRR/CBVZO oferta os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Administração, em Comércio e em Serviços Públicos, técnico subsequente em Administração e em Publicidade, proeja-FIC de Assistente em Administração, superior de Tecnologia em Gestão Pública e pós-graduação lato

sensu em Educação Empreendedora (EaD). Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, em 2022 a instituição possuía 931 estudantes matriculados.

2.1. Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida configura-se como descritiva e de abordagem quantitativa. O presente estudo foi realizado com estudantes matriculados em 2023, no último ano do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO. Para legalidade da pesquisa houve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRR (CAAE: 68175023.2.0000.5302).

Os critérios adotados para seleção e inclusão da amostra foram o voluntariado e ter o aceite por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e quando menores de 18 anos por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e do TCLE dos pais ou responsáveis. Foram excluídos da pesquisa os que não aceitaram participar, os que não entregaram a documentação necessária com as devidas assinaturas, os migrantes estrangeiros e os indígenas.

Um questionário estruturado (formato eletrônico) foi utilizado como instrumento de coleta de dados, o qual foi aplicado entre maio e junho de 2023. As questões utilizadas no instrumento de coleta foram baseadas em Kobal (1996), no qual buscou identificar as seguintes informações:

1. Motivações para participar das aulas de educação física;
2. Motivações para gostar das aulas de educação física;
3. Motivações para não gostar das aulas de educação física.

As informações obtidas na pesquisa foram tabuladas em planilha eletrônica para auxiliar na organização dos resultados e os dados foram analisados por meio de estatística descritiva.

3. Resultados e Discussão

Fizeram parte do estudo 63,3% (31 estudantes) do total de estudantes matriculados em 2023 no último ano (3º ano) do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO, sendo 74,2% do sexo feminino e maioria com 18 anos (51,6%).

Em relação as motivações, os estudantes poderiam marcar todas as as alternativas com as quais se identificassem e as respostas podem ser visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1. Respostas dos estudantes sobre as motivações para as aulas de educação física.

MOTIVAÇÕES DOS ESTUDANTES	PORCENTAGEM
Participar das aulas de educação física	
<u>Fatores extrínsecos</u>	
Faz parte do currículo da escola	32,26%
Estou com meus amigos	25,81%
Meu rendimento é melhor que o de meus colegas	9,68%
Preciso tirar boas notas	9,68%
<u>Fatores intrínsecos</u>	
Gosto de atividades físicas	67,74%
As aulas me dão prazer	48,39%
Gosto de aprender novas habilidades	38,71%
Sinto-me saudável com as aulas	54,84%
Acho importante aumentar meus conhecimentos sobre esportes e outros conteúdos	41,94%
Gostar das aulas de educação física	
<u>Fatores extrínsecos</u>	
Esqueço das outras aulas	22,58%
O professor e ou meus colegas reconhecem minha atuação	9,68%
Sinto-me integrado ao grupo	19,35%
Minhas opiniões são aceitas	19,35%
Saio-me melhor que meus colegas	19,35%
<u>Fatores intrínsecos</u>	
Aprendo uma nova habilidade	48,39%
Dedico-me ao máximo a atividade	45,16%
Compreendo os benefícios das atividades propostas em aula	45,16%
As atividades me dão prazer	38,71%
O que eu aprendo me faz querer praticar mais	41,94%
Movimento o meu corpo	70,97%
Não gostar das aulas de educação física	
<u>Fatores extrínsecos</u>	
Não me sinto integrado ao grupo	19,35%
Não simpatizo com o professor	3,23%
O professor compara meu rendimento com o de outro	29,03%
Meus colegas zombam de minhas falhas	19,35%
Tiro nota ou conceito baixo	32,26%
Minhas falhas fazem com que eu não pareça bom para o professor	12,90%
<u>Fatores intrínsecos</u>	
Não consigo realizar bem as atividades	38,71%
Não sinto prazer na atividade proposta	22,58%
Quase não tenho oportunidade de jogar	22,58%
Exercito pouco o meu corpo	29,03%
Não há tempo para praticar tudo o que eu gostaria	38,71%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A motivação é um dos conceitos básicos na prática esportiva e, na adolescência compreende uma fase extremamente importante no desenvolvimento físico, intelectual e motor do ser humano, pois é o momento de transição da infância para a juventude, período que acarreta grande amadurecimento e que vem acompanhado de novas responsabilidades e intenso convívio social (Santos *et al.*, 2021).

Cruz e Fiamenghi Junior (2010) em estudo desenvolvido em uma escola de São Paulo, com estudantes de 13 a 15 anos, identificaram que aulas de educação física são importantes para o desenvolvimento das relações sócio-afetivas dos adolescentes. Fatores motivacionais para a prática das aulas de educação física como bem-estar, saúde e aprendizagem são mencionados em estudos realizados por Darido (2004), Beggiano e Silva (2007), Balbinotti *et al.* (2011) e Shibukawai *et al.* (2011).

No presente estudo, os principais motivos que levam os estudantes a participar das aulas de educação física foram: gostar de atividades físicas (67,74%), sentir-se saudável com as aulas (54,84%) e achar importante aumentar os conhecimentos sobre esportes e outros conteúdos (41,94%). Os estudantes gostam das aulas porque movimentam o corpo, responderam 70,97%. Aprendo uma nova habilidade (48,39%), dedico-me ao máximo a atividade (45,16%) e compreendo os benefícios das atividades propostas em aula (45,16%) também foram as respostas para gostar das aulas de educação física.

Para Rufini *et al.* (2011) motivação intrínseca se dá quando o jovem realiza a prática corporal por vontade própria, resultante de um desenvolvimento valorizado por ele e surgido em decorrência da própria aprendizagem sem a influência de um fator externo. A recompensa relacionada a essa motivação está na resolução de um desafio mental de superar as próprias limitações ou a descoberta de algo que se considere útil (Tresca e De Rose Jr., 2002). Assim, percebe-se neste estudo que muitas das respostas dos estudantes está relacionada a motivações intrínsecas como “gosto de atividades físicas”, “sinto-me saudável com as aulas” e “as aulas me dão prazer”. As respostas mais assinaladas como motivos para gostar das aulas de educação física também são fatores intrínsecos. Estes dados se contrapõem aos observados no estudo de

Alpaca *et al.* (2021) com estudantes de Moçambique, aos quais a motivação é predominantemente extrínseca.

Quando foram questionados sobre os motivos para não gostar das aulas de educação física os mais citados foram: não consigo realizar bem as atividades (38,71%), não há tempo para praticar tudo o que eu gostaria (38,71%) e tiro nota ou conceito baixo (32,26%). Santos e Acco Jr. (2019) também identificaram em seu estudo como fator desmotivador resposta “não há tempo para praticar tudo o que eu gostaria”. Kobal (1996) em seu estudo observou que fatores estruturais e individuais podem dificultar a prática das atividades nas aulas, como a ausência de tempo e a percepção da própria incompetência.

4. Conclusão

Para alcançar os objetivos do projeto educacional que levaram a criação dos Institutos Federais, a educação precisa de uma nova forma de abordagem, e para que a educação física possa contribuir para a formação integral do estudante deve ser planejada e desenvolvida para atender às necessidades dos estudantes. Considerar o conhecimento como uma construção individual e coletiva é de grande importância tanto para professores como para estudantes.

Dessa forma romper com o pensamento que o estudante é apenas o receptor de conteúdos se torna necessário no contexto educacional atual, mais do que nunca o professor de Educação Física precisa deve ter a consciência que o estudante é o indivíduo a ser motivado. E conhecer o seu público é de suma importância, visto que a motivação para a prática das aulas de educação física pode ser influenciada por diversos fatores intrínsecos e extrínsecos.

Assim, a motivação e a desmotivação dos estudantes do curso técnico em Comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO para a participação nas aulas de educação física é predominantemente intrínseca. Eles participam por gostar de fazer atividades físicas e por sentirem saudáveis. Gostam de participar por movimentar o corpo e por aprenderem uma nova habilidade. E não gostam de participar por não haver tempo para praticar tudo que gostaria, por não realizar bem as atividades e por tirar nota ou conceito baixo. Os resultados obtidos neste estudo indicaram que as motivações estão relacionadas a satisfação, importância e utilidade que os estudantes dão ao componente curricular de educação física.

5. Referências

- ALMIRANTE, Angelamar Gonçalves de; FERREIRA, Daniele Sayuri Fujita. Plano de permanência e êxito do Instituto Federal de Roraima: Ações executadas no IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 7, p. 85–96, 2022.
- ALPACA, Carlino André; TEMBE, Vicente A.; ALUATINHO, Joana. Fatores motivacionais para a participação dos alunos nas aulas de educação física numa escola secundária da cidade de Nampula-Norte de Moçambique. **Saude e pesquisa**, p. e9276-e9276, 2021.
- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.
- BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide et al. Motivação à prática regular de atividades físicas e esportivas: um estudo comparativo entre estudantes com sobrepeso, obesos e eutróficos. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, p. 384-394, 2011.
- BEGGIATO, Claudson Lincoln; SILVA, Sheila Aparecida Pereira Dos Santos. Educação física escolar no ciclo II do ensino fundamental: aspectos valorizados pelos alunos. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. S029-S035, 2007.
- BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 28 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Decreto nº 5.156, de 26 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5156.htm>. Acesso em 28 jun. 2023.
- CELANTE, A. R. **Educação física e cultura corporal: uma experiência de intervenção pedagógica no Ensino Médio**. 2000. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.
- CHICATI, K. C. Motivação nas aulas de Educação Física no Ensino Médio. **Revista da Educação Física/UEM**, v.11, n.1, p. 97-105, 2000.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.
- CRUZ, Elio Oliveira; FIAMENGHI JUNIOR, Geraldo Antônio. O significado das aulas de Educação Física para adolescentes. **Motriz. Journal of Physical Education**, p. 425-431, 2010.

DARIDO, Suraya Cristina. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 18, n. 1, p. 61-80, 2004.

FITA, Enrique Caturia. O professor e a motivação dos alunos. In: TAPIA, JA; FITA, EC. **A motivação em sala de aula: o que é, como se faz**. 4. ed. São Paulo: Loyola, p. 65-135, 1999.

IFRR, Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Disponível em: <<https://antigo.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023/arquivos-1/pdi-2019-2023-atualizado-junho-2022/view>>. Acesso em: 02 set. 2023.

KOBAL, Marília Correa. **Motivação intrínseca e extrínseca nas aulas de educação física**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

PEREIRA, Raquel Stoilov; MOREIRA, Evando Carlos. A participação dos alunos do ensino médio em aulas de educação física: algumas considerações. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 16, n. 2, p. 121-127, 2005.

RUFINI, Sueli Edi; BZUNECK, José Aloyseo; OLIVEIRA, Katya Luciane de. Estudo de validação de uma medida de avaliação da motivação para alunos do ensino fundamental. **Psico-usf**, v. 16, p. 1-9, 2011.

SANTOS, Alessandra da Silveira; DE LIMA, Marcelo Pereira; PEREIRA, Márcio. Fatores motivacionais para a prática esportiva em adolescentes do ensino médio. In: GRILLO, R.M.; SWERTS, M.M. **Educação Física e Ciências do Esporte: Uma abordagem interdisciplinas - Volume 2**. p. 249-258, 2021. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.org/articles/201102293.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2023.

SANTOS, Yasmin da Rosa. ACCO JUNIOR, José. Motivar para praticar: fatores de motivação intrínseca e extrínseca dos alunos nas aulas de educação física. **Educação Física Licenciatura-Tubarão**, 2019.

SHIBUKAWAI, Rodrigo Massami et al. Motivos da prática de dança de salão nas aulas de educação física escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, p. 19-26, 2011.

TRESCA, Rosemary Pezzetti; DE ROSE JR, D. Estudo comparativo da motivação intrínseca em escolares praticantes e não praticantes de dança. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 8, n. 1, p. 9-14, 2000.

6. Agradecimentos

Agradeço ao Instituto Federal de Roraima pela oferta do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e pelo incentivo

à publicação de artigos científicos na área de educação profissional e tecnológica.

Autores

Anna Lúcia Nascimento da Silva^{1,*}, Daniele Sayuri Fujita Ferreira²

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496 – Pricumã, Boa Vista, Roraima.
2. Campus Boa Vista Zona Oeste, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima, Rua Professor Nonato Chacon, 1976 – Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista, Roraima.

* Autor para correspondência: anna.silva@ifrr.edu.br

Aplicação de um Blog Educacional para Alunos de Enfermagem: Estudo de Caso no IFRR

Francisco Chagas de Oliveira, Marcia Brazão e Silva Brandão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c8>

Resumo

Este estudo avalia a eficácia de um blog educacional como ferramenta de apoio no ensino dos mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática, direcionado aos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem do Instituto Federal de Roraima (IFRR). A amostra foi composta por 24 alunos, dos quais 66,67% eram mulheres e 33,33% eram homens, distribuídos em cinco faixas etárias. Utilizou-se um questionário para coletar dados sobre a percepção dos estudantes em relação ao conteúdo do blog, sua navegabilidade, velocidade de carregamento e intenção de utilização futura. Os resultados indicaram uma aceitação majoritária do blog, com destaque para a relevância dos conteúdos multimídia no auxílio à compreensão de conceitos complexos. Além disso, a maioria dos alunos manifestou interesse em continuar utilizando o blog como ferramenta de suporte aos estudos. Conclui-se que o blog educacional contribui significativamente para o aprendizado, promove a autonomia dos estudantes e facilita a consolidação dos conhecimentos adquiridos, demonstrando ser um recurso relevante no contexto do ensino técnico em saúde.

Palavras-chave: Autonomia, Blog Educacional, Ensino Técnico, Enfermagem, Tecnologias Digitais.

1. Introdução

O avanço das tecnologias digitais tem transformado significativamente a educação, proporcionando novas oportunidades para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Ferramentas como blogs educacionais têm se destacado como recursos valiosos para complementar o ensino tradicional, oferecendo aos estudantes uma fonte adicional de informações que pode ser acessada de forma flexível e adaptada ao ritmo individual de cada aluno. No contexto da educação em saúde, especialmente em cursos técnicos como o de enfermagem, é essencial que os estudantes compreendam conceitos complexos, como os mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática, de maneira clara e prática.

Este trabalho se propõe a avaliar a eficácia de um blog educacional como ferramenta complementar ao ensino de mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática, no Curso Técnico Subsequente em Enfermagem do Instituto Federal de Roraima (IFRR). Considerando a complexidade do tema, o uso de recursos multimídia e a possibilidade de revisão constante dos conteúdos se apresentam como elementos promissores para melhorar a compreensão dos estudantes e contribuir para um aprendizado mais significativo.

Além disso, o ambiente digital permite a promoção da autonomia dos alunos, permitindo que eles explorem os conteúdos de acordo com suas necessidades e disponibilidades. Assim, é possível integrar o aprendizado formal e informal, reforçando temas discutidos em sala de aula e propiciando a consolidação dos conhecimentos de forma mais dinâmica. A adoção de blogs educacionais também pode favorecer o engajamento dos estudantes, visto que permite a interação com diferentes formatos de conteúdo, como vídeos, infográficos e textos explicativos, adequando-se a distintos estilos de aprendizagem.

Portanto, o presente estudo busca não apenas medir a aceitação dos estudantes em relação ao uso do blog como ferramenta de apoio, mas também analisar a eficácia desta estratégia no fortalecimento do ensino dos conteúdos curriculares de um curso técnico em saúde. Com isso, espera-se contribuir para a compreensão do potencial dos recursos digitais na educação profissional e promover reflexões sobre o papel da tecnologia no apoio ao desenvolvimento de

competências e habilidades fundamentais para a formação de futuros profissionais da saúde.

2. Materiais e Métodos

Para a realização da presente pesquisa, utilizou-se um questionário estruturado aplicado aos estudantes do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). O objetivo foi avaliar a utilização de um blog educacional como ferramenta de apoio ao aprendizado dos mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática. O blog educativo, desenvolvido na plataforma Wordpress com HTML5, tem como foco tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível, apresentando conceitos fundamentais, como os processos de difusão facilitada e simples, permeases de glicose e co-transportadores.

O blog é constituído por uma interface interativa e intuitiva, permitindo aos alunos explorarem o conteúdo por meio de textos, imagens e vídeos. Além disso, oferece atividades como quizzes, infográficos e trilhas de aprendizado, visando facilitar a compreensão dos conceitos. O direcionamento do blog é especificamente voltado para o curso de Enfermagem, mas seu uso pode ser expandido para outras áreas que envolvam o estudo da fisiologia celular. Seu conteúdo foi baseado em referências acadêmicas e atualizações recentes na área, garantindo que os temas abordados estejam sempre precisos e relevantes.

O objetivo principal do blog é proporcionar aos estudantes acesso flexível ao conteúdo, permitindo o estudo em qualquer momento e lugar, desde que tenham acesso à internet. Além disso, a interatividade oferecida pelos recursos digitais busca aumentar o engajamento e tornar o processo de aprendizagem mais envolvente. Por fim, o blog não se limita ao uso exclusivo dos estudantes de Enfermagem, podendo ser utilizado por qualquer aluno interessado nos mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática, embora sua concepção inicial tenha sido direcionada aos técnicos em Enfermagem.

O questionário foi elaborado contendo perguntas fechadas e escalas de avaliação para medir a percepção dos alunos sobre diferentes aspectos do blog, incluindo a relevância do conteúdo, a facilidade de navegação, a velocidade de carregamento e a expectativa de utilização futura, e obteve a aprovação do comitê de ética sob o número 7.054.311.

A amostra foi composta por 24 alunos do curso de enfermagem, sendo 8 homens (33,33%) e 16 mulheres (66,67%). Os participantes foram distribuídos em cinco faixas etárias distintas: 18-25 anos, 26-35 anos, 36-45 anos, 46-55 anos e acima de 55 anos. Essa distribuição etária foi considerada para garantir a diversidade de perspectivas, uma vez que diferentes faixas etárias podem ter diferentes níveis de familiaridade e aceitação de tecnologias educacionais.

A coleta de dados ocorreu durante um período de quatro semanas, por meio de um questionário aplicado tanto presencialmente quanto via plataformas online. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e garantiu-se o anonimato das respostas para evitar qualquer viés e incentivar a honestidade. As perguntas incluíam questões sobre a qualidade do conteúdo, a frequência de uso do blog, e as expectativas dos alunos em relação ao impacto do blog no desempenho acadêmico.

Os dados coletados foram organizados e tabulados utilizando o software Microsoft Excel. A análise descritiva incluiu cálculos de percentuais para a caracterização da amostra e a avaliação das respostas relacionadas às principais variáveis da pesquisa. Além disso, os dados foram apresentados graficamente para facilitar a interpretação dos resultados, garantindo uma compreensão clara das tendências identificadas.

Os métodos estatísticos empregados na análise dos dados foram descritivos, utilizando principalmente frequências e percentuais para sumarizar as características da amostra e as respostas dos participantes. Como a pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo, o enfoque foi na apresentação das tendências observadas, sem a aplicação de testes estatísticos inferenciais. Para garantir a replicabilidade do estudo, o questionário completo, incluindo todas as perguntas e opções de resposta, está disponível como apêndice deste trabalho. Outros pesquisadores interessados em reproduzir ou adaptar esta pesquisa podem seguir as mesmas etapas descritas acima para a aplicação do questionário, a coleta e a análise dos dados.

3. Resultados

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos 24 alunos do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem do IFRR, com o intuito de avaliar a percepção sobre a utilização de

um blog educacional como ferramenta de apoio ao estudo dos mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática.

3.1. Informações Demográficas dos Respondentes

A amostra foi composta por 24 respondentes, dos quais 33,33% eram homens (8 respondentes) e 66,67% eram mulheres (16 respondentes). A distribuição etária dos participantes abrangeu cinco faixas distintas, conforme descrito na Tabela 1. A faixa etária de 26-35 anos foi a mais representativa, compreendendo 37,5% dos homens e 37,5% das mulheres, totalizando 37,5% do total geral. A análise demográfica demonstrou uma predominância feminina, além de uma concentração maior de respondentes em fase adulta jovem.

Tabela 1. Distribuição dos Respondentes por Gênero e Faixa Etária

Gênero	Faixa Etária	Total de Respondentes	Percentual (%)	Percentual Total Geral (%)
Masculino	18-25 anos	2	25%	8,33%
	26-35 anos	3	37,5%	12,5%
	36-45 anos	1	12,5%	4,17%
	46-55 anos	1	12,5%	4,17%
	Acima de 55 anos	1	12,5%	4,17%
Total Homens		8		33,33%
Feminino	18-25 anos	4	25%	16,67%
	26-35 anos	6	37,5%	25%
	36-45 anos	3	18,75%	12,5%
	46-55 anos	2	12,5%	8,33%
	Acima de 55 anos	1	6,25%	4,17%
Total Mulheres		16		66,67%
Total Geral		24		100%

Fonte: autores.

3.2. Avaliação do Conteúdo do Blog

Os respondentes foram questionados sobre a relevância e a expectativa em relação ao blog educacional. Como representado na Figura 1, 50% dos participantes classificaram o conteúdo do blog como "muito relevante", enquanto os outros 50% consideraram o conteúdo "relevante". Esses resultados mostram uma aceitação significativa do blog, destacando-o como uma ferramenta útil para o apoio ao estudo de tópicos complexos como os mecanismos de transporte de solutos.

Quais são suas expectativas em relação ao conteúdo do blog?

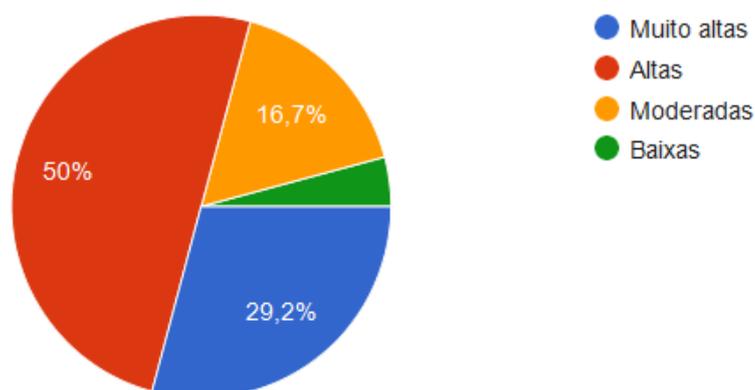


Figura 1. Avaliação da Relevância do Conteúdo do Blog. Fonte: autores

3.3. Expectativa de Utilização Futura

A intenção de uso futuro do blog foi um dos principais indicadores de satisfação e aceitação da ferramenta pelos estudantes. Conforme ilustrado na Figura 2, 68,2% dos alunos afirmaram "Sim, com certeza" utilizariam o blog no futuro, enquanto 31,8% responderam "Sim, provavelmente". Esses números indicam que a maioria dos participantes reconhece o valor do blog como um recurso complementar ao ensino tradicional.

Você gostaria de continuar utilizando este blog para seus estudos?

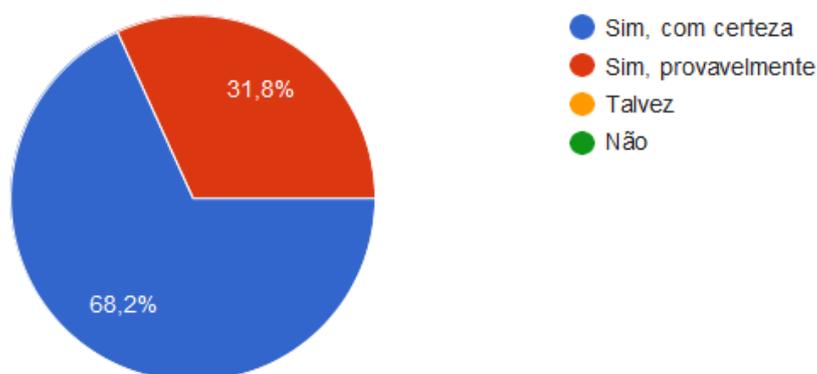


Figura 2. Intenção de Utilização Futura do Blog. Fonte: autores

3.4. Facilidade de Navegação e Velocidade de Carregamento

Quando perguntados sobre a facilidade de navegação do blog, 68,2% dos alunos classificaram a navegação como "muito fácil", e 27,3% a consideraram "pouco fácil". Além disso, sobre a velocidade de carregamento das páginas, 72,7% indicaram que a velocidade foi "muito rápida", e 27,3% afirmaram que foi "rápida". Esses resultados, apresentados na Tabela 2, demonstram que o blog proporcionou uma experiência satisfatória e sem barreiras significativas para os usuários.

Tabela 2. Avaliação da Facilidade de Navegação e Velocidade de Carregamento

Critério	Opção de Resposta	Percentual (%)
Facilidade de Navegação	Muito fácil	68,2%
	Pouco fácil	27,3%
Velocidade de Carregamento	Muito rápida	72,7%
	Rápida	27,3%

Fonte: autores

3.5. Expectativas dos Alunos em Relação ao Blog

Os respondentes também foram questionados sobre suas expectativas de melhoria no desempenho acadêmico ao utilizar o blog. A Figura 3 mostra que 50% dos alunos acreditam que o blog "melhorará muito" seu desempenho acadêmico, enquanto 41,7% esperam uma melhoria parcial, e apenas 8,3% não possuem grandes expectativas de melhoria. Esses dados indicam uma confiança elevada na eficácia do blog como uma ferramenta de apoio ao aprendizado.

Você espera melhorar seu desempenho acadêmico utilizando o blog?

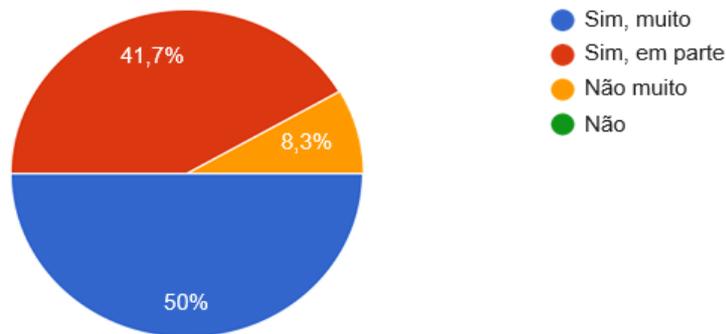


Figura 3. Expectativa de Melhoria no Desempenho Acadêmico. Fonte: autores

4. Discussão

Os resultados desta pesquisa indicam que o blog educacional teve um impacto positivo significativo no apoio ao aprendizado dos estudantes de enfermagem, especialmente no que se refere aos mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática. Essa aceitação majoritária do blog como uma ferramenta relevante e útil para os estudos se alinha com as conclusões de Silva e Pereira (2017), que destacam a importância de recursos digitais como blogs e plataformas online para complementar o ensino tradicional e promover a autonomia dos estudantes. A presença de conteúdos em diferentes formatos e a possibilidade de acesso a qualquer momento tornam o blog uma ferramenta

eficaz para reforçar o aprendizado em contextos educacionais que demandam flexibilidade.

Além disso, a predominância da faixa etária de 26-35 anos na amostra sugere que os jovens adultos estão mais propensos a buscar ferramentas tecnológicas para complementar seu aprendizado, como discutido por Souza *et al.* (2018). Esses autores argumentam que essa faixa etária, por estar inserida em um contexto de intensa transformação digital, apresenta maior predisposição ao uso de tecnologias que permitam um aprendizado adaptativo, ao contrário de faixas etárias mais avançadas, que podem enfrentar dificuldades de adaptação às plataformas digitais. Os dados do presente estudo reforçam essa tendência, uma vez que os alunos mais jovens foram os que mais se beneficiaram do blog e expressaram maior intenção de continuar a utilizá-lo.

No que diz respeito à facilidade de navegação e à velocidade de carregamento do blog, observa-se que esses aspectos são fundamentais para garantir a adesão e o engajamento dos alunos, como apontam Gonçalves e Ramos (2020). Esses autores destacam que a experiência do usuário é essencial para a continuidade do uso de plataformas educacionais, pois qualquer dificuldade técnica pode desmotivar os estudantes e comprometer a eficácia da ferramenta. No presente estudo, os alunos avaliaram positivamente tanto a velocidade de carregamento quanto a navegação pelo blog, o que contribuiu para que eles se sentissem encorajados a utilizá-lo como uma fonte de apoio confiável.

Ainda na análise dos resultados, é possível comparar o alto índice de aceitação do blog com os achados de Costa e Oliveira (2019), que apontam que o uso de recursos multimídia, como vídeos e infográficos, favorece o engajamento e facilita a compreensão de conteúdos complexos. Essa característica multimodal do blog estudado parece ser um dos fatores responsáveis por sua aceitação, visto que os alunos mencionaram que os vídeos e as explicações visuais foram úteis para assimilar temas difíceis, como os mecanismos celulares. Tais recursos são importantes, pois possibilitam a representação gráfica e audiovisual dos conceitos, facilitando o processo de aprendizagem, como sugerido por Costa e Oliveira (2019).

Os dados também apontam para um aspecto relevante sobre a aplicabilidade futura do blog. Segundo Andrade e Ferreira (2021), um dos

maiores desafios enfrentados pelos cursos técnicos em saúde é oferecer uma formação que consiga aliar teoria e prática de maneira eficiente. O uso de blogs educacionais e outros recursos online contribui para essa articulação, promovendo uma aprendizagem contínua e acessível que pode ser revisitada conforme necessário. O presente estudo evidenciou que os estudantes pretendem continuar utilizando o blog após o término do curso, o que demonstra a potencialidade dessa ferramenta em proporcionar uma fonte constante de referência e suporte acadêmico.

Ademais, a percepção de que o blog contribui para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes está em consonância com os achados de Martins e Silva (2020), que indicam que o uso de tecnologias educacionais aumenta a retenção de informações e promove um aprendizado mais ativo. Esse tipo de recurso favorece a autonomia dos alunos e oferece oportunidades para o aprendizado autodirigido, características que são cada vez mais importantes na formação de profissionais da área da saúde, onde o conhecimento técnico deve ser atualizado constantemente.

Por fim, é importante destacar as limitações deste estudo e suas implicações para futuras pesquisas. Embora os resultados indiquem uma aceitação positiva do blog, outras variáveis não consideradas neste estudo, como o nível de experiência prévia com tecnologia, podem influenciar a percepção dos estudantes. Segundo Rocha e Nunes (2018), é necessário considerar o contexto individual dos alunos e sua familiaridade com recursos digitais para entender completamente a eficácia de tais ferramentas. Dessa forma, futuras pesquisas poderiam explorar essa variável e investigar como diferentes níveis de letramento digital afetam a aceitação e a utilização de blogs educacionais.

Assim, os resultados apresentados corroboram a relevância do uso de ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem, particularmente em cursos técnicos na área da saúde, e mostram que, quando bem estruturados, esses recursos podem promover uma aprendizagem significativa e contínua, conforme indicado por diversos estudos nacionais recentes.

5. Conclusão

Os resultados obtidos no presente estudo indicam que o uso de um blog educacional como ferramenta complementar ao ensino tradicional mostrou-se efetivo para auxiliar os estudantes do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem na compreensão dos mecanismos de transporte de solutos na membrana plasmática. A aceitação significativa por parte dos estudantes e a intenção de utilização contínua do blog apontam para sua relevância e aplicabilidade como um recurso de suporte ao aprendizado.

Em resposta aos objetivos estabelecidos, foi possível verificar que a utilização de recursos multimídia contribuiu para a compreensão de temas complexos, promovendo maior engajamento e retenção do conteúdo. Além disso, a facilidade de navegação e a boa velocidade de carregamento do blog garantiram uma experiência de usuário positiva, facilitando o acesso aos conteúdos e promovendo a autonomia no processo de aprendizagem.

A análise dos dados também indicou que a diversidade de faixa etária e gênero dos participantes foi um fator importante para enriquecer a pesquisa, trazendo diferentes perspectivas sobre o uso de ferramentas digitais na educação. Em especial, os jovens adultos se mostraram mais propensos a utilizar tecnologias como apoio educacional, o que corrobora a importância de adaptar as estratégias pedagógicas ao perfil dos estudantes.

Assim, pode-se concluir que o blog educacional cumpre um papel significativo como ferramenta auxiliar no ensino de enfermagem, oferecendo suporte contínuo e promovendo a autonomia dos estudantes. As ações mais relevantes incluem a manutenção da qualidade dos conteúdos disponibilizados, a diversificação dos formatos para atender a diferentes estilos de aprendizagem e a garantia de uma experiência de usuário satisfatória para promover o uso continuado da plataforma. Para futuras iniciativas, recomenda-se explorar a implementação de elementos de interatividade e personalização para melhorar ainda mais o engajamento e o aprendizado dos estudantes.

6. Referências

ANDRADE, F.; FERREIRA, M. A. O uso de tecnologias digitais no ensino técnico de saúde: Desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Educação Profissional**, v. 27, n. 3, p. 45-58, 2021.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Orgs.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. 2ª reimpressão. Porto Alegre: Penso, 2015.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª. ed. Trad. por P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BLASZKO, C. E. O uso do blog aliado ao ensino de ciências para a formação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Tecnologia, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa PR, 2014.

BARBOSA, C. A. P.; SERRANO, C. A. **O blog como ferramenta para construção do conhecimento e aprendizagem colaborativa**. Fundação Armando Álvares Penteado. 2005.

BÁRCENAS, M. C. M.; MORALES, U. C. Ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem em estudantes do ensino superior. RIDE. **Revista Iberoamericana para la investigación y el Desarrollo Educativo**. v. 10, n. 19, 2019.

COSTA, A. P.; OLIVEIRA, L. A. Recursos multimídia na educação: Impactos no ensino de conceitos complexos. **Educação e Tecnologia em Debate**, v. 15, n. 2, p. 112-127, 2019.

GONÇALVES, R. T.; RAMOS, S. A experiência do usuário em plataformas educacionais: Aspectos técnicos e motivacionais. **Revista de Educação e Tecnologia**, v. 22, n. 4, p. 76-91, 2020.

MARTINS, J. R.; SILVA, E. F. Tecnologias educacionais e a promoção do aprendizado ativo em cursos técnicos. **Caderno de Pedagogia e Tecnologia**, v. 13, n. 1, p. 30-44, 2020.

ROCHA, V. M.; NUNES, L. R. O impacto do letramento digital no uso de ferramentas educacionais: Um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Tecnologia Educacional**, v. 19, n. 1, p. 85-101, 2018.

SILVA, M. C.; PEREIRA, F. R. Blogs como ferramentas complementares no ensino superior: Promovendo a autonomia dos estudantes. **Revista Educação e Cultura Digital**, v. 14, n. 2, p. 98-115, 2017.

SOUZA, D. A.; SANTOS, P. R.; OLIVEIRA, V. A predisposição dos jovens adultos ao uso de tecnologias educacionais: Um estudo sobre a geração digital. **Educação, Sociedade e Tecnologias**, v. 16, n. 3, p. 140-155, 2018.

Autores

Francisco Chagas de Oliveira, Marcia Brazão e Silva Brandão*

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496 – Pricumã, Boa Vista, RR, Brasil.

* Autor para correspondência: marcia.brazao@ifrr.edu.br

Educação física no ensino médio integrado: percepção do estudante acerca de sua formação integral

Micilene Rodrigues de Freitas, Fabiana Leticia Sbaraini

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c9>

Resumo

No ensino médio integrado (EMI) a educação ocorre de forma integrada entre os conhecimentos relacionados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e à cultura. Nesse contexto, este artigo objetiva apresentar uma compreensão advinda dos estudantes e seus respectivos professores de educação física sobre de que maneira este componente curricular pode contribuir no processo de formação integral dos estudantes dos cursos técnicos em comércio integrado ao ensino médio do Campus Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- IFRR. Para tanto, foi adotada uma abordagem qualitativa, por meio do método exploratório e em seus procedimentos para coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental e estudo de campo. A entrevista não estruturada foi a ferramenta de coleta de dados adotada para os professores e para os estudantes, para posterior apropriação dos dados obtidos por meio da análise de conteúdo. Após coleta de dados, pode-se compreender como os participantes percebem a importância das aulas de educação física em sua formação integral, contribuindo para novos estudos na área em questão, estimulando um olhar e a curiosidade nesta área do conhecimento que é tão rica e ampla, uma vez que, o processo de emancipação humana torna-se possível por meio de práticas baseadas na participação conjunta e colaboração mútua, elementos presentes em grande parte das atividades realizadas nas aulas de educação física.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Médio Integrado, Estudante, Formação Integral.

1. Introdução

Com o surgimento das Escolas de Aprendizizes no ano de 1909, a educação pública no país ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e das indústrias de forma assistencialista, onde o público alvo atendido eram os filhos dos menos favorecidos.

Conforme afirma Moura (2007) as classes populares correspondiam uma formação profissional destinada apenas para o trabalho, sendo uma forma de contribuição com o processo de industrialização, favorecendo a produção capitalista com maior mão de obra, sendo que aos filhos das elites estava assegurada uma educação das ciências voltada para a formação de futuros dirigentes.

As mudanças na Educação Profissional e Tecnológica foram ocorrendo gradualmente, tornando-se em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas nomeadas de Escolas Técnicas Federais. Em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas se tornaram autônomas, dando um passo mais próximo para uma qualificação voltada na composição da força de trabalho industrial brasileiro, sendo então denominadas Escolas Técnicas Federais. Posteriormente, no ano de 2005 por do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, apresentou-se à população brasileira a “missão de promover a formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e como função social (IFRR, 2019).

Segundo Pacheco (2011) a referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte, sendo uma educação que visa emancipar o sujeito em seu processo de formação humana, e promovendo a um desenvolvimento por completo em sua totalidade.

Ramos (2017) especifica que o ensino médio integrado é o empenho pela formação integral do estudante, dispondo o trabalho como princípio educativo em um currículo centrado nas dimensões fundamentais da vida: o trabalho, a ciência e a cultura.

O princípio do trabalho estaria associado de forma implícita e indireta, ou seja, a escola fundamental não precisa fazer referência direta ao trabalho, já que este orienta e determina o caráter do currículo escolar em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade (Saviani, 2007).

Na educação omnilateral o sujeito possui um desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos, com sua cultura, saberes e senso comum, e dialogando criticamente (Frigotto *et al.*, 2012).

Neste sentido, a centralidade desta pesquisa se deu em parte do processo de formação humana integral voltada ao Ensino Médio Integrado- EMI que, segundo Carrasco (2020), articulado às diversas maneiras de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, gera o desenvolvimento de uma gama de saberes, competências, habilidades e atitudes nos estudantes. Para tanto, a educação física sendo uma prática pedagógica que pode contribuir na formação integral do estudante, enfatizando o processo de ensino e aprendizagem, o conhecimento científico, filosófico e artístico.

A educação física- EF no Brasil tem suas origens traçadas pelas ações das instituições militares, as quais até a presente data ainda são motivadas por princípios positivistas e pelo estabelecimento da ordem social. Já, no século XIX, levou a associar a EF à educação do físico, à saúde corporal, compreendida sob a ótica médico-higienista e eugênica, buscavam redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da família brasileira (Castellani filho, 1988).

A visão das aulas de educação física foi somente pensada para corresponder aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico, ou seja, a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a nova sociedade (Coletivo de Autores, 1992).

Destaca-se Castellani Filho (1998) ao explicar a história de educação física que:

O primeiro princípio científico da teoria desta Educação Física é realmente fundamentar os seus fins e os seus meios na prática social em desenvolvimento. E pela aprendizagem das diversas formas do trabalho manual que o Homem poderá adquirir uma grande habilidade, uma verdadeira cultura politécnica (Castellani, 1998, p. 20).

Compreendendo as finalidades da educação física e os princípios da educação do Ensino Médio Integrado, o sentido da área em questão no que se refere à educação integral, é contemplar as diferentes dimensões dos estudantes e trabalhar o movimento para o desenvolvimento omnilateral do sujeito.

Conforme Lovera (2017) a educação física contribui muito para a formação integral dos estudantes, promovendo valores e refletindo criticamente sobre aspectos como a cultura, educação, política, meio ambiente entre outros, utilizando meios que possam auxiliar nessa formação, assim como conteúdos próprios e novos modelos de atuação, conciliando a teoria com a prática.

Partindo do exposto supramencionado, este estudo buscou compreender como a educação física pode estar voltada para uma formação pedagógica e, sua contribuição para a formação dos estudantes, tornando-os cidadãos críticos, atuantes e pensantes, que participem nas decisões que envolvam seus interesses.

Deste modo, a educação física no EMI deve ser compreendida como incentivadora de conhecimentos que proporcionem o empoderamento dos sujeitos, possibilitando ao estudante uma consciência de cidadania, num processo de autonomia que se desenvolve em uma relação dialética homem-mundo.

Além disso, a educação física é um componente curricular importante para estabelecer uma série de propostas que visam a autonomia e/ou a emancipação do sujeito, em que o educando assume o posto de protagonista do processo de ensino-aprendizagem e não mais como um mero reprodutor de movimentos e gestos esportivos sem sentido.

Em especificar sobre a educação de forma geral, Ramos (2007) enfatiza que todo aprendizado leva a diversas possibilidades, logo uma simples reflexão provoca discussões em diversas dimensões. Todo novo conhecimento depende de experiências anteriores e a escola deve ser o ambiente ideal para socializar e difundir a reconstrução do conhecimento.

Portanto, esta pesquisa buscou conhecer a percepção dos estudantes em relação à importância das aulas de educação física em sua formação integral, baseando-se em seus próprios relatos na sua compreensão da importância da educação física em sua formação integral, bem como conhecer quais estratégias

os professores de educação física utilizam para reforçar essa percepção dos estudantes.

Nesta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando o método exploratório, além da pesquisa documental e estudo de campo, sendo utilizados como instrumentos de coleta de dados uma entrevista não estruturada para os professores e um questionário para os estudantes.

O *Locus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Campus* Boa Vista, Zona Oeste IFRR/CBVZO, tendo como amostra 30 estudantes da 3ª série e seus 02 professores de educação física. Após a coleta de dados, o processo de análise consistiu na ordenação dos dados obtidos pela pesquisa por meio de análise de conteúdo.

2. Especificidades da Educação Física na Educação Profissional e Tecnológica

A história da EF no Brasil em âmbito escolar tem os seus primeiros marcos ainda no século XIX, sendo a Reforma Couto Ferraz ocorrida em 1854, pois foi a partir deste feito que Rui Barbosa fez parecer recomendando a inclusão da ginástica para ambos os sexos e sugerindo a oferta pelas escolas normais.

No âmbito da escola, os exercícios físicos na forma cultural de jogos, ginástica, dança, e equitação, surgem na Europa no final do século XVIII e início do século XIX. Esse é o tempo e o espaço da formação dos sistemas nacionais de ensino característicos da sociedade burguesa daquele período (Coletivo de Autores, 1992, p.33).

No entanto, a implementação da EF ficou restrita até os primeiros anos da década de 1930, ao Rio de Janeiro e às escolas militares. Os contextos históricos, pelos quais a EF sofreu, influência em diferentes tendências pedagógicas: Higienista, Militarista, Pedagogicista, Competitivista e Popular.

Segundo Coletivo de autores (1992), a visão das aulas de EF foram somente pensadas para corresponder aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico, ou seja, a classe social que dirige política, intelectual e moralmente a nova sociedade.

Castellani Filho (1988) afirma que as dificuldades de implantação da EF variam de acordo com as contradições pertencentes a cada realidade e os respectivos regimes sociopolíticos e culturais. Neste sentido, a EF não é um

fenômeno exclusivo da modernidade. Contudo, foi apenas a partir do processo de formação de grandes centros urbanos, decorrentes da industrialização, que as práticas associadas à EF adquiriram particular importância.

A EF no Brasil tem suas origens traçadas pelas ações das instituições militares, as quais até a presente data ainda são motivadas por princípios positivistas e pelo estabelecimento da ordem social. Já, no século XIX, levou a associar a EF à educação do físico, à saúde corporal, compreendida sob a ótica médico-higienista e eugênica, buscavam redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da família brasileira (Castellani Filho, 1988).

Fundamentada pelo discurso higienista a estabelecia a incorporação da ginástica nos programas escolares, em horários específicos. A EF tem por finalidade a preparação de um organismo sadio, física e espiritualmente, age mantendo a saúde, melhorando a saúde, prevenindo a doença. Nesse contexto, a atuação do professor passa a se pautar majoritariamente pelos princípios anátomo-fisiológicos, a quem compete prescrever e orientar exercícios com vistas na melhoria do condicionamento físico sem, necessariamente, renunciar aos princípios higienistas (Coletivo de Autores, 1992).

Em 1970, influenciado pelo universo esportivo e motivada pelo contexto social, o esporte passou a figurar como o principal conteúdo programático das aulas de EF, onde as suas práticas eram pautadas pontos de vista do rendimento, e sua prática pedagógica passou a ser produtividade, eficiência e eficácia. Onde os indivíduos participavam pela capacidade de gerar resultados (Castellani Filho, 1988).

Na década de 1980, a Educação Física -EF vivenciou mais uma transformação renovadora, impulsionada por um notável empenho dos profissionais da área em reestruturar os princípios norteadores da disciplina. Essa mudança se deu em oposição aos paradigmas biologicistas e esportivistas que permeavam a prática pedagógica da época.

Neste sentido, surgem movimentos comprometidos em rever a função social do sistema educacional brasileiro, questionando o seu compromisso em combater as desigualdades, assumindo seu empenho no desenvolvimento social e na promoção da dignidade da pessoa humana, de acordo com Castellani Filho (1988).

Dentre as correntes de pensamento que defendem essa transformação, destacam-se as concepções críticas, voltadas à formação crítica do homem. Sendo elas:

- Abordagem crítico-emancipatória: Busca a emancipação humana através da educação, promovendo a autonomia e a criticidade dos indivíduos.
- Concepção de aulas abertas: Propõe uma pedagogia mais flexível e interdisciplinar, que valoriza a participação dos alunos na construção do conhecimento.
- Abordagem crítico-superadora: Visa superar as contradições da sociedade capitalista através da educação, construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Destaca-se Castellani Filho (1998) ao explicar a história de educação física que:

O primeiro princípio científico da teoria desta Educação Física é realmente fundamentar os seus fins e os seus meios na prática social em desenvolvimento. E pela aprendizagem das diversas formas do trabalho manual que o Homem poderá adquirir uma grande habilidade, uma verdadeira cultura politécnica (Castellani Filho, 1998, p. 20).

A abordagem crítico-emancipatória tem o propósito de compreender o movimento humano em suas transformações sociais, propõe a libertação do aluno de uma visão unicamente individualista, competitiva e autoritária do esporte e dos jogos, transformando essa visão em uma visão pautada em valores e normas que assegurem a todos o direito à participação (Coletivo de Autores, 1992).

Por última, a Crítico-Superadora que se opõe ao antigo modelo mecanicista baseado no desempenho físico, na seleção de talentos esportivos, no militarismo e no higienismo, compreendendo a cultura corporal como elemento das atividades corporais se baseando no discurso da justiça social e nas ideias marxistas. Os educadores Demerval Saviani e José Carlos Libâneo são grandes influenciadores dessa abordagem (Castellani Filho, 1998).

A escola, antes voltada apenas para o conhecimento acadêmico ou a inserção no mundo do trabalho, passou a visar a participação do estudante em todos os setores da vida social, reestruturando-o com os objetivos da área.

Compreendendo as finalidades da EF e os princípios da educação do EMI, o sentido da EF no que se refere à Educação Integral, é contemplar as diferentes dimensões dos estudantes e trabalhar o movimento para o desenvolvimento omnilateral do sujeito. Podendo-se então confirmar que a concepção pedagógica da EF que mais se relaciona com a perspectiva do EMI é a Crítico-Superadora.

Logo, o estudante compreendendo a importância das aulas de EF em seus diversos aspectos, e associando a sua realidade social, ele consegue aprender conhecimentos que conduzem sua autonomia no que diz respeito à tomada de decisão por ser fisicamente ativo, bem como, de modo a ser aplicado na sua vida.

Nessa perspectiva, aulas de EF na Educação Profissional e Tecnológica-EPT trabalham reforçando a solidariedade, o trabalho em equipe e a resolução de problemas que surjam nas atividades e especificamente preparando os estudantes para a vida, para o exercício de uma real cidadania. Sejam incluídas e problematizadas no cotidiano da escola buscando um tratamento didático que contemple a sua complexidade e sua dinâmica, no sentido de contribuir com a aprendizagem, a reflexão e a formação do cidadão crítico.

Conforme Lovera (2017) afirma que EF contribui muito para a formação integral dos estudantes, promovendo valores e refletindo criticamente sobre aspectos como a cultura, educação, política, meio ambiente entre outros, utilizando meios que possam auxiliar nessa formação, assim como conteúdos próprios e novos modelos de atuação, conciliando a teoria com a prática.

Se antes o currículo privilegiava os esportes, hoje o leque se abre para uma infinidade de manifestações, da dança à luta, das brincadeiras tradicionais aos esportes radicais. Ecos da perspectiva cultural, que domina pesquisas e ganha cada vez mais espaço nas escolas.

A EF deve estar voltada para uma formação pedagógica, que possa contribuir para a formação dos estudantes, tornando-os cidadãos críticos, atuantes e pensantes, que participem nas decisões que envolvam seus interesses (Lovera, 2017).

Deste modo a EF no EMI deve ser compreendida como incentivadora de conhecimentos, que proporcionem o empoderamento dos sujeitos, possibilitando ao estudante uma consciência de cidadania, num processo de autonomia que se desenvolve em uma relação dialética homem-mundo. E por meio das aulas

de EF [...] “O ser ativo ultrapassa a dimensão biológica, passando a atingir a dimensão social, fazendo parte desse processo valores, atitudes” [...] (Viana, *et al.* 2020, p 20).

Uma ação mediadora da aula de EF na escola correndo por meio das possibilidades que o estudante possa ter acesso a diversos conteúdos e experiências, contribui em benefício da sua formação, da sua cidadania apoiada em valores éticos, formando cidadãos críticos, participativos, coerentes, que saibam tomar decisões em sua vida pessoal e social

Freire (1996) afirma que se deve respeitar os saberes dos educandos, imagine-se como seria rica uma aula de Educação Física quando o docente permita momentos em que os estudantes possam contribuir com os conhecimentos, que trazem de suas experiências fora dos limites da escola.

Entender a percepção dos estudantes em relação à importância das aulas de Educação Física em sua formação integral, pode-se contribuir no planejamento dos professores da área oferecendo subsídios que possam fomentar a importância e contribuição da EF em suas vidas.

Segundo Frankel (2021) a consciência política do adolescente é original, e extremamente sensível às questões de injustiça econômica e direitos humanos, sendo capazes de fazer observações e perguntas e imaginar soluções com grande liberdade de pensamento.

A perspectiva cultural da Educação Física também requer atividades de ensino que aprofundem e ampliem os saberes dos estudantes. Aprofundar significa conhecer melhor a prática corporal, identificar e analisar os aspectos que lhe pertencem, mas que não emergiram nas primeiras leituras.

3. Resultados

Os participantes desse estudo sentiram-se à vontade em conversar sobre as suas experiências nas aulas de EF. Baseado nas respostas obtidas pelos estudantes foi possível verificar vários fatores positivos em relação a atuação dos professores, como a dedicação em ensinar o componente curricular de EF demonstrando empatia, contribuindo para uma participação atrativa dos estudantes.

Ao relatarem suas perspectivas como professores que atuam no Ensino Médio Integrado, os participantes indicaram uma concepção voltada para a

valorização do professor e do estudante, possibilitando uma construção do conhecimento, respeito e compreensão, possibilitando em ambos uma reflexão entre o que está sendo estudado.

Em relação a forma que o componente é compreendido pelos estudantes da 3ª série do curso técnico em comércio integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO, pode-se enfatizar pelos relatos obtidos o quanto a educação física pode ser uma importante ferramenta para a construção da cidadania e emancipação humana, levando a formação humana integral. Ressalta-se que a juventude precisa ser ouvida, seus argumentos devem estar presentes no contexto escolar de tal modo que esses conhecimentos construídos possibilitem uma análise crítica com valores sociais.

Pode-se perceber que os estudantes possuem um respeito pelo próximo, sendo relatos importantes para esta pesquisa, pois a formação integral do estudante está relacionada ao aprendizado por completo. Nessa perspectiva procurou-se destacar a percepção do estudante sobre o componente curricular.

Conforme Frankel (2021) as atitudes dos adolescentes, são muitas vezes uma moralidade forte, persistente, incapaz de concordar, permitindo que aceitem somente o que sentem como realidade. E o “[...] professor é capaz de explorar o potencial dessa visão e, ao mesmo tempo, fornece as ferramentas intelectuais para esclarecer e articular o que está sendo visto, sentido e pensado” (Frankel, 2021, p.151).

É necessário dar um propósito para os estudantes, pois a participação efetiva nas aulas depende diretamente do interesse e motivação de cada um, que está relacionada à conduta dos professores, da proposta de conteúdos trabalhados, sejam eles teóricos ou práticos, mas sobretudo, na forma como temas emergentes são apresentados aos alunos como respeito, cooperação, empatia, competitividade, dentre outros, que possam impactar sobretudo no processo de formação humana integral e como esses fatores podem impactar durante os desafios apresentados pelo mundo do trabalho.

Por isso é essencial perceber como o estudante se desenvolve nas aulas, se existe intenção em participar, assim como poder compreender como ele se sente durante esse procedimento. “Ensinar é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou para a sua construção” (Freire, 1996, p.12).

Neira (2018) refere-se ao componente curricular de EF como instrumento capaz de quebrar barreiras, conectar grupos, promover aprendizado, tanto individual, como coletivo. E o lugar mais propício para que ocorra esse fenômeno é na escola, sendo um ambiente adequado para “discussão, vivência, ressignificação e ampliação da cultura corporal”.

4. Considerações Finais

A educação física ganhou um novo formato no Ensino Médio Integrado do IFRR/CBVZO. Evidenciou-se que os aspectos positivos advindos dos professores de EF e dos estudantes do curso técnico em comércio integrado ao ensino médio, como conhecimentos e ações educativas de todos inseridos na escola, tem sido uma forma positiva para favorecer o aprendizado durante as aulas, sendo considerada como uma disciplina importante na formação integral do estudante.

Percebeu-se ao longo da realização do estudo o quanto é importante uma abordagem metodológica da educação física que vai além do esporte, onde inserir os conteúdos dentro da realidade social e econômica do estudante, proporciona uma percepção de integração, socialização, inclusão e empatia pelo próximo, permitindo que o estudante possa perceber que este componente curricular não está ligado somente para uma atividade física ou um passatempo no contexto educacional da instituição.

Ao corroborar com a importância da educação física para os estudantes, pôde-se observar, no que diz respeito às suas percepções, que eles estão sendo bem orientados pelos seus professores de educação física, estando em consonância com uma política que visa qualidade educacional por meio de ementas, Projeto Pedagógico do Curso, Plano de Desenvolvimento Institucional e Legislações pertinentes a temática, tendo como propósito, garantir a todos o direito da aprendizagem e o desenvolvimento de formação humana integral.

Outrossim, considera-se de suma importância a necessidade de inserção da temática formação humana integral na ementa do componente curricular educação física, para que se possa garantir debates sobre cidadania, emancipação humana e preparação para o mundo do trabalho.

Foi possível reconhecer que este estudo abre possibilidades para futuras pesquisas que acrescentem a compreensão sobre a temática abordada através

das respostas advindas da participação dos pesquisados, sendo uma forma de fazer mais relevantes as pesquisas sobre a Educação Física no Ensino Médio Integrado.

5. Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

CARRASCO, Alex Gomes. **A Contribuição da Educação Física na Formação Humana Integral: Proposta de Sequência Didática para o ensino do Voleibol no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) –Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, TO, 2020.
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8678511. (Acessado 16 de fevereiro de 2023).

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil a história que não se conta**. 18º ed. Campinas: Papirus (Coleção Corpo & Motricidade), 1988.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas Autores Associados. 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FRANKEL, R. **A psique adolescente: Perspectivas Junguianas e Winnicottianas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**: Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

IFRR - Instituto Federal de Roraima. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Roraima, 2022. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/pdi> (acessado 27 junho de 2022).

LOVERA, Franciel José. A Importância da Educação Física na formação de cidadãos críticos, pensantes e atuantes. **REI - Revista de Educação de Ideau**, V. 10, n.21. p. 1-14, 2015 Disponível em:

https://www.bage.ideau.com.br/wpcontent/files_mf/e5c574cae25b9884fa72e08c9e1b43be242_1.pdf. Acesso em 16 de jan 2023.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional: desafios teóricos metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2007.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. (Orgs.) **Praticando Estudos Culturais na Educação Física**. São Caetano do Sul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/txfFFxXgpdwTV8WnDM4Ssht/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. https://www.fundacaosantillana.org.br/wpcontent/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf (Acessado em 30 de julho de 2022).

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso 19 fev. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v.12 n.34, 2007. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/429> Acesso em: 16 jan. 2023.

VIANA, V. N. *et al.* (Eds.). **Educação Física e EPT**. V.1. Formação Humana Integral/Omnilateral. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/l/educacao/educacao-fisica-e-ept-2>. Acesso em: 15 set. 2022.

Autores

Micilene Rodrigues de Freitas*, Fabiana Leticia Sbaraini

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Boa Vista-RR, Brasil.

* Autor para correspondência: m.r.frr2020@gmail.com

Perfil socioeconômico dos estudantes assistidos com os auxílios alimentação e transporte do Instituto Federal De Roraima – Campus Boa Vista Zona Oeste

Vivian Alves de Azevedo, Marcia Brazão e Silva Brandão

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c10>

Resumo

Este artigo tem como foco o perfil socioeconômico dos estudantes que são assistidos pelos auxílios alimentação e transporte da assistência estudantil do Instituto Federal de Roraima Campus Boa Vista Zona Oeste. Utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, com análise dos dados obtidos através de pesquisa documental, edital do auxílio 2022 e questionário aplicado. A amostra foram 29 alunos da turma de Administração e Comércio Integrado ao Ensino Médio, que se dispusera a responder o questionário aplicado. Por fim essas informações foram expostas através de gráficos e dados estatísticos, onde foram discutidos os resultados encontrados. O artigo irá contribuir para um maior conhecimento de informações sobre a assistência estudantil.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Auxílios Estudantis; Médio Integrado.

1. Introdução

A assistência estudantil tem como objetivo principal minimizar as desigualdades sociais, visando garantir condições de permanência e êxito acadêmico dos estudantes em vulnerabilidade social.

Essas políticas não contemplam as escolas públicas regulares, pois seu surgimento está ligado a princípio ao ensino superior através do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, restringindo-se aos Institutos Federais - IFs, Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes e Centros Federais de Educação

Tecnológica – CEFETs. Essas ações visam minimizar o conceito de Dualidade Perversa da Escola Pública Brasileira, pois segundo Libâneo (2012), a escola pública regular está muito distante da realidade das escolas particulares, na qual tem o objetivo de acolher o filho do pobre e desenvolver múltiplas potencialidades nos filhos dos ricos.

Os marcos legais foram importantes para garantir a Assistência Estudantil como direito consolidado, havendo discussões em âmbito nacional, Crosara e Silva (2020) em sua obra retrata a importância da Constituição Federal de 1988 dentre os mais relevantes, foi o reconhecimento da solidariedade, a dignidade da pessoa humana e a busca pela diminuição das desigualdades, eles afirmam ainda que foram alargadas as conquistas já consolidadas em constituições anteriores.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) representou outro Marco importante para a Assistência Estudantil, com força de decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, sendo sua principal meta melhorar os desempenhos acadêmicos de estudantes de baixa renda, contribuindo para diminuição da evasão e repetência no ensino Superior nas Ifes. O Ministério da Educação através do (PNAES) fomenta a permanência dos jovens na Educação Superior Pública, sendo prioritariamente assistidos estudantes da educação básica com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Brasil, 2010):

No Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte;

IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. § 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. No Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir,

preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Nos IFs, os estudantes do ensino médio integrado que estiverem dentro do perfil socioeconômico, poderão ser contemplados com os auxílios ofertados pelo programa de assistência estudantil. Mais especificamente no IFRR-CBVZO, instituição foco deste artigo, a política de assistência estudantil visa promover a equidade entre os discentes, garantindo para aqueles que possuem fragilidades sociais as possibilidades de desenvolver as mesmas potencialidades dos estudantes de classes sociais mais favorecidas (IFRR, 2019).

2. Procedimentos metodológicos

2.1. Delineamento da pesquisa

Este artigo adotou uma pesquisa de natureza aplicada, pois os fatos investigados foram utilizados de maneira prática para compreensão ou resolução dos problemas investigados, trazendo segundo Matias-Pereira (2010) conhecimentos de aplicação prática de interesses locais. Quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, proporcionando um maior conhecimento sobre o tema proposto, segundo Marconi e Lakatos (2017) analisará e interpretará fenômenos atuais com o objetivo de compreender os fatos no presente.

O método utilizado foi quali-quantitativa da análise de dados, obtidos através de uma pesquisa documental, avaliação de dados na plataforma Nilo Peçanha, bem como, questionário aplicado com perguntas objetivas e subjetivas. Segundo Minayo (1999) uma pesquisa quantitativa permite dimensionar e conhecer o perfil demográfico, social e econômico da população estudada, também estabelecer correlações entre possíveis influências nas questões em análise. Sendo que na pesquisa qualitativa é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos seus atos e às relações e estruturas sociais do seu advento e da sua transformação, compreendidas como construções humanas.

2.2. Sujeitos da pesquisa e população

A população avaliada foram 29 estudantes, regularmente matriculados nos cursos técnicos de Administração e Comércio Integrado ao Ensino Médio. Foram parte da pesquisa aqueles que ingressaram em 2022. Estima-se que o universo total seja em torno de 180 estudantes matriculados, tendo como critério de inclusão os alunos que de forma voluntária aceitaram responder ao questionário de pesquisa e tiveram a autorização dos responsáveis.

Quanto aos aspectos éticos e legais, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da Universidade Estadual de Roraima/UERR e desenvolvida dentro dos princípios e normas éticos que regem a pesquisa com Seres Humanos.

Após as autorizações, foi realizada uma reunião com os alunos, uma turma do técnico em comércio integrada ao ensino médio e uma turma de técnico em administração integrado ao ensino médio, onde foi explicada a relevância da pesquisa e a importância da participação deles. Sendo necessário após o aceite, a assinatura do Registro de Assentimento Livre e Esclarecido (RALE) para aqueles que forem menores de 18 anos, e aos responsáveis legais o Registro de Consentimento e Livre Esclarecido (RCLE). Com os registros assinados, aplicou-se a pesquisa aos alunos, que responderam e posteriormente devolveram.

O pesquisador se comprometeu em manter em sigilo todos os dados pessoais dos participantes da pesquisa, sendo garantido seu anonimato, a qualquer momento o participante foi orientado que poderá solicitar ao pesquisador o desligamento da pesquisa.

2.3. Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Roraima Campus Boa Vista Zona Oeste, localizado na zona periférica da capital, onde se encontra maior número populacional.

2.4. Instrumento de coleta

Foi utilizado na pesquisa de campo um questionário semiestruturado com perguntas objetivas e subjetivas para coleta de dados, aplicado aos estudantes ingressos ao curso técnico integrado do ensino médio e ainda

consultas documentais. Segundo Lakatos (2007), o questionário é constituído por uma série de questionamentos que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.

2.5. Procedimentos de análise

Os dados encontrados foram tabulados no programa Excel e, após verificação da frequência dos dados obtidos, organizou-se através de explanação discursiva, representados em gráficos e tabelas, e assim realizar as análises e discussões. O método utilizado foi o indutivo, pois se aplicou inicialmente os dados de maneira geral para o particular, partindo das teorias e leis (Marconi; Lakatos, 1992). Segundo Bardin (2011) as entrevistas padronizadas destinadas aos participantes levam em conta a fidedignidade das informações. (Bauer; Gaskell, 2008), sendo utilizadas também para a concretização dos resultados da pesquisa.

3. Resultados e discussão

A Política de Assistência Estudantil tem contribuído de forma permanente na formação dos estudantes, sendo assim faz-se necessário pesquisar mais sobre o impacto que ela causa, assim como potencializar a sua oferta para que deste modo favoreça cada vez mais na formação dos estudantes, minimizando assim as desigualdades existentes tanto no âmbito educacional, como também na sua vida social. Desta forma a pesquisa buscou investigar junto aos discentes do ensino médio integrado do Campus Boa Vista Zona Oeste, o quanto eles conhecem sobre a política de assistência estudantil e assim desenvolver ações que ajudem em um melhor conhecimento sobre ela.

As respostas do questionário foram lançadas em gráficos contendo informações gerais sobre os participantes, bem como agrupadas e classificadas em números simples e percentuais. Retratou-se os resultados da pesquisa identificando de quem o estudo se refere e quais as vivências apresentadas por eles.

3.1. Perfil dos Estudantes participantes da pesquisa, curso, sexo e idade.

Dos 70 estudantes convidados a participar da pesquisa, um total de 29 alunos aceitaram o convite para colaborar. Em termos de distribuição por curso,

observa-se que 17 (58,6%) estudantes, pertencem ao curso técnico em administração integrado ao ensino médio, enquanto os restantes 12 (41,4%) estudantes, fazem parte do curso técnico em comércio integrado ao ensino médio. Cabe comentar que no seletivo de ingresso de oferta para os dois cursos acima citados as vagas foram bem mais para administração do que para o curso de comércio. Em relação à distribuição por gênero entre os participantes, observou-se que a maioria, com um total de 16 (55,2%) eram do sexo feminino. Enquanto isso, 9 (31%) estudantes, eram do sexo masculino, e 4 (13,8%) não forneceram informação sobre o gênero.

Quanto à faixa etária dos estudantes envolvidos, dos 29 participantes, 8 deles possuíam 15 anos, o que representa 27,6% do grupo. A maioria, composta por 14 (48,3%), estava na faixa etária de 16 anos. Além disso, 7 (24,1%) estudantes optaram por não declarar sua idade.

Após a apresentação do perfil dos estudantes, a análise dos dados coletados no questionário será prosseguida. Os resultados obtidos no questionário semiestruturado realizado com os alunos em questão serão discutidos.

Ao indagar os participantes sobre sua familiaridade com a Política de Assistência Estudantil (figura 1), avaliou-se tanto o nível de conhecimento dos alunos quanto a extensão deste. Entre os entrevistados, 13 (44%) afirmaram estar cientes da política, enquanto 16 (56%) responderam negativamente. Aqueles que afirmaram ter conhecimento descreveram-no de maneira concisa, focando principalmente nos aspectos relacionados aos auxílios financeiros oferecidos para apoiar os estudantes, porém não demonstraram através das falas subjetivas, compreender que a política é um conjunto de ações voltadas para amenizar as dificuldades, envolvendo equipe multidisciplinar para garantir um acompanhamento amplo na área educacional, social e de saúde, desenvolvendo e promovendo atividades para fortalecer a permanência do estudante na escola. De acordo com o decreto 7.234 de 2010 no Art. 4º diz que as ações da assistência estudantil serão executadas por instituições de ensino federal, considerando suas especificidades, ensino, pesquisa, extensão e as demais necessidades encontradas por seu corpo discente.

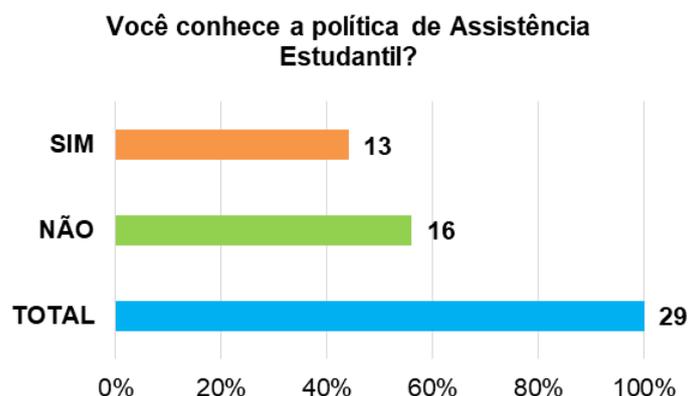


Figura 1. Conhecimento sobre a política estudantil. Fonte: Autores.

De acordo com a figura 2, observa-se que a grande maioria dos participantes, totalizando 28 (97%), indicou estar ciente dos auxílios oferecidos pela instituição.

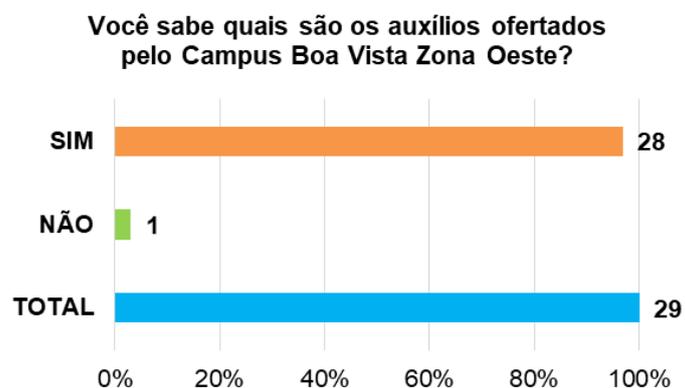


Figura 2. Questionamento sobre os auxílios ofertados no Campus Boa Vista Zona Oeste. Fonte: Autores

Apenas 1 estudante (3%) afirmou não ter conhecimento sobre esses auxílios. A expressiva proporção de respostas afirmativas reforça as conclusões apresentadas na figura 1, onde observou-se que o conhecimento a respeito da política se restringe a concessão de pagamento financeiro em forma de auxílio, não compreendendo que eles estão ligados a uma política de assistência estudantil. 1 aluno afirma que realmente desconhece os auxílios, o que significa que ele provavelmente não conhece a política e nem as ações por ela ofertada.

Observa-se a necessidade de uma maior divulgação sobre a política da assistência estudantil, suas ações e aplicabilidade.

Quanto ao processo de inscrição para os auxílios (Figura 3), 18 (62%) estudantes relataram estar familiarizados com o procedimento, enquanto 11 (38%) declararam não estar. Embora a maioria demonstre ter conhecimento sobre a realização da inscrição para os auxílios, muitos dos entrevistados mencionaram que consideram o processo "demorado" e "complicado". Eles expressaram a necessidade de assistência para concluir o processo e, em sua maioria, preferiram quando o procedimento era realizado de forma presencial, alegando que enfrentam dificuldades ao efetuar a inscrição devido à sua natureza online e à utilização de tecnologia. Curiosamente, um participante indicou encontrar um processo tranquilo e de fácil compreensão. O Edital do processo seletivo para os auxílios é reconhecido como uma fonte informativa e de compreensão acessível. No entanto, a natureza online do processo e o envolvimento de tecnologia ainda apresentam desafios para alguns alunos. Por essa razão, muitos alunos recorrem à assistência de terceiros para concluir com sucesso suas inscrições.

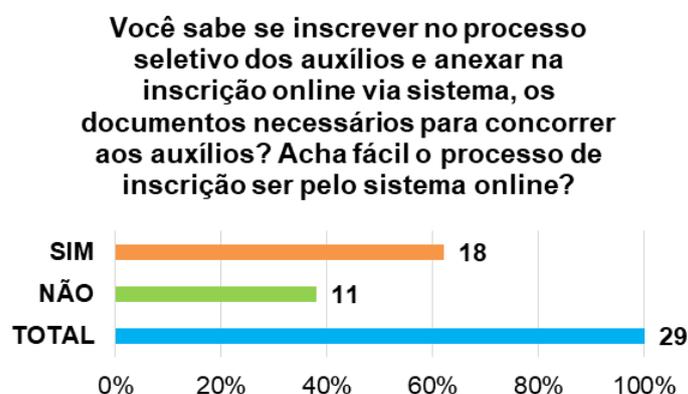


Figura 3. Conhecimento dos discentes sobre o processo de inscrição. Fonte: Autores

Ao indagar os estudantes sobre sua compreensão acerca de "renda per capita" (figura 4), 9 (31%) responderam afirmativamente, enquanto 20 (69%) responderam negativamente. Nota-se que, nessa pergunta, uma parcela significativamente maior dos alunos relatou não estar familiarizada com o

conceito de renda per capita. Mesmo entre os estudantes que afirmaram conhecê-lo, muitos mencionaram que entendiam o termo, mas não sabiam como efetuar o cálculo para determinar a renda per capita.

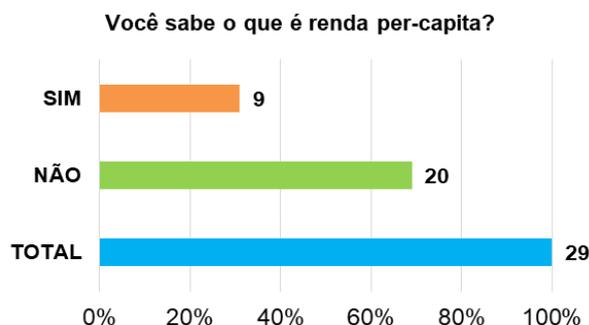


Figura 4. Sobre renda per-capita. Fonte: Autores

Sobre a questão sobre a recepção de auxílio estudantil oferecido pela instituição (figura 5), 19 (66%) estudantes afirmaram que sim, enquanto 10 (34%) responderam negativamente. Com base nos números levantados, é notável que mais da metade dos participantes recebem auxílios. Dentre esses, 11 (58%) alunos são beneficiados com auxílios alimentação e transporte, devido à maior vulnerabilidade. Além disso, 7 (24%) alunos recebem auxílio alimentação e 1 (5%) aluno recebe auxílio transporte. Entretanto, ainda não atingiu o ideal, pois uma parcela significativa carece de qualquer tipo de apoio financeiro.



Figura 5. Percepção financeira de auxílio estudantil ofertado pela instituição. Fonte: Autores

Curiosamente, apesar das respostas anteriores indicarem desconhecimento sobre a política de assistência estudantil e dificuldades na inscrição, quase 100% dos entrevistados conseguiram se inscrever para os auxílios. Vale mencionar que, infelizmente, alguns não receberam benefícios devido à insuficiência de recursos para atender a todos, embora estivessem dentro dos critérios de análise.

A família recebe algum benefício social de transferência de renda? (ex. bolsa família, programa de crédito social)? 4 (14%) estudantes responderam que sim e 25 (86%) responderam que não. Ao analisarmos esses dados (figura 6), podemos observar que uma minoria dos estudantes recebe o benefício social, o que não significa que esses alunos não necessitem do auxílio estudantil, já que segundo a PNP 94,78% dos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio estão dentro da faixa de renda de 0 até 1,5 salário mínimo per capita. Conforme a política de assistência estudantil esses alunos estão dentro do critério para receber o auxílio, justificando-se que deveríamos ter uma cobertura mais abrangente de auxílios estudantis, contemplando um número maior de estudantes em vulnerabilidade social, minimizando as desigualdades e prevenindo retenção e evasão.

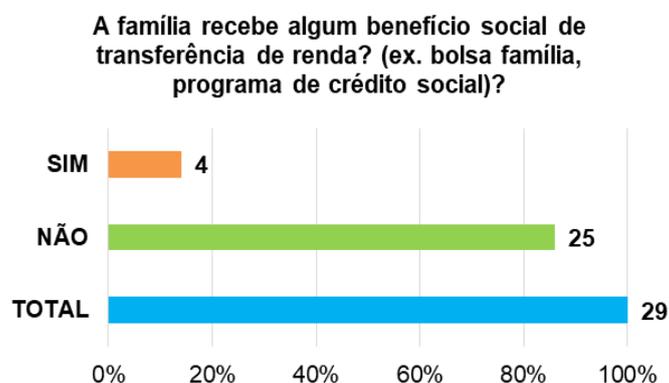


Figura 6. A família recebe algum benefício social de transferência de renda?

Fonte: Autores

Se você não tivesse sido contemplado com auxílio transporte e/ou alimentação, você teria condições de permanecer no curso? Dentre os estudantes questionados, 22 (76%) responderam afirmativamente, enquanto 7

(24%) responderam de forma negativa (figura 7). Entre os alunos que relataram receber auxílios 19 (66%), 11 (58%) deles manifestaram que embora fosse possível, enfrentam dificuldades consideráveis para se manterem no curso, principalmente devido à natureza integral do mesmo. Para eles, a falta de auxílio alimentação representaria o maior obstáculo. Por outro lado, 1 (5%) alunos não apresentaram justificativa específica para a decisão, enquanto 7 (37%) declararam que não conseguiriam prosseguir com os estudos sem os auxílios e optariam por uma escola de ensino regular. Observa-se que a natureza integral do curso intensifica a necessidade de um suporte mais abrangente para os alunos. A ausência de assistência básica, como no caso do auxílio alimentação, pode aumentar significativamente o risco de evasão, agravando as já existentes dificuldades sociais enfrentadas pelos alunos.

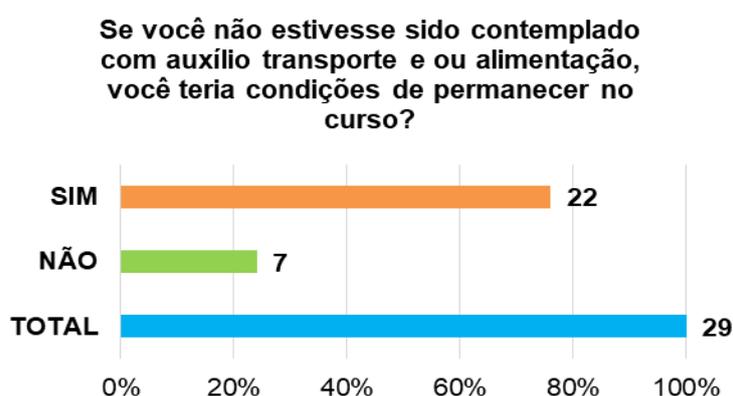


Figura 7. Permanência dos estudantes no curso se não estivessem sido contemplados no auxílio. Fonte: Autores

Quais foram as principais dificuldades encontradas no edital de 2022.1 do auxílio alimentação e transporte? Observamos no quadro 1, alguns alunos acharam o processo de inscrição tranquilo, entretanto, como maiores dificuldades os alunos citaram:

O processo é muito burocrático: Devido a todo o trâmite necessário a realizar a inscrição os alunos acham que o processo deveria ser mais simplificado.

Não esclarecedor: alguns alunos citarão que o edital ainda deixa a desejar quanto às informações na inscrição. Uma melhor divulgação e tira dúvidas sobre o edital seria necessário para assim sanar algumas lacunas referentes ao edital.

Pouco tempo para inscrição, complicado de se inscrever e anexar a documentação e instabilidade do site dificulta a inscrição: Todos esses pontos estão diretamente ligados a inscrição, levando em consideração que por se tratar de um recurso financeiro, o cronograma da oferta só ocorre após a materialização desse recurso nas contas das coordenações que realizam a oferta e o acompanhamento da assistência. Os documentos comprobatórios são um dos fatores que mais complica no momento da inscrição, mesmo com o acesso à internet prejudicada, a oferta do edital de forma on-line tem se mostrado mais ágil no momento de avaliar as inscrições.

Quadro 1. Principais dificuldades encontradas no edital de 2022.1 do auxílio alimentação e transporte:

Principais dificuldades encontradas no edital de 2022.1 do auxílio alimentação e transporte:	Tranquilo
	Burocrático.
	Pouco tempo para inscrição.
	Complicado de se inscrever e anexar a documentação.
	Instabilidade do site dificulta a inscrição.

Fonte: Autores

Ao indagar os participantes sobre suas sugestões para a melhoria na oferta dos auxílios de alimentação e transporte pela Assistência Estudantil do Campus Boa Vista Zona Oeste, diversas perspectivas e insights foram compartilhados (quadro 2). As respostas foram categorizadas da seguinte forma:

Aumento do valor dos auxílios: Muitos alunos enfatizaram a necessidade de um aumento no valor dos auxílios. Eles expressaram que os valores atuais cobrem apenas parcialmente os custos, dificultando sua capacidade de suprir suas necessidades básicas.

Aumentar o número de vagas: Vários estudantes apontaram para a necessidade de aumentar o número de vagas disponíveis para os auxílios. Eles

observaram que a cobertura atual não é suficiente para atender todos os alunos em situação de vulnerabilidade social.

Maior fiscalização e acompanhamento: Alguns participantes destacaram a importância de uma fiscalização mais rigorosa e um acompanhamento mais efetivo por parte dos profissionais em relação aos dados declarados pelos estudantes. Isso garantiria uma distribuição justa e eficiente dos auxílios.

Processo mais esclarecido e informativo: Alunos sugeriram que o processo de solicitação e obtenção dos auxílios seja mais claro, transparente e informativo. Isso poderia ajudar a reduzir confusões e dificuldades durante o processo.

Pontualidade nos pagamentos: Foi ressaltada a importância de não atrasar os pagamentos dos auxílios, pois isso afeta a frequência dos alunos às aulas. Pagamentos pontuais são essenciais para garantir a continuidade dos estudos.

Elogios aos profissionais: Alguns alunos elogiaram os profissionais envolvidos na oferta dos auxílios, destacando sua disponibilidade para ajudar, responder dúvidas e fornecer assistência quando necessário.

Quadro 2. Sugestões para a melhoria na oferta dos auxílios Assistência Estudantil.

Você tem sugestões para a melhoria na oferta dos auxílios de alimentação e transporte da Assistência Estudantil do Campus Boa Vista Zona Oeste?	Aumentar o valor do auxílio.
	Mais número de vagas.
	Fiscalizar as declarações.
	Não atrasar pagamento.
	Mais esclarecido e informativo.

Fonte: Autores

Além disso, é importante notar que o número de auxílios disponíveis está diretamente relacionado ao montante financeiro destinado à instituição pela política estudantil. Essa alocação de recursos pode ser insuficiente para atender a demanda de estudantes em necessidade socioeconômica.

4. Conclusões

A pesquisa buscou entender a assistência estudantil através da oferta dos auxílios aos estudantes do IFRR-CBVZO, verificando a compreensão do aluno sobre a política e o quanto ela está auxiliando na sua vida acadêmica, entender a sua fragilidade e o que se pode melhorar para uma maior difusão de conhecimento sobre a assistência estudantil, para assim ser utilizada de forma a otimizar o apoio, impactando diretamente na sua permanência e êxito enquanto aluno do CBVZO.

A análise permitiu observar que os alunos pesquisados se encontram dentro do perfil social de acordo com o critério estabelecido pela política, em uma faixa etária de 14 à 16 anos e que existe um equilíbrio entre os sexos dos estudantes participantes. Quanto ao conhecimento embora demonstrem entender sobre os auxílios, não fica claro que conhecem toda a política e suas ações de apoio, mas que conhecem de forma fragmentada, não entendendo a dimensão e contribuição que ela pode ofertar em ações multiprofissionais de acolhimento social, saúde, educacional e amparo financeiro aos discentes.

Quando analisado o processo de inscrição, os dados encontrados mostram algumas fragilidades e equívocos dos estudantes, onde embora conheçam os auxílios e o processo de inscrição, ainda encontram muitas dificuldades e têm dúvidas sobre fatores determinantes para serem contemplados quanto aos critérios solicitados no edital, o fato de alguns estudantes preferirem a inscrição presencial dar-se por eles terem no momento alguém que possa esclarecer e sanar suas dúvidas no ato de se inscrever, pois embora não seja a maioria, mas ainda assim alguns estudantes deparam-se nas dúvidas quanto a fatores como renda bruta e per-capita, critérios importantes na hora da avaliação socioeconômica no momento da análise.

Um fato que chamou atenção foi que pouquíssimos alunos recebem algum benefício de transferência de renda como exemplo bolsa família, mesmo os que ganham não os exclui da necessidade e do critério para recebimento dos auxílios ofertados, pois é expressivo de forma quase 100% dos estudantes do Campus Zona Oeste encontram-se dentro do estabelecido no art. 5º do Decreto 7.234/2010, “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita

de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de Ensino Superior”.

A pesquisa evidenciou muitas questões que são necessárias serem trabalhada de forma mais esclarecida, para que os estudantes venham a compreender a assistência estudantil em sua potencialidade e colocada em prática nos seus objetivos, sendo um processo a ser elucidado para assim facilitar a sua execução e concorrência. É necessário um maior engajamento de ações voltadas para transformar o aluno em protagonista, tornando a assistência estudantil uma ação de amparo e inclusiva durante a sua permanência escolar e transformação social perpassada além dos muros da instituição de ensino.

5. Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. Edição revista e ampliada, São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 23 de julho de 2021.

CROSARA, D,; M SILVA, L. B. (org.). **A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

IFRR. Instituto Federal de Roraima. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023**. IFRR, 2019. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/pdi>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO. José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2.

ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, C. D. S. **O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde.** São Paulo. Escola Nacional de Saúde Pública, 1999.

PLATAFORMA Nilo Peçanha. **PNP 2021 (Ano Base 2020).** Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>. Acesso em: 31 de março de 2022.

Autores

Vivian Alves de Azevedo, Marcia Brazão e Silva Brandão*

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista, RR, Brasil.

* Autor para correspondência: marcia.brazao@ifrr.edu.br

CAPÍTULO 11

Atividades remotas durante a pandemia de COVID-19: Percepção dos estudantes de cursos técnicos integrado ao ensino médio do IFRR/CBVZO

Kmily Vitória Galvão Barroso, Rafaela dos Santos Morgade, Daniele Sayuri Fujita
Ferreira

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c11>

Resumo

Em decorrência da propagação da COVID-19 as atividades presenciais nas escolas públicas e privadas de todo o Brasil foram paralisadas e substituídas por “aulas remotas”. No IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste, as aulas presenciais foram suspensas em 18 de março de 2020 e retornaram de forma remota na segunda quinzena de junho. O principal objetivo desse trabalho foi de avaliar os aspectos relacionados à realização de atividades remotas pelos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO, buscando descrever os fatores favoráveis e desfavoráveis vivenciados pelos estudantes durante o período de atividades remotas. A pesquisa foi realizada com estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO que tiveram atividades não presenciais durante o período de junho a dezembro de 2020. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário online. Dos respondentes (20,6% do universo amostral), a maioria dos estudantes está matriculada no curso técnico em comércio, tem 17 anos e são do sexo feminino. Todos participantes da pesquisa responderem ter acesso a internet, sendo que 76,2% tem acesso à internet de banda larga ilimitada, a qual dividem com quatro ou mais pessoas (64,3%). Os resultados evidenciaram que os estudantes durante o período de isolamento social tiveram uma experiência positiva com relação ao ambiente virtual de aprendizagem, a interação com os docentes e demais estudantes, e no processo de aprendizagem individual.

Palavras-chave: Atividades Remotas, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Médio Integrado, Estudantes.

1. Introdução

No ano de 2020 chegou a vez do Brasil começar a enfrentar a pandemia da COVID-19, que teve sua origem na China e se espalhou rapidamente entre os demais países. A doença foi denominada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de “coronavírus 2019” (abreviada de COVID-19) em 11 de fevereiro de 2020 (Who, 2020). A síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), nome dado ao novo coronavírus, de acordo com o Comitê Internacional de Taxonomia Viral (Committee on Taxonomy of Viruses – ICTV), pertence à ordem Nidovirales e à família Coronaviridae. Formam partículas esféricas de 100–160 nm de diâmetro e contém um genoma de RNA de fita simples (Cui *et al.*, 2019).

Os sintomas da COVID-19 podem variar de um resfriado, a uma Síndrome Gripal-SG (presença de um quadro respiratório agudo, caracterizado por, pelo menos dois dos seguintes sintomas: sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza) até uma pneumonia severa (Ministério da Saúde, 2021). A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: toque do aperto de mão contaminadas; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador, etc.

Os impactos negativos da pandemia da COVID 19 se manifestaram não apenas em um problema epidemiológico, mas antes geraram um efeito cascata em uma série de atividades humanas frente às respostas de isolamento social vertical e horizontal implementadas pelos diferentes países (Senhoras, 2020).

Pode-se dizer que quase todos os países afetados adotaram, em maior ou menor nível, medidas como o isolamento ou a quarentena de seus habitantes para tentar diminuir a velocidade de disseminação do vírus e não colapsar os sistemas de saúde. Contudo todos os setores da sociedade foram afetados, incluindo a Educação. As atividades presenciais nas escolas públicas e privadas de todo o Brasil foram paralisadas e substituídas por “aulas remotas”. Funcionam de forma online por meio de ferramentas e plataformas como o WhatsApp, Google Meets, Skype, Google Forms, Microsoft Teams, Moodle e entre outros.

Com o desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea, parece ter-se tornado comum no imaginário coletivo à concepção de que

fornecer acesso a recursos tecnológicos seria o caminho mais viável para tornar as aulas mais atrativas, significativas, e que o grande entrave estaria justamente na dificuldade de acesso a equipamentos e internet.

De acordo com a Nota Técnica do Todos pela Educação (2020) “o dispositivo mais utilizado para acesso à internet pelos brasileiros é o telefone celular, que já está presente em 93% dos domicílios”. De acordo com pesquisa publicada no site R7 (Celular... 2019) “a principal utilidade da rede é enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail”, em segundo lugar estão às conversas por chamadas de voz ou vídeo e, na sequência, aparece o uso para assistir a vídeos, séries e filmes. Assim, por meio desses dados, pode-se perceber que essa é a realidade de muitas famílias. Existem pais e estudantes que não estão preparados para lidar com a regularidade das tarefas, além das dificuldades com o uso de tecnologia ou a falta de acesso a ela. Diante desse contexto surgem várias questões: Os estudantes estão preparados para aprender online e off-line? Todos possuem meios tecnológicos para realizar o ensino remoto? Qual a maior dificuldade diante as aulas remotas?

Para reduzir a disseminação do vírus, o Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria n. 343, de 17 de março de 2020, dispôs sobre a substituição das atividades escolares/acadêmicas presenciais por atividades remotas. Seguiram ainda as portarias para autorização da substituição das aulas presenciais por atividades letivas utilizando-se de recursos educacionais até 31 de dezembro de 2020 (Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020, e Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020). Desta forma, iniciou-se de forma abrupta as atividades remotas nas mais variadas instituições de ensino por todo o Brasil.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), o comitê de crise para enfrentamento do coronavírus decidiu pela suspensão do atendimento ao público e das aulas e atividades presenciais e a distância a partir de 18 de março de 2020 (Portaria 1/2020 – CCEC/REITORIA/IFRR). Em 20 de março de 2020, por meio da Portaria 3/2020 – CCEC/REITORIA/IFRR, institui-se o grupo de Grupo de Trabalho responsável pelos estudos sobre organização das aulas e reposição do calendário acadêmico. Após a publicação do Regulamento sobre as Atividades não Presenciais no âmbito do IFRR (Portaria Normativa 2/2020 –

GAB/REITORIA/IFRR) os *Campi* Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Avançado Bonfim e Novo Paraíso recebem autorização para iniciar as atividades de ensino não presenciais na primeira quinzena de junho de 2020 (Portaria 19/2020 – CCEC/REITORIA/IFRR).

A mediação do processo de ensino e aprendizagem por meio de tecnologias é uma das características das aulas remotas e, nesta situação, os estudantes são protagonistas no uso dos materiais disponibilizados e na organização do seu tempo (Teixeira *et al.*, 2020). Sobre as atividades remotas, Vercelli (2020) ressalta que embora as atividades presenciais tenham sido substituídas temporariamente por aulas remotas, o formato é diferente da tradicional modalidade de Educação a Distância (EaD). A autora ainda comenta que as aulas remotas ocorrem de forma sincrônica, portanto com a “presença” do professor em tempo real, sendo que as dúvidas podem ser sanadas no momento em que surgem, por vídeo ou por chat.

Zajac (2020) afirma que a vertente de ensino remoto é uma alternativa para manter a concentração dos estudantes para os estudos, manter o estímulo cognitivo ativado, promover debates e informações para além dos componentes curriculares, mas não para prosseguir com o ano letivo, como se estivéssemos em uma situação de normalidade. Para Oliveira *et al.* (2020) o denominado ensino remoto, que vem se apresentando como uma alternativa frente à pandemia da COVID-19, não possui o mesmo nível de qualidade do ensino presencial. Acrescentasse ainda, segundo Oliveira *et al.* (2020), que muitos estudantes não têm computadores com internet, mas apenas celulares, o que interfere, negativamente, nas suas aprendizagens.

Estudo realizado por Lima *et al.* (2021) acerca dos desafios práticos para a oferta da educação a distância no IFRR/CBVZO, indica a necessidade de estudo aprofundado junto ao público de estudantes, para que haja um mapeamento mais específico sobre as condições e a qualidade de acesso à internet e aos recursos tecnológicos que subsidiam os estudos à distância.

Assim, o presente trabalho buscou avaliar os aspectos relacionados à realização de atividades remotas pelos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO, bem como descrever os fatores favoráveis e desfavoráveis vivenciados pelos estudantes na realização das atividades remotas. Os resultados obtidos poderão auxiliar o IFRR/CBVZO, ao fornecer

dados, na busca de estratégias que visem assegurar e melhorar a formação dos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio neste período de pandemia ou em outras situações na qual sejam adotadas as atividades remotas.

2. Materiais e Métodos

O IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste foi implantado em 07 de outubro de 2013, iniciando suas atividades educacionais em uma escola provisória, com o objetivo de atender à população da zona oeste da capital roraimense, promovendo o desenvolvimento da região e a inclusão das comunidades.

A unidade do IFRR está localizada na Zona Oeste do município de Boa Vista, capital do estado Roraima, no bairro Laura Moreira (conjunto cidadão), rua Professor Nonato Chacon, nº 1976 (Figura 1). Segundo dados do IBGE (2020), a população total do município de Boa Vista é de 419.652 habitantes, nos quais 54,68% (229.494 habitantes) destes residem na Zona Oeste, ou seja, mais da metade da população total que reside na capital.

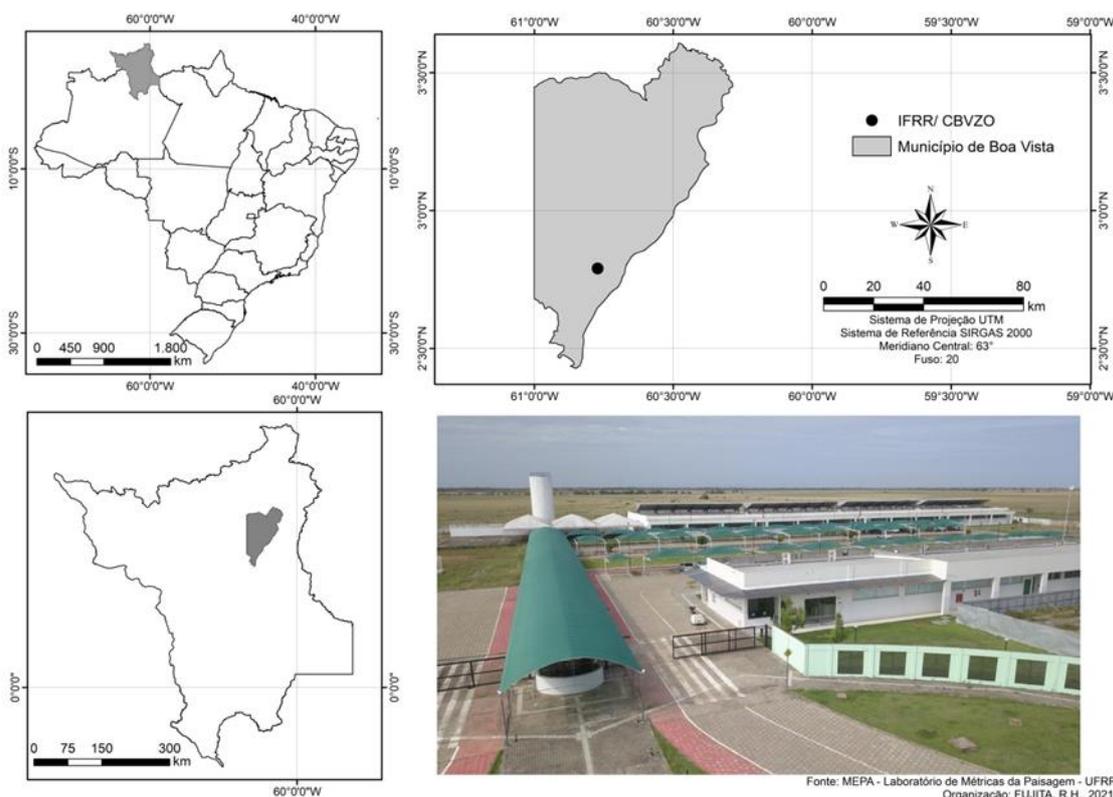


Figura 1. Mapa de localização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO). Fonte: Almirante e Ferreira (2022).

Atualmente, estão sendo ofertados os cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnico em administração, técnico em comércio e técnico em publicidade. Os cursos, com eixo tecnológico em gestão e comércio, buscam atender a uma demanda voltada para a administração pública, tendo em vista o percentual de participação desse setor no PIB do Estado. Observa-se, inclusive, que tal demanda é expressiva tendo em vista que a região em questão, possui volume populacional bastante elevado.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, descritiva de caráter quantitativo. A pesquisa foi realizada com estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO que realizaram atividades não presenciais durante o período de junho de 2020 a dezembro de 2020, que constitui um universo de aproximadamente 304 estudantes.

Em virtude das condições impostas pela pandemia, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário online. O questionário foi elaborado com perguntas objetivas e subjetivas, o qual foi enviado aos estudantes que aceitaram participar da pesquisa. As questões relacionadas à experiência com o ensino remoto tiveram opções de resposta baseadas na escala de Likert com 5 pontos, o qual pretende especificar o nível de concordância ou discordância dos estudantes.

Foram incluídos como parte do estudo os sujeitos que se propuserem voluntariamente a participar da pesquisa a partir da assinatura do termo de consentimento livre esclarecido (TCLE). Os estudantes menores de 18 anos que concordaram em participar voluntariamente do estudo assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e seus pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima - UFRR - (CAAE: 47410921.5.0000.5302 em 16/06/2021).

As informações quantitativas foram tabuladas em planilha eletrônica para auxiliar na organização e interpretação dos resultados. Os dados foram analisados por meio de análise descritiva, utilizando tabelas e gráficos.

3. Resultados e Discussão

3.1. Perfil do Estudante

De um universo de 204 estudantes, 20,6% responderam ao questionário eletrônico cujo o objetivo geral foi de levantar informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do IFRR/CBVZO durante a realização das atividades remotas. Dos respondentes, a maioria dos estudantes está matriculada no curso técnico em comércio, tem 17 anos (45,2% dos estudantes) e são do sexo feminino (Tabela 1). A grande maioria dos jovens reside com os pais (88,1%) e com renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos.

Tabela 1. Perfil dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO.

Descritores		Porcentagem (%)
Idade	16 anos	38,1%
	17 anos	45,2%
	18 anos	14,3%
	19 anos	2,4%
Sexo	Feminino	64,3%
	Masculino	35,7%
Reside	Pais	88,1%
	Avós	2,4%
	Tios	2,4%
	Outros	7,1%
Quantidade de pessoas no domicílio	1 a 3 pessoas	35,7%
	4 a 6 pessoas	57,1%
	7 ou mais pessoas	7,1%
Renda mensal familiar	Menor que 1 salário	31,0%
	Entre 1 a 3 salários	64,3%
	Maior que 3 salários	4,8%
Curso que está matriculado	2º ano - Técnico em Serviços Públicos	28,6%
	3º ano - Técnico em Serviços Públicos	19,0%
	2º ano - Técnico em Comércio	35,7%
	3º ano - Técnico em Comércio	16,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação as informações referentes aos recursos digitais, todos participantes da pesquisa responderem ter acesso a internet, sendo que a grande maioria dos estudantes tem acesso à internet de banda larga ilimitada (76,2%) e os demais utilizam a internet móvel limitada (23,8%), mas desconhecem sobre a velocidade de sua internet (57,1%). Foi identificado ainda que a rede de internet utilizada pelos estudantes é compartilhada com quatro ou

mais pessoas (64,3%). Deve-se ainda levar em consideração o cenário de instabilidade na conexão de internet no estado de Roraima, onde observa-se constantes oscilações e interrupções do sinal, o que pode dificultar o acompanhamento das aulas on-line e envio de trabalhos.

Com relação aos equipamentos, 52,4% possuem quatro ou mais equipamentos com acesso à internet (considerando o acesso à internet por meio de smartphones, tablets, notebooks e computadores de mesa), 66,7% possuem um equipamento de seu uso exclusivo e todos responderam que seus equipamentos permitiriam o uso no ensino remoto. Sobre o tipo de equipamento eletrônico disponível a maioria possui smartphones. Corroborando com os dados encontrados nesta pesquisa, Stringhini *et al.* (2021) afirma que “o departamento gestor da internet no Brasil, que monitora a adoção de tecnologias de informação há 15 anos, mostra que 15 milhões de pessoas, especialmente a população mais pobre, só utilizam internet pelo celular” (Stringhini *et al.*, 2021, p.10).

Segundo Gusso *et al.* (2020) o conhecimento da qualidade da conexão com a internet, bem como o tipo de dispositivo que possuem para realizar a conexão (smartphone, tablet, computador ou mais de um dispositivo), viabiliza que gestores tomem decisões quanto ao uso de uma plataforma de ensino que seja suportada pela qualidade de conexão, orientem os professores sobre o uso de estratégias de ensino mais adequadas e avaliem a necessidade de alternativas de ensino, em função da quantidade de pessoas que possuem dificuldades ou não possuem acesso à internet.

3.2. Experiência com o Ensino Remoto

Inicialmente foi questionado aos estudantes participantes da pesquisa se a instituição (IFRR/CBVZO) consultou seus familiares em relação às condições de acessibilidade aos mecanismos para a utilização do ensino remoto e se ofertou algum curso de capacitação para o uso do ambiente virtual. Como resposta, 74% dos estudantes responderam que sua família foi consultada e 55% afirmou que não ofertou curso de capacitação para o uso do ambiente virtual.

Com relação à experiência dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO no ensino remoto observou-se que a maioria concorda (parcialmente e totalmente) que o ambiente virtual de

aprendizado oferece fácil acesso a interação com outros participantes das aulas e que os materiais didáticos de cada aula são claros e bem estruturados (Tabela 2). Segundo Teixeira *et al.* (2020), todas as ferramentas disponibilizadas por meio do AVA possibilitam que a interação possa acontecer de maneira fluida e intuitiva, para que o ensino-aprendizagem aconteça de maneira efetiva e o estudante possa assumir um papel de protagonista na tarefa de aprender.

Segundo Gusso *et al.* (2020), a aprendizagem é um processo complexo influenciado por vários fatores, entre os quais a interação entre o estudante e o professor. No presente estudo, foi possível preservar essa interação por meio da tecnologia, sendo considerado fácil entrar em contato com os professores, os quais respondem rapidamente às dúvidas. Os estudantes ainda concordam que a comunicação on-line minimiza a necessidade de contato pessoal com o professor.

Outro ponto que as aulas remotas poderiam impactar seria no contato entre os estudantes, contudo foi identificado que, mesmo utilizando plataformas digitais para as aulas, houve muitas oportunidades para estabelecer contato pessoal e/ou eletrônico com outros estudantes, facilitando o estabelecimento de novos contatos e a troca de conhecimento de maneira fácil e rápida entre os participantes das aulas. Com relação a atividades em grupos, a maioria dos estudantes concorda que o aprendizado em grupos e a cooperação com outros estudantes são promovidos nas aulas. Porém, não concordam e nem discordam que o uso dos recursos de comunicação mediados por computador torna complicado o trabalho em grupo.

Para Togatlian (2010), a qualidade das relações interpessoais dos estudantes na escola influencia os efeitos das características específicas e particulares das mesmas na sua adaptação escolar e competência acadêmica, uma vez que a escola é, também, um espaço de socialização. Vale ressaltar que a pandemia da Covid-19 impôs a necessidade de isolamento social que, segundo Cruz (2024), impactou negativamente a interação entre os estudantes e professores, prejudicando o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais, como comunicação, empatia e resolução de conflitos. Entretanto, o presente estudo apenas buscou identificar se as aulas remotas possibilitaram a interação entre os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, professores e estudantes.

Tabela 2. Nível de concordância e discordância dos estudantes relacionadas as questões sobre sua experiência no ensino remoto. CT= Concordo totalmente; CP= Concordo parcialmente; ND/NC= Nem discordo/Nem concordo; DP= Discordo parcialmente; DT= Discordo totalmente.

DESCRITORES	CT	CP	ND/NC	DP	DT
O ambiente virtual de aprendizado oferece fácil acesso a fórum, bate-papo, grupos de notícias e/ou outros meios de comunicação para a interação com outros participantes das aulas.	38,10	45,24	14,29	2,38	0
Os materiais didáticos de cada aula são claros e bem estruturados.	38,10	40,48	9,52	11,90	0
Quando preciso de orientação do meu professor, posso entrar em contato com ele facilmente via e-mail, chat, fórum, etc.	73,81	19,05	4,76	0	2,38
Meu professor fornece feedback (resposta) rápido por outros recursos de comunicação, como e-mail, bate-papo, grupos de notícias, etc.	42,86	45,24	7,14	2,38	2,38
O bom uso da comunicação online minimiza a necessidade de contato pessoal com o professor.	42,86	21,43	14,29	11,90	9,52
Eu posso trocar conhecimento de maneira fácil e rápida com outros participantes das aulas por e-mail, chat, grupos de notícias, etc.	54,76	28,57	9,52	2,38	4,76
Há muitas oportunidades nas aulas para estabelecer contato pessoal e/ou eletrônico com outros alunos.	30,95	40,48	14,29	9,52	4,76
As ferramentas de comunicação online facilitam o estabelecimento de novos contatos com outros alunos.	28,57	45,24	11,90	11,90	2,38
O aprendizado em grupos e a cooperação com outros alunos são promovidos nas aulas (por exemplo, por atividades em grupo, discussões, etc.)	23,81	47,62	11,90	14,29	2,38
O uso dos recursos de comunicação mediados por computador torna complicado o trabalho em grupo.	14,29	26,19	35,71	16,67	7,14
Posso decidir por conta própria em que horários e onde estou aprendendo.	38,10	28,57	11,90	9,52	11,90
Posso decidir por conta própria sobre o ritmo da aprendizagem e o uso de estratégias de aprendizagem.	40,48	28,57	14,29	7,14	9,52
O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) oferece oportunidades para aumentar meu conhecimento e controlar meus resultados dos estudos (por exemplo, por meio de testes).	52,38	35,71	4,76	4,76	2,38
Durante o ensino remoto mantenho rotina de estudo em casa (horário definido para realização das atividades).	30,95	33,33	14,29	9,52	11,90
A metodologia do ensino remoto foi eficaz para o meu aprendizado.	14,29	23,81	26,19	16,67	19,05
Acho difícil me motivar e manter minha motivação para aprender durante as aulas de forma remota.	52,38	26,19	9,52	7,14	4,76
Percebi um ganho de tempo com os estudos por meio das ferramentas online.	28,57	33,33	21,43	7,14	9,52
Fico atento durante as aulas síncronas (encontros on-line).	16,67	35,71	16,67	14,29	16,67
Participo de todas as aulas síncronas (encontros on-line).	14,29	28,57	16,67	16,67	23,81

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na percepção dos estudantes, a forma como foi conduzida a aprendizagem durante o ensino remoto possibilitou a escolha do horário de estudo e o ritmo de aprendizagem, com uma rotina de estudos em casa. Os estudantes afirmam ainda que o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) oferece oportunidades para aumentar o conhecimento e perceberam um ganho de tempo com os estudos por meio das ferramentas online.

Contudo, observa-se que os estudantes têm algumas dificuldades de aprendizagem na metodologia do ensino remoto e de manterem a motivação para aprender durante as aulas de ensino remoto. Em relação a participação nos encontros on-line, a maioria dos estudantes dizem estar atentos durante as aulas síncronas e que participam de todos os encontros online.

Questionados se sentem prejudicados quanto ao domínio teórico-prático, quando estiver no mercado de trabalho, devido à adoção do ensino remoto em virtude da pandemia, a maioria dos estudantes respondeu que sim (Figura 2), citando como dificuldades: a falta de concentração e de motivação para estudar, a instabilidade da internet, o local e equipamentos inapropriados para o estudo, a quantidade de material a ser estudado, a falta de rotina de estudo e de adaptação aos encontros on-line.

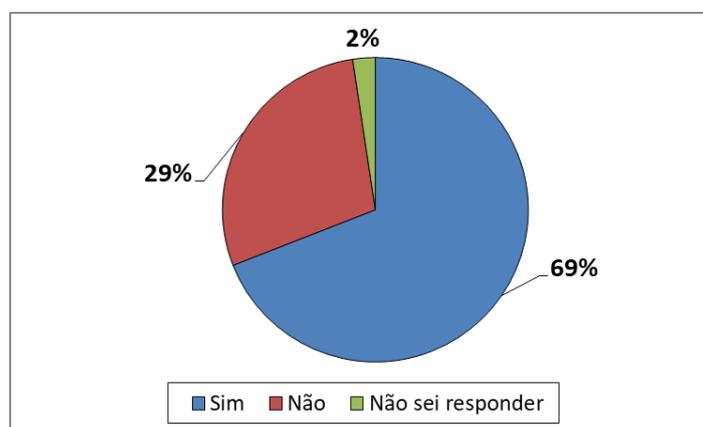


Figura 2. Resposta dos estudantes a pergunta: Você sente que se prejudicará quanto ao domínio teórico-prático, quando estiver no mercado de trabalho, devido à adoção do ensino remoto em virtude da pandemia? Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O estudo realizado por Pinho *et al.* (2020) também identificou que o acesso à internet, hábito presencial e dificuldade de atenção/concentração foram

desafios no ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. A falta de concentração e de motivação para o estudo reflete o perfil dos estudantes, como observado por Giorno e Rosa (2020), na qual adolescentes de 14 a 19 anos não são acostumados aos estudos em casa, que exige dedicação, rotina e planejamento.

Estudos conduzidos por Silva *et al.* (2021) e Irene *et al.* (2023) também apontaram a falta de motivação dos estudantes para as aulas. O uso de plataformas de videoconferência para as aulas síncronas pode também ter contribuído para as dificuldades apresentadas pelos estudantes, segundo Williams (2021) a utilização de uma plataforma de vídeo é mais exigente psicologicamente do que um contato cara a cara por uma série de razões, incluindo uma maior necessidade de concentração e a nova experiência de grande proximidade de imagens faciais e, por vezes, de um banco de rostos. Além disso, o autor ainda comenta que “a sensação de distanciamento instalada pela comunicação por vídeo pode encorajar a distração e a multitarefa (por exemplo, verificar mensagens telefônicas, fazer pedidos de compras semanais), em vez de se concentrar apenas na reunião” (Williams, 2021, p. 164).

Como facilidades encontradas pelos estudantes em aprender os conteúdos no ensino remoto foram citadas:

- Acesso ao conteúdo da aula;
- Assunto abordado de diferentes formas (vídeos, pesquisa, outras atividades);
- Aulas gravadas – assistir em qualquer horário e/ou várias vezes;
- Contato com o professor;
- Organização do tempo;
- Ritmo próprio de estudo.

4. Considerações Finais

Este trabalho visa contribuir para a compreensão dos aspectos relacionados à realização de atividades remotas pelos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/CBVZO. Os resultados evidenciaram que os estudantes durante o período de isolamento social tiveram uma experiência positiva com relação ao ambiente virtual de aprendizagem, a

interação com os docentes e demais estudantes, e no processo de aprendizagem individual.

Contudo para maior interesse e satisfação do estudante ainda é necessário buscar por diferentes metodologias de ensino e distintas tecnologias de informação e comunicação para reproduzir uma aula presencial em um ambiente virtual de aprendizagem.

Acredita-se que essa pesquisa contribui de maneira significativa para reflexão e aprimoramento da oferta e qualidade das aulas que, por ventura, utilizem o ambiente virtual de aprendizagem no IFRR/CBVZO.

5. Referências

ALMIRANTE, A. G.; FERREIRA, D. S. F. Plano de permanência e êxito do Instituto Federal de Roraima: Ações executadas no IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 7, p. 85-96, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 473**, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020-256531507?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520473%252C%252012%2520de%2520maio%2520de%25202020>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CELULAR é equipamento mais usado para acessar a internet no Brasil. **R7**, 05 dez. 2019, Economia. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/celular-e-equipamento-mais-usado-para-acessar-a-internet-no-brasil-05122019>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CRUZ, U. R. X. (Re)Construindo as relações interpessoais na Escola Técnica Sandoval Soares de Azevedo em tempos de pós-pandemia. **Revista Chão da**

Escola, v. 20, n. 1, p. 45–63, 2024. Disponível em: <<https://www.chaodaescola.com.br/rce/article/view/150>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

CUI, J.; LI, F.; SHI, ZL. Origin and evolution of pathogenic coronaviruses. **Nat Rev Microbiol**, v. 17, p. 181-192, 2019.

EDUCAÇÃO, Todos Pela. Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19. **Nota Técnica**, p. 15, 2020.

GIORNO, L.; ROSA, B. Ensino remoto emergencial em tempos de pandemia: A percepção de alunos do ensino médio e técnico integrado no uso do ambiente virtual de aprendizagem. In: **Anais do CIET: EnPED: 2020** - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias - Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância). 2020. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1754>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GUSSO, H. L.; ARCHER, A. B.; LUIZ, F. B.; SAHÃO, F. T.; LUCA, G. G.; HENKLAIN, M. H. O.; PANOSSO, M. G.; KIENEN, N.; BELTRAMELLO, O.; GONÇALVES, V. M. Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e238957, 2020.

IFRR. Comitê de Crise. **Portaria 19/2020 - CCEC/REITORIA/IFRR**, de 29/05/2020. Disponível em: <<https://antigo.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-19-2020-ccec-reitoria-ifrr-de-29-05-2020/view>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

IFRR. Comitê de Crise. **Portaria 3/2020 - CCEC/REITORIA/IFRR**, de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://antigo.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-3_2020-ccec_reitoria_ifrr-de-20_03_2020/view>. Acesso em: 22 mai. 2024.

IFRR. Comitê de Crise. **Portaria Normativa 2/2020 - GAB/REITORIA/IFRR**, de 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://antigo.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-2_2020-ccec_reitoria_ifrr-de-20_03_2020/view>. Acesso em: 22 mai. 2024.

IFRR. Comitê de Crise. **Portarian.1/2020 -CCEC/REITORIA/IFRR**, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://antigo.ifrr.edu.br/comite-de-crise-para-enfrentamento-ao-coronavirus/portaria-1_2020-ccec_reitoria_ifrr-de-17_03_2020/view> Acesso em: 22 mai. 2024.

IRENE, D. L.; LIMA, V. S.; GONÇALVES, M. C. C.; ORSANO, N. M.; PAZ NETO, G. R.; CARMO, G. C.; DUTRA JÚNIOR, E. F.; CARVALHO, A. F. V.; ORSANO, F. E. Percepção dos discentes de educação física em relação aos processos de ensino aprendizagem em aulas remotas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 817–837, 2023.

LIMA, A.A.S.; SOUZA, F.S.; OLIVEIRA, H.V. Educação a distância no IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste: Entre os desafios práticos e as

perspectivas em tempos de COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 15, p. 128–141, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/#sintomas>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, M.A.M.; LISBÔA, E.S.S.; SANTIAGO, N.B. Pandemia do coronavírus e seus impactos na área educacional. **Pedagogia em Ação**, v.13, n. 1, p. 17-24, 2020.

PINHO, M.J.S.; FERNADES, K.M.; OLIVEIRA, R.R. Educação, tecnologia e covid-19: o que dizem os estudantes. **Revista Olhares**, v. 8, n. 3, p. 97-111, 2020.

SENHORAS, Elói Martins. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020.

SILVA, J. D. A., SILVA, J. C. L., MARANHÃO, D. C. M.; FRANÇA, T. L. Principais dificuldades do ensino remoto e uso de tecnologias no ensino-aprendizagem de estudantes de Educação Física durante a pandemia da COVID-19. **Educación Física Y Ciencia**, v. 23, n.4, p.e194-e194, 2021.

STRINGHINI, M. L. F. et al. Ensino Remoto Emergencial: Implantação e resultados na percepção de estudantes universitários. **Research, Society and Development**, v. 10, n.9, p. 1-14, 2021.

TEIXEIRA, V.L.M.O.; SOUSA, M.A.; NAVARRO, E.C.; RODRIGUES, A.L. Aula remota no ensino médio frente à pandemia da Covid-19: Uma revisão bibliográfica. **Revista Interfaces do Conhecimento**, v. 02, n. 03, p. 01-18, 2020.

TOGATLIAN, M. A. Relacionamento professor aluno – da Educação Infantil ao Ensino Médio. In: GOLDANI, A.; TOGATLIAN, M. A.; ALBUQUERQUE COSTA, R. **Desenvolvimento, emoção e relacionamento na escola: Contribuições da psicologia para a educação**. Editora E-papers, 2010.

VERCELLI, L.C.A. Aulas remotas em tempos de Covid-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação. **Revista @ambienteeducação**, v. 13, n. 2, p. 47-60, 2020.

WHO - World Health Organization. **Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. Situation Report – 22. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200211-sitrep-22-ncov.pdf?sfvrsn=fb6d49b1_2>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WILLIAMS, N. Working through COVID-19: ‘Zoom’ gloom and ‘Zoom’ fatigue, *Occupational Medicine*, v. 71, n. 3, p. 164, 2021.

ZAJAC, D. Ensino remoto na Educação Básica e COVID-19: um agravamento ao Direito à Educação e outros impasses. Disponível em:

<<http://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/>>
Acesso em: 17 mai 2024.

6. Agradecimento

Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRR/CBVZO (PIBICT 2021).

Autores

Kmily Vitória Galvão Barroso¹, Rafaela dos Santos Morgade¹, Daniele Sayuri Fujita Ferreira^{2,*}

1. Universidade Federal de Roraima (UFRR), Av. Capitão Ene Garcês, 2413, Aeroporto, CEP: 69310-000, Boa Vista - RR, Brasil.
2. Campus Boa Vista Zona Oeste, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima (IFRR), Rua Professor Nonato Chacon, 1976, Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR, Brasil.

* Autor para correspondência: daniele.fujita@ifrr.edu.br

Hábitos de estudos na EPT: Uma investigação com estudantes do curso técnico em secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/Campus Boa Vista

Ana Raylla Alves, Daniele Sayuri Fujita Ferreira

<https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-24-4.c12>

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, na linha de pesquisa “Práticas Educativas em EPT”, com ênfase no macroprojeto “Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino em EPT”. O objetivo foi analisar os hábitos de estudo dos estudantes do curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/CBV. A metodologia utilizada foi descritiva, com realização de levantamento de campo, mediante a aplicação de um questionário aos estudantes sobre a organização e rotinas de estudos, que foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Como resultado, a pesquisa concluiu que os estudantes possuem hábitos de estudos inadequados quanto às categorias analisadas: organização de estudos, preparação para prova, local de estudo e autopercepção emocional. Os dados obtidos podem estar relacionados às questões de dificuldade apresentadas pelos estudantes principalmente na organização e dedicação de tempo aos estudos extraclasse.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Ensino médio integrado, Estudantes, Hábitos de estudos.

1. Introdução

A ausência de estratégias de estudos ou, até mesmo, o seu uso inadequado pode causar problema de aprendizagem, podendo refletir em baixo

desempenho acadêmico, situações de dependência de estudos ou até reprovação dos estudantes no ano escolar. Além de poder afetar o resultado das avaliações nacionais e internacionais, como por exemplo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), indicando à baixa qualidade da educação brasileira, quando comparada a outros países, nos três domínios: leitura, matemática e ciências.

Este estudo teve como objetivo geral analisar os hábitos de estudo dos estudantes do curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista (IFRR/CBV), visando: a) identificar os hábitos de estudos dos estudantes do curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/CBV; e b) verificar as principais dificuldades dos estudantes na organização dos estudos. Os resultados obtidos fazem parte de pesquisa elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) direcionada para a linha de Práticas Educativas em EPT, com ênfase no macroprojeto: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino em EPT.

2. Ensino Médio no Brasil: Características e desafios

No Brasil, o Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica, atende aos estudantes na faixa etária dos 15 aos 17 anos e tem como finalidade consolidar as aprendizagens desenvolvidas, estimular a continuidade dos estudos, além de prepará-los para o mundo do trabalho. Como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

No entanto, os resultados das avaliações do PISA de nível internacional, quanto do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), levam a subentender que um dos maiores desafios do Ensino Médio brasileiro é a qualidade. Como observado nos resultados obtidos no ENEM 2020, onde as médias das notas no Brasil para a área de linguagens e de matemática foram de 523,80 e 520,58,

respetivamente, em uma prova onde a pontuação máxima é de 1.000 (Brasil, 2021).

Outro fator desafiador no Ensino Médio é alcançar a meta três do Plano Nacional de Educação, que é de matricular 85% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos no Ensino Médio até 2024 (Brasil, 2015). De acordo com o Censo Escolar de 2020, há um total de 6.256.296 estudantes matriculados no Ensino Médio e esse número revela uma queda nas matrículas nesse nível de escolarização, desde o ano de 2016 (Brasil, 2021). A queda no número de matrícula pode ser interligada ao fenômeno de evasão escolar, o qual possui diversas causas, como busca por trabalho (renda), falta de interesse, e pode ter sido intensificado pela pandemia enfrentada no ano de 2020. Segundo IBGE (2020), 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, que corresponde a 20,2% dessa população, não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Na mesma pesquisa observou-se que entre os estudantes na faixa etária dos 15 aos 17 anos, 28,6% estão em situação de atraso ou abandono escolar.

Ressalta-se entre os motivos para a evasão escolar: a necessidade de trabalhar (39,1%); a falta de interesse (29,2%); e, entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%) (IBGE, 2020).

Além dos motivos já apontados pode-se destacar entre os desafios que ainda acometem o Ensino Médio

a ausência de identidade, a busca pela universalização, a falta de motivação por parte dos alunos e, em muitos casos a própria desvalorização [...]. (Góes; Boruchovitch, 2021, p. 14).

Percebe-se que além dos desafios mencionados pode-se acrescentar a esta lista as motivações individuais, sociais e até institucionais, pois a escola não é uma instituição inclusiva que engaja o jovem, pelo contrário, contribui mais para a evasão e retenção dos jovens nos espaços educativos formais.

A LDB é a norma mais importante e que regulamenta todo o sistema educacional do nosso país, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é clara ao determinar que o Ensino Médio atenderá a formação geral do educando e poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. No

artigo 35 da seção IV desta lei estão dispostas as finalidades do Ensino Médio regular:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996).

Dessa forma o Ensino Médio no Brasil continua sendo motivo de controvérsia e, também, de muitas indagações não apenas dessa pesquisadora, mas que muitos educadores também carregam consigo, haja vista o número de publicações que refletem sobre as dificuldades e problemáticas que precisam ser contornadas pelos profissionais dessa etapa de ensino.

2.1. Ensino Médio Integrado e a Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1 de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, o ensino técnico profissional de nível médio pode ser realizado em três níveis: a) qualificação profissional técnica; b) habilitação profissional técnica; c) especialização técnica.

Os cursos de qualificação têm o objetivo de proporcionar desenvolvimento de competências básicas ao exercício de ocupações reconhecidas no mercado de trabalho. Quanto à habilitação profissional técnica de nível médio os cursos podem ser realizados de forma concomitante, subsequente ou integrada ao ensino médio. Estes são cursos que habilitam os estudantes para o exercício profissional em função reconhecida pelo mercado de trabalho por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), além disso, destinam-se a pessoas que tenham concluído o Ensino Fundamental, que estejam cursando ou tenham concluído o Ensino Médio.

Já os cursos de especialização técnica proporcionam o domínio de novas competências àqueles que já são habilitados e que desejam especializar-se em

um determinado ramo profissional, de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Desse modo, além de preparar os estudantes para o exercício de profissões técnicas, o ensino médio integrado deve também promover sua autonomia intelectual, ou seja, sua capacidade de aprendizagem e de engajamento nos estudos.

Ainda conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, os cursos do ensino médio integrado, além dos objetivos da educação profissional e tecnológica, devem se adequar às finalidades do ensino médio, suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras Diretrizes correlatas definidas pelo Conselho Nacional de Educação, em especial, os referentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como normas complementares dos respectivos sistemas de ensino.

Na EPT contempla-se em conformidade com Ciavatta (2012, p. 85) “a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Pressupõe-se, assim, a formação omnilateral que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento. Dessa forma, na formação integral tem-se a necessidade da elevação da escolaridade de adolescentes e jovens até o nível médio e a qualidade da formação profissional em termos da educação politécnica ou formação integrada.

Assim sendo, as instituições que ofertam a EPT precisam contemplar estes princípios em seu currículo, principalmente o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Como bem afirma Saviani (2007) a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando, dessa forma ao lidar com a natureza e nas relações interpessoais cotidianas eles vivenciavam o processo educativo e passavam os conhecimentos para as novas gerações.

No ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. Assim, nessa etapa de ensino o princípio é abordar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.

Ainda se tratando de currículo e a EPT podemos refletir, que o foco da integração curricular está presente nos níveis fundamental e médio de ensino. Contudo a interpretação conferida à integração curricular, porém, não é a mesma. No nível fundamental, a opção é pelos temas transversais; enquanto que no médio, pela interdisciplinaridade. Conforme Lopes (2008, p. 34), “a integração das disciplinas é relacionada muito mais com uma atitude diante do conhecimento do que com uma concepção diversa desse mesmo conhecimento”.

Assim, levando em consideração os princípios da EPT, a interdisciplinaridade, e o objeto principal da pesquisa, a organização pessoal constitui-se em importante habilidade e competência para os profissionais das mais diversas áreas.

2.2. Importância da Organização de Estudos no Ensino Médio Integrado

Carita (1998, p. 16) define hábitos de estudo como “[...] a aquisição e/ou o desenvolvimento de um conjunto de competências básicas e de valor transversal que compõem o ofício de estudante e que são suscetíveis de otimizar o rendimento escolar”. Segundo Fonsêca *et al.* (2013), o desenvolvimento de hábitos de estudo (organização) permite ao estudante apreender, mantendo-se atualizado, acessando novas informações, construindo saberes e se adaptando às exigências da sua formação profissional.

Dessa forma, compreende-se que o hábito de estudo é uma habilidade desenvolvida pelo estudante que visa alcançar a realização de atividades de forma concentrada e persistente, dedicando tempo às atividades acadêmicas, permitindo e facilitando o processo de aprendizagem. Estudo realizado por Andrade-Valles *et al.* (2018) demonstraram que jovens que têm atitudes positivas face aos estudos apresentam um bom desempenho acadêmico, uma vez que essas atitudes influenciam ou levam ao estabelecimento de hábitos de estudo adequados, o que tem forte impacto no desempenho acadêmico.

Para Castro (2015. p. 43), “organizar o tempo é tão importante quanto qualquer outro tipo de providência para aprender mais”. O autor ainda correlaciona a organização do tempo de estudo com uma casa bagunçada em que não encontramos nada, comparando com quem é indisciplinado com o tempo de estudo. E coloca que ao aprender organizar o tempo de estudo, além de ter sucesso escolar, conseqüentemente terá sucesso no trabalho, enfatizando que a escola é também uma preparação para o trabalho.

A organização pessoal, considerando este significado, é importante para todas as pessoas, mas essencial para estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, pois, geralmente, há uma carga horária extensa, visto que a matriz curricular contempla componentes curriculares comuns ao ensino médio e de formação técnica. Além disso, percebe-se que muitos dos estudantes de cursos técnicos integrados, concomitantemente, estão se preparando para o ingresso no ensino superior.

Dessa forma, a organização pessoal transcende a esfera pessoal e, conforme o objetivo geral do plano do curso técnico em secretariado integrado ao ensino médio integral do IFRR propõe o sucesso dos estudantes em promover seus projetos de vida, passa a ser uma importante competência profissional na área de atuação desse estudante.

O curso objeto da pesquisa é ofertado de forma integral, no prazo de três anos, o que acarreta um grande número de componentes curriculares ao ano. Assim, o estudante deve cursar o ensino médio integrado ao curso técnico num período de três anos, tendo um elevado número de componentes curriculares ocorrendo de forma concomitante, o que acarreta em uma alta necessidade de organização e hábitos de estudo para um melhor desempenho e acompanhamento adequado do currículo do curso em questão.

3. Material e Métodos

A pesquisa foi elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) direcionada para a linha de Práticas Educativas em EPT, com ênfase no macroprojeto: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino em EPT. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da

Universidade Federal de Roraima (CAAE: 65825422.8.0000.5302) em 26 de maio de 2023.

O presente estudo foi realizado a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, com objetivo descritivo e adotou como método para o delineamento da pesquisa o levantamento de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2017), na pesquisa de campo o objeto de estudo é abordado em seu ambiente e a coleta de informações é realizada nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem.

A aplicação dos questionários da pesquisa foi realizada em junho de 2023, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista (IFRR/CBV) (Figura 1), os sujeitos envolvidos na pesquisa foram estudantes matriculados nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio. O curso é ofertado de forma integral, com prazo de duração de três anos, no IFRR/CBV, localizada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

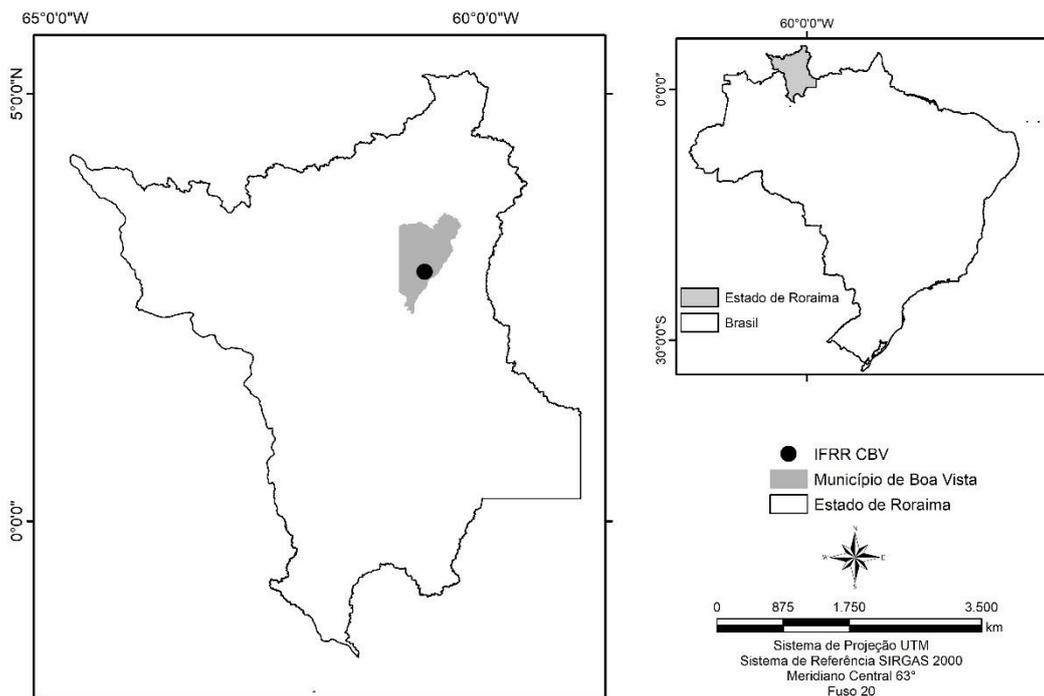


Figura 1. Mapa de localização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Boa Vista (IFRR/CBV). Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - Seplan. Organização: Fujita, R.H., 2024.

O instrumento utilizado para levantamento sobre os hábitos de estudo foi um questionário com questões abertas e fechadas, no qual buscou levantar informações sobre o perfil dos participantes (idade, sexo, série do curso, horas dedicadas ao estudo e presença/ausência de reprovação ou dependências) e sobre os hábitos de estudo. Para a obtenção dos hábitos de estudo foi utilizado um questionário criado por Ramos *et al.* (2011) adaptado por Lemos *et al.* (2022).

O questionário em questão foi subdividido em quatro categorias e quinze itens, na qual, a cada item avaliado, o estudante foi incentivado a responder em escala Likert, onde “Nunca” equivalem a 1 ponto, “Às vezes” 2 pontos, “Frequentemente” 3 pontos e, “Sempre”, 4 pontos. Ao final, foi realizado um somatório entre as categorias e o total, havendo a classificação dos hábitos de estudo em: Ruim; Inadequado; Bom; Ótimo (Quadro 1).

Quadro 1. Classificação dos hábitos de estudo de acordo com as categorias

Categorias	Ruim	Inadequado	Bom	Ótimo
Organização de estudo	De 5 a 9 pontos	De 10 a 14 pontos	De 15 a 19 pontos	20 pontos
Preparação para prova	De 3 a 5 pontos	De 6 a 8 pontos	De 9 a 11 pontos	12 pontos
Local de estudo	De 2 a 3 pontos	De 4 a 5 pontos	De 6 a 7 pontos	8 pontos
Autopercepção emocional	De 5 a 9 pontos	De 10 a 14 pontos	De 15 a 19 pontos	20 pontos
Total	De 15 a 29 pontos	De 30 a 44 pontos	De 45 a 59 pontos	60 pontos

Fonte: Lemos *et al.* (2022).

Quanto aos procedimentos, os respondentes foram convidados presencialmente para participarem da pesquisa e, aos que se manifestaram positivamente, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) ou, quando menores, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e autorização dos responsáveis por meio de TCLE.

Foram excluídos da amostra estudantes que não aceitaram participar e os não entregaram a documentação necessária com as devidas assinaturas e autorizações. Devido às especificidades éticas das pesquisas e dadas as suas particularidades, também foram excluídos da amostra indígenas e migrantes não falantes da língua portuguesa.

As informações quantitativas foram tabuladas em planilha eletrônica para auxiliar na organização e interpretação dos resultados. Para a análise dos dados qualitativos foi utilizado a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2009).

4. Resultados e Discussão

4.1. Perfil dos estudantes

A amostra da pesquisa foi constituída por 46 estudantes matriculados no curso técnico em secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/CBV, perfazendo um percentual de 42,6% do total de matriculados. Do público participante da pesquisa sobre o levantamento dos hábitos de estudo (Tabela 1), a maioria dos respondentes está com 17 anos de idade, são do sexo feminino (93,5%) e estão cursando o 3º ano do curso de Secretariado (65,2% dos respondentes). Quanto à ocupação diária 97,8% somente estudam, enquanto 2,1% além de estudar têm um trabalho informal.

Tabela 1. Descritores do perfil dos estudantes.

	DESCRITORES	PORCENTAGEM
Idade	15 anos	13,0%
	16 anos	23,9%
	17 anos	39,1%
	18 anos	17,4%
	19 anos	6,5%
Sexo	Feminino	93,5%
	Masculino	6,5%
Matriculado no curso técnico em Secretariado	1º ano	23,9%
	2º ano	10,9%
	3º ano	65,2%
Ocupação diária	Somente estuda	97,8%
	Trabalho informal e estuda	2,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com relação a situação de reprovação ou dependência de estudos, 12% já tiveram reprovações e 36% estavam com dependência em componentes curriculares no curso (Figura 2). Essa situação dá-se, provavelmente, devido ao grande número de componentes curriculares, que impactam no rendimento, além de refletir o período da pandemia no qual, pela Portaria Normativa 5/2021 - GAB/IFRR de 20 de maio de 2021, possibilitou ao estudante do IFRR progredir para o próximo módulo/série independente do número de componentes curriculares em situação de dependência.

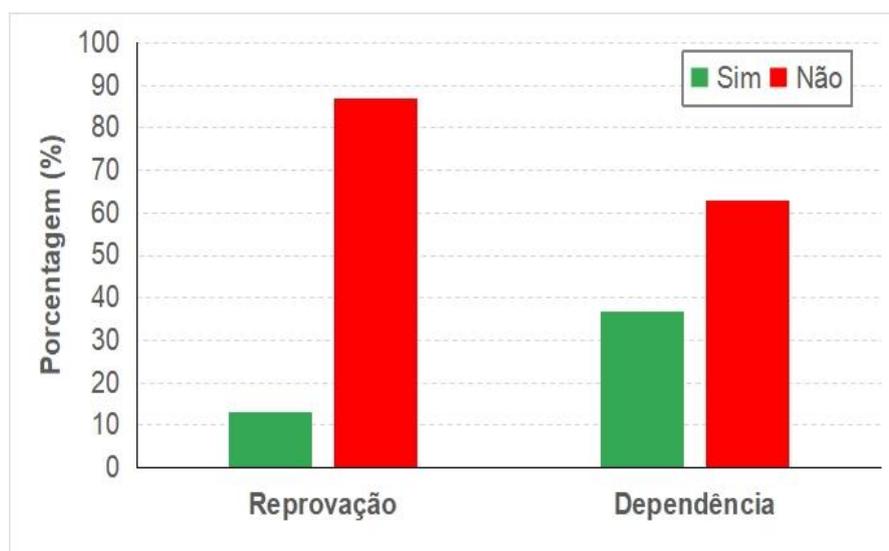


Figura 2. Percentual de estudantes com reprovação ou dependência. Fonte: Dados da pesquisa (2023)

4.2. Levantamento dos hábitos de estudos

O primeiro hábito identificado na pesquisa foi sobre as “horas de estudo extraclasse”, no qual verificou-se que a maioria dos respondentes assinalou que disponibilizam diariamente de uma a duas horas de estudos fora do horário escolar (Figura 3). Estudos realizados por Gonçalves *et al.* (2015) e Santos *et al.* (2017) apontam a existência de relação positiva entre as horas de estudo extraclasse com o desempenho acadêmico.

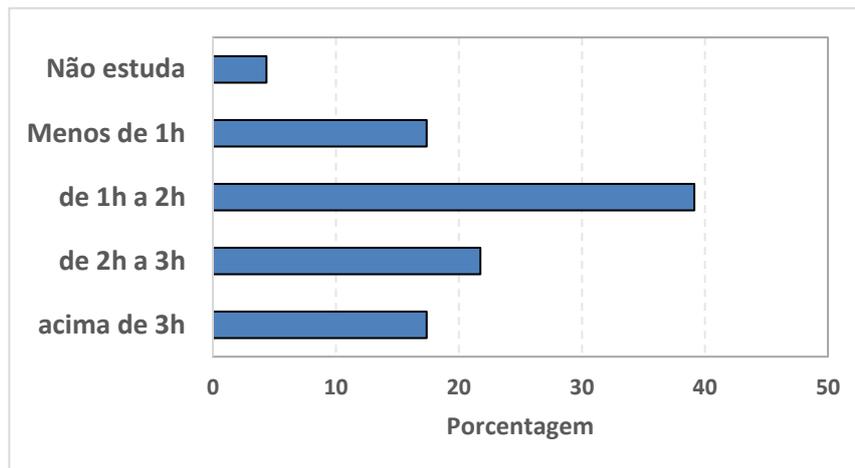


Figura 3. Horas extraclasse de estudo (por dia). Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Para análise mais detalhada dos hábitos de estudo foram definidos quatro descritores: organização de estudos; preparação para provas; local de estudos e autopercepção emocional dos estudantes. Na primeira categoria analisada no critério de organização de estudos (Tabela 2), temos a resposta “às vezes” com maior frequência assinalada pelos estudantes para o hábito de estudar, de organizar as matérias de forma sistemática, de tempo para estudar e de leitura de textos de apoio. Para a questão “costuma tomar notas e fazer resumos do conteúdo?” a maioria dos respondentes indicou realizar “frequentemente”.

Aos aspectos relacionados à preparação para provas e exames levou-se em consideração: o estudo com antecedência, a qualidade do sono e a procura por ajuda para os conteúdos em que se tem dúvida. Observou-se que 76% responderam que nunca estudam ou só estudam às vezes antes dos testes e exames. Aproximadamente 70% não conseguem ou somente às vezes dorme bem antes de um teste ou de um exame. No descritor de solicitação de ajuda, 47,8% dos estudantes afirmaram que frequentemente ou sempre, procuram ajuda com os colegas ou outras pessoas sobre o conteúdo antes da prova.

O terceiro tópico da análise dos hábitos de estudos teve como foco o local de estudo, que segundo Castro (2015), para que uma pessoa se concentre nos estudos é importante ter um ambiente específico para esse objetivo “ter um local só para o estudo – e que seja o mais apropriado possível” (Castro, 2015, p. 36).

Tabela 2. Organização de estudos dos estudantes do curso técnico em Secretariado do IFRR/CBV.

Descritores	Porcentagem (%)			
	Nunca	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Organização de estudos				
Tem o hábito de estudar diariamente?	2,2	47,8	43,5	6,5
Tenta organizar as matérias de estudo de forma sistemática?	10,9	47,8	30,4	10,9
Costuma tomar notas e fazer resumos do conteúdo?	8,7	41,3	45,7	4,3
Dedica tempo suficiente para estudar cada disciplina?	19,6	58,7	21,7	0
Lê os textos de apoio durante o período de aula?	8,7	54,3	28,3	8,7
Preparação para prova				
Estuda as disciplinas muito antes dos testes ou exames?	17,4	58,7	21,7	2,2
Dorme bem na noite anterior a um teste ou exame?	39,1	34,8	15,2	10,9
Quando não entende o conteúdo por completo procura ajuda?	8,7	43,5	30,4	17,4
Local de Estudo				
O local de estudo é calmo e silencioso?	6,5	63,0	26,1	4,3
O local onde costuma estudar possui estímulos ou ruídos que podem o distrair?	8,7	52,2	30,4	8,7
Autopercepção Emocional				
Antes de um teste sente-se confiante que vai conseguir fazê-lo com êxito?	15,2	69,6	13,0	2,2
Necessita de estímulos para cumprir os seus deveres?	15,2	39,1	30,4	15,2
Desanima facilmente perante uma tarefa mais complexa?	13,0	39,1	32,6	15,2
Procura a colaboração de colegas mais motivados e responsáveis?	6,5	50,0	28,3	15,2
Consegue concentrar-se durante o estudo?	6,5	58,7	30,4	4,3

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Contudo, a amostra revela que maior parte dos respondentes apenas “às vezes” tem acesso a um local calmo ou silencioso para os seus estudos, e que também “às vezes” o local de estudo possui estímulos ou ruídos que podem distraí-los. É interessante destacar que a falta de concentração nos estudos evidenciado no descritor local de estudo, pode gerar um nível elevado de ansiedade, principalmente com a proximidade de provas ou grandes exames, como o vestibular e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em relação à autopercepção emocional pode-se destacar que apenas 2,2% dos estudantes assinalaram “sempre” sobre sentir confiança antes de um teste. A maioria dos estudantes indicou necessitar de estímulos para cumprir os seus deveres. Com relação ao desânimo perante uma tarefa mais complexa 47,8% dos estudantes sentem esse desânimo “frequentemente” ou “sempre”, enquanto de 50% “às vezes” procura colaboração de colegas mais motivados e responsáveis. Quanto à concentração durante o estudo foi registrado que 34,7% dos estudantes, “frequentemente” e “sempre”, conseguem se concentrar.

Conforme a classificação proposta por Lemos *et al.* (2022), para todas as categorias analisadas (organização de estudos, preparação para provas, local de estudo e autopercepção emocional), o hábito de estudo dos estudantes do curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/CBV é inadequado (Figura 4). Tal resultado se mostra preocupante, uma vez que, segundo Mascarenhas (2020), os hábitos de estudos exercem influência significativa e positiva sobre o rendimento acadêmico.

Lemos *et al.* (2022), em estudo sobre hábitos de estudo com acadêmicos de fisioterapia no ensino remoto, identificou a classificação inadequado, resultado este associado à mudança no processo educacional e influenciado por questões de acesso à internet, equipamentos apropriados para o estudo, realidade socioeconômica e condições psicológicas.

Nas questões abertas observou-se que 65% dos estudantes considera difícil estudar. Dentre as dificuldades apontadas foram descritas as seguintes: falta de concentração (54,4%); dificuldade em certos conteúdos ou matérias (11,5%); cansaço (8,6%); local inadequado para os estudos (5,7%); falta de tempo (5,7%); procrastinação (5,7%); carga horária do curso (2,8%); dificuldades com conteúdos básicos (2,8%) e de seguir o planejamento (2,8%).

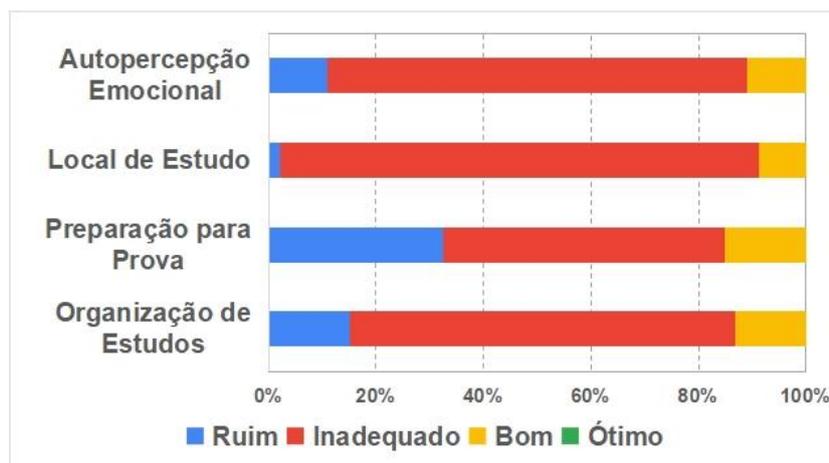


Figura 4. Classificação do hábito de estudo dos estudantes do curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/CBV. Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Quanto ao conhecimento de alguma técnica de organização de estudos 57% dos estudantes afirmaram conhecer, sendo citados: cronograma semanal e mensal e utilização de agenda (mencionados por nove estudantes), resolução de questionários (mencionados por quatro estudantes), a técnica pomodoro (mencionados por três estudantes) e mapa mental (mencionados por dois estudantes). Ainda, foram citadas por um estudante como técnica de organização de estudo: lista de aplicativos, organizar matéria por cores, anotação, e flashcards.

Ao serem questionados sobre a organização de estudos 63% afirmaram que organizam seus estudos. Quando solicitado para explicar com poucas palavras como é esta organização destacam-se como respostas: organização pela data da entrega; por meio de cronogramas e pela agenda foram mencionadas por mais de quatro estudantes. Entre outras respostas destacam-se: “estudo que estou com dificuldade”, “organizo do menos complicado para o mais complicado”, “do mais importante para o menos importante” e “o que eu mais preciso entender”.

Em estudo realizado por Silva *et al.* (2020) sobre desafios e benefícios do ensino remoto na percepção dos estudantes, no qual são apontados pelos entrevistados a dificuldade em concentrar-se, a falta de um espaço favorável para estudo em suas residências, que está diretamente ligada com a questão da

dispersão da atenção, e a falta de planejamento e preparo das atividades para alcançar suas metas de aprendizagem.

5. Considerações Finais

No presente estudo foi possível conhecer melhor o perfil dos estudantes curso técnico em Secretariado integrado ao ensino médio do IFRR/CBV, identificar os hábitos de estudo e dificuldades ao estudar. Os resultados obtidos demonstram que os estudantes possuem hábitos de estudo inadequados nas quatro categorias analisadas: organização de estudos (71%), preparação para prova (51%), local de estudo (89%) e autopercepção emocional (79%). Os dados que podem estar relacionados às questões de dificuldade apresentadas pelos estudantes, principalmente na organização e dedicação de tempo aos estudos extraclasse.

O conhecimento dos hábitos de estudo pode ser uma importante ferramenta para a promoção de estratégias que visem o desempenho escolar e a permanência e êxito dos estudantes na educação profissional e tecnológica. Sugere-se a realização de novas pesquisas, com outros cursos técnicos integrados ao ensino médio e de outros eixos tecnológicos, na busca de realizar um comparativo entre os resultados.

6. Referências

ANDRADE-VALLES, I. *et al.* Actitud, hábitos de estudio y rendimiento académico: Abordaje desde la teoría de la acción razonada. **Enfermería universitaria**, v. 15, n. 4, p. 342-351, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 05 de janeiro de 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso em: 07 out. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei n. 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CARITA, Ana. **Como ensinar a estudar**. Portugal: Editora Presença, 1998.

CASTRO, Claudio de Moura. **Você sabe estudar? Quem sabe, estuda menos e aprende mais**. Porto Alegre: Editora LTDA, 2015.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: Frigotto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M.(Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez. 2012. p. 83-106.

FONSÊCA, Patrícia Nunes; SOUSA, Deliane Macedo Farias de; GOUVEIA, Rildesia S. V.; FILHO, José Farias de Souza; GOUVEIA, Valdiney V. Escala de Hábitos de Estudo: evidências de validade de construto. **Avaliação Psicológica**, v. 12, n. 1, p. 71-79, 2013.

GÓES, Natália Moraes; BORUCHOVITCH, Evely. Ensino Médio No Brasil: Panorama Geral e Considerações Sobre os Desafios Atuais. **Argumentos Pró-Educação**, v. 6, 2021.

GONÇALVES, M. P. G. *et al.* Influência do tempo de estudo no rendimento do aluno universitário. **Revista Fundamentos**, v. 2, n. 2, 2015.

IBGE. PNAD **Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência de Notícias IBGE, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>> Acesso em: 29 jul. 2021.

IFRR. **Portaria Normativa 5/2021 - GAB/IFRR**, de 20 de maio de 2021. Disponível em: <<https://antigo.ifrr.edu.br/comite-de-criese-para-enfrentamento-a-coronavirus/portaria-normativa-5-2021-gab-ifrr>> Acesso em: 21 abr. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMOS, T. et. al. Hábitos de estudo de acadêmicos de fisioterapia em ensino remoto. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e59111125433, 2022.

LOPES, A. R. C. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. 184 p.

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento *et al.* Impacto dos hábitos de estudos sobre o rendimento acadêmico em estudantes do ensino

superior. In: FONTAINES-RUÍZ, Tomás; MORILLO, Johann Pirela; MAZACORDOVA, Jorge; FRANCO, Yamely Almarza (ed.). **Convergencias y divergencias en investigación** [Recurso eletrônico]. Quito: Senescyt, RISEI e OEI, 2020, p. 447-452.

RAMOS, André Luiz Moraes *et al.* Questionário de Hábitos de Estudo para estudantes universitários: validação e precisão. **Paidéia**, v. 21, p. 363-371, 2011.

SANTOS, Welvlesley Silva *et al.* As Contribuições do Estudo Extra Classe nas Notas Escolares dos Alunos de uma Escola da Cidade de Barra do Bugres–Mato Grosso. **Ciência e Natura**, v. 39, n. 1, p. 127-132, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

SILVA, Ana Carolina Oliveira; DE ARAÚJO SOUSA, Shirliane; DE MENEZES, Jones Baroni Ferreira. O ensino remoto na percepção discente: desafios e benefícios. **Dialogia**, n. 36, p. 298-315, 2020.

Autores

Ana Raylla Alves¹, Daniele Sayuri Fujita Ferreira^{2,*}

1. Campus Boa Vista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, CEP: 69309-695, Boa Vista - RR, Brasil.
2. Campus Boa Vista Zona Oeste, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima (IFRR), Rua Professor Nonato Chacon, 1976, Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR, Brasil.

* Autor para correspondência: daniele.fujita@ifrr.edu.br



www.meridapublishers.com